

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FERNANDA JAQUELINE DORNELLES WELTER**

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA REVOLTA DE 1957:  
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

**CHAPECÓ**

**2024**

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA REVOLTA DE 1957:  
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw

**CHAPECÓ**

**2024**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Welter, Fernanda Jaqueline Dornelles  
A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA ESCRITA DA  
HISTÓRIA DA REVOLTA DE 1957: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA  
/ Fernanda Jaqueline Dornelles Welter. -- 2024.  
100 f.:il.

Orientador: Doutor Antonio Marcos Myskiw

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,  
Chapecó, SC, 2024.

I. Myskiw, Antonio Marcos, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA REVOLTA DE 1957:  
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História

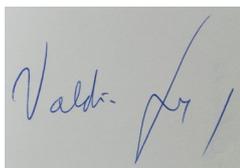
Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 24/04/2024.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.ª Dr.ª Antonio Marcos Myskiw – UFFS  
Orientador



---

Prof. Dr. Valdir Gregory - Unioeste  
Avaliador



---

Prof. Dra. Mônica Hass – UFFS  
Avaliadora

Dedico este trabalho aos meus pais e familiares e esposo, que não pouparam esforços para que eu pudesse concluir meus estudos.

## **AGRADECIMENTO**

Este foi um trabalho realizado com muita dedicação, por vezes cansativo que com toda certeza não seria produzido sem o apoio de diversas pessoas nessa jornada. Por isso agradeço todo apoio, amizade, amor, carinho e orientações que recebi neste período.

Ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó Estado de Santa Catarina, meu muito obrigada pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

A Universidade Paranaense (UNIPAR), responsáveis por terem me disponibilizado as “Fichas do Ocupante”, fontes que utilizei para o desenvolvimento deste trabalho. Sem estas fontes várias questões não poderiam terem sido escritas nessa dissertação.

Ao querido orientador, professor Antonio Myskiw, agradeço imensamente por acreditar em mim e na minha pesquisa. Em todo este período você esteve presente não apenas como um pesquisador competente, mas sempre com palavras de incentivo. Obrigada pelas valiosas conversas que me trouxeram confiança e tranquilidade para lidar com a quantidade de fontes que tive acesso. Você com toda certeza é inspirador!

Agradeço também todos os demais professores da pós-graduação que contribuíram para a minha formação como mestranda. À instituição e aos professores que fazem parte do programa de mestrado, agradeço pela oportunidade de aprendizado e crescimento acadêmico proporcionados durante este período.

Aos professores presentes na minha banca de qualificação a professora Monica Hass e o professor Valdir Gregory que apresentaram contribuições a minha pesquisa quando da qualificação.

Especialmente agradeço aos meus avós Loni e Armino que com todo amor, carinho e dedicação me ensinaram valores que carrego por todo instante, sendo meu alicerce para os momentos felizes e tristes representando a importância da família para toda vida.

E agradeço ao meu esposo Mateus, que foi meu companheiro nessa caminhada, abdicando de vários momentos ao meu lado para que eu conseguisse escrever esta dissertação. Sempre acreditou no meu potencial ao oferecer apoio incondicional nos desafios e dilemas enfrentados. Através de todo amor, carinho e paciência compartilhou de todos os momentos ao longo desse mestrado e por isso só resta dizer: obrigada.

Este trabalho é também dedicado a todos os professores e colegas que compartilharam conhecimento, desafios e inspiração ao longo desta jornada. Que este trabalho contribua de alguma forma para o avanço do conhecimento em nossa área de estudo e possa inspirar outros a continuar buscando o saber.

“Uma mulher com uma voz é por definição uma mulher forte. Mas a busca para encontrar essa voz pode ser extremamente longa e difícil.”

Melinda Gate

## RESUMO

A história, tal como a conhecemos, foi predominantemente escrita pelos homens e sobre os homens, resultando em uma narrativa parcial que frequentemente marginaliza ou apaga as contribuições das mulheres. Esta invisibilidade feminina na historiografia reflete não apenas as desigualdades de gênero presentes ao longo dos séculos, mas também a persistência de uma visão limitada do papel das mulheres na sociedade. No contexto de eventos históricos específicos, como a Revolta de 1957, objeto de atenção desse estudo, é um exemplo emblemático de como as mulheres participaram ativamente de lutas políticas e sociais, embora suas contribuições sejam frequentemente subestimadas ou esquecidas. Este estudo explora a invisibilidade das mulheres na escrita da história e destacar suas contribuições na Revolta de 1957, com o objetivo de promover uma compreensão mais abrangente e inclusiva do passado. Estudamos a produção historiográfica produzida por historiadores e historiadoras, entre os anos de 1968 e 2018. Ao reconhecer e valorizar o papel das mulheres nesses contextos históricos, não apenas corrigimos injustiças históricas, mas também enriquecemos a narrativa histórica, proporcionando uma visão mais completa e equitativa da nossa herança coletiva.

Palavras-chave: Revolta de 1957; Sudoeste do Paraná; Historiografia; História das Mulheres.

## RESUMEN

La historia tal como la conocemos ha sido escrita predominantemente por hombres y sobre hombres, lo que ha resultado en una narrativa sesgada que a menudo margina o borra las contribuciones de las mujeres. Esta invisibilidad femenina en la historiografía refleja no sólo las desigualdades de género presentes a lo largo de los siglos, sino también la persistencia de una visión limitada del papel de la mujer en la sociedad. En el contexto de acontecimientos históricos específicos, como la Revuelta de 1957, tema central de este estudio, es un ejemplo emblemático de cómo las mujeres participaron activamente en las luchas políticas y sociales, aunque sus contribuciones a menudo se subestiman u olvidan. Este estudio explora la invisibilidad de las mujeres en la escritura de la historia y destaca sus contribuciones al Levantamiento de 1957, con el objetivo de promover una comprensión más integral e inclusiva del pasado. Estudiamos la producción historiográfica producida por historiadores, entre los años 1968 y 2018. Al reconocer y valorar el papel de las mujeres en estos contextos históricos, no sólo corregimos las injusticias históricas, sino que también enriquecemos la narrativa histórica, brindando una visión más completa y equitativa. de nuestro patrimonio colectivo.

Palabras clave: Revuelta de 1957; Sudoeste de Paraná; Historiografía; Historia de las Mujeres.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> – Ficha de ocupante de Antonio Pereira (1948).....	57
<b>GRÁFICO 1</b> – Média de integrantes por família.....	58

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1</b> – Dissertações e Teses sobre Mulheres nas Universidades públicas do Paraná...42	42
<b>TABELA 2</b> – População em cidades do Sudoeste do Paraná em 1960.....55	55
<b>TABELA 3</b> – Profissões dos requerentes de terras na Cango (1948-52).....59	59

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. HISTORIADORAS E A LUTA POR VISIBILIDADE ACADÊMICA.....</b>	<b>17</b>
1.1 Historia das mulheres no Ocidente: as contribuições de Michelle Perrot e Joan Scott.....	25
1.2 História das Mulheres no Brasil: alguns apontamentos historiográficos.....	34
<b>2. A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ E A REVOLTA DE 1957.....</b>	<b>44</b>
2.1 Uma Colônia Agrícola Nacional na fronteira Brasil-Argentina.....	52
2.2 Mulheres requerente de terras na CANGO.....	60
2.3 O conflito agrário de 1957: alguns aspectos.....	66
<b>3. A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NOS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE A REVOLTA DE 1957 NO SUDOESTE DO PARANÁ.....</b>	<b>71</b>
3.1 Mulheres silenciadas na escrita da história da Revolta de 1957 (1968-1987).....	71
3.2 Mulheres rompendo o silêncio e reescrevendo da história da Revolta de 1957 (1997-2000).....	76
3.3 A historiografia recente sobre a Revolta de 1957: o insistente silenciamento sobre as mulheres.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>88</b>

## APRESENTAÇÃO

Das mortes, espancamentos, castigos corporais e extorsões de dinheiro, não fazia a polícia os competentes inquéritos, para assim poder acobertar os crimes ou quando determinava qualquer medida processual era para deturpar a verdade de tal maneira que a vítima se transformava em autor e o criminoso em mártir inocente [...] a ordem é de não registrar óbitos, não abrir inquéritos, nada apurar naqueles que inadvertidamente foram abertos e de espancar, aterrorizar ou matar os audaciosos que tivessem petulância [...] de se queixar à polícia, contra os jaguncos das empresas do grupo Lupion.<sup>1</sup>

Senador Othon Mader, dez/1957

[...] nos dias entre quatro e seis do corrente mês [outubro de 1957], o declarante [jagunço Maringá] estava em seu rancho. Cerca das vinte e quatro horas (meia noite) [...] chegaram no rancho seis pessoas de nomes conhecidos por José de Oliveira, vulgo “Chapéu de Couro”, um tal de Gauchinho, um tal de Mato Grosso, um tal de Lapa, José Lucas e um tal de Walter de tal, todos dizendo serem empregados da Companhia Comercial Agrícola Paraná, presumindo o declarante que estes elementos foram mandados pelo chefe do Escritório da Companhia de Francisco Beltrão, de nome Lino Marquetti, que esses elementos solicitaram ao declarante que indicasse o caminho da casa de [...] Manuel Paraguay e de João Saldanha, [...] que o declarante coagido teve de mostrar o caminho da casa (rancho) do Paraguay. Pela madrugada, encontraram o rancho vazio, sem nenhuma pessoa [...] atacaram fogo ao rancho e atravessaram o rio Ampére, para a propriedade de João Saldanha, [...] o declarante e mais seis elementos, cercaram a casa de João Saldanha, ocasião em

1 MADER, Othon. “A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná em 1957”. Separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958. p. 6-7.

que João Saldanha [...] fugiu pelos fundos, [...] os elementos da Companhia atiraram ao seu encalco, de tiros de winchester e de revolver; [...] o declarante afirma que [...] “Chapéu de Couro” matou a mulher de João Saldanha, inclusive uma menina de oito a dez anos de idade; que tal de “Gauchinho”, matou uma menina de mais ou menos cinco a seis anos e que outro rapaz conseguiu fugir, [...] que o declarante pode afirmar que “Chapéu de Couro” jogou a criança para o ar e José Lucas a espetou com uma adaga [...] Pegaram a mulher e seveciaram-na [...] cortaram o seio e jogaram para o cachorro”.<sup>2</sup>

Senador Othon Mader, dez/1957

Os depoimentos citados acima explicitam a dinâmica e a violência empregada pelos jagunços das empresas colonizadoras que atuavam no Sudoeste do Paraná, na década de 1950. Depoimentos estes, coletados pelo Senador Paranaense Othon Mader quando dos contatos com as lideranças dos movimentos que opuseram resistência aos jagunços e às colonizadoras em outubro de 1957. O objetivo do senador era, em posse destes depoimentos, fazer chegar aos ouvidos dos senadores brasileiros, no Rio de Janeiro, as arbitrariedades e violências cometidas pela sanha de obter, a qualquer custo, o acesso à terra. Ainda que pronunciados em dezembro de 1957, esses relatos somente foram tornados documentos históricos e apresentados aos leitores quando a socióloga Iria Zanoni Gomes publicou o livro “1957, a revolta dos posseiros”, cuja primeira edição foi de 1986,<sup>3</sup> resultado de pesquisa de mestrado em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Na condição de vítimas, as mulheres apareceram na escrita da história do conflito agrário de 1957 e na história do Sudoeste do Paraná. Mas, somente em 1997, um grupo de mulheres, lideranças femininas vinculadas ao Sindicatos dos Trabalhadores do Sudoeste do Paraná, com auxílio de dois docentes da Unioeste (campus Francisco Beltrão), novos relatos de mulheres que vivenciaram os conflitos agrários e as distintas formas de violências movidas por diferentes atores sociais (além dos jagunços) foram coletados. Segue abaixo, o depoimento de Diversina Topanotti, residente e Dois Vizinhos, em que narra a situação das mulheres em áreas rurais durante o tenso ano de 1957:

2 MADER, Othon. “A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná em 1957”. Separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958. Trata-se de depoimento do jagunço “Maringá”, coletado na delegacia de Francisco Beltrão, em outubro de 1957, após ser preso por Jácomo Trento, cujo apelido era “Porto Alegre”. pp. 18-19.

3 GOMES, Iria Zanoni. **1957, a revolta de posseiros**. 3 ed. Curitiba: Criar edições 2005.

Bem, os homens se escondiam tudo porque eles não ficavam em casa, porque tinham medo dos jagunços que vinham matá e as mulher tinham que enfrentar porque tinham os filho; não podia deixá eles levá os filho. Eu trabalhava assim na beira da estrada, do carreiro, levava as criança numa caixinha e eles passavam, um tal de Orélio, que judiou de todo mundo, dizia: vai embora mulher boba, para de trabalhar nesta roça, leva estas criança pra casa, isso aí não adianta tu plantá, porque é tudo nosso mesmo. Nós vamo soltá os cavalo pra comê tudo que você planta aí. E eu mandava que ele viesse. Eu enfrentava eles, eu não tinha medo.<sup>4</sup>

O depoimento de Diversina Topanotti nos mostra como as mulheres enfrentaram os jaguncos na ausência dos pais, marido e filhos homens, escondidos nas florestas no entorno das casas para não serem mortos. Mulheres não eram apenas vítimas, mas também sujeitos da história e que moviam resistências diversas para sobreviver aos tempos difíceis que enfrentavam junto com os familiares.

O objetivo original desta pesquisa era estudar as mulheres camponesas no início da colonização do Sudoeste do Paraná, mediante a atuação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), cujo acervo documental está custodiado na Unipar, campus de Francisco Beltrão. Na pesquisa que realizamos neste acervo documental, localizamos as fichas de requerimento de terras, solicitadas pelos colonos e posseiros que intencionavam (ou já residiam) no Sudoeste do Paraná. Das mais de trezentas fichas, doze delas nos chamaram a atenção: Eram os requerimentos de terras solicitadas por mulheres viúvas, solteiras, disquitas e casadas, acompanhadas de filhos e agregados, para formalizar o acesso à terra dentro do perímetro territorial da CANGO. Intencionávamos fazer uso dos processos de regularização fundiária realizadas pela GETSOP e que estavam sob guarda do INCRA, unidade de Francisco Beltrão. Quando decidimos ir em busca dos processos de regularização fundiária, encontramos a unidade do INCRA de Francisco Beltrão fechado e o acervo documental encaixotado e pronto para seguir rumo ao INCRA Cascavel, onde seriam armazenados. Mas, por falta de espaço e condições adequadas para receber o acervo documental, o INCRA Cascavel, custodiou o Exército Brasileiro, unidade de Francisco

---

4 TOPANOTTI, DIVERSINA. Depoimento coletado pela Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Sindicatos dos Trabalhadores do Sudoeste do Paraná, em 1997. Gravado em Fita Cassete, transcrito e armazenado nos arquivos da biblioteca da Unioeste, campus de Francisco Beltrão/PR. Este depoimento foi publicado no seguinte artigo: ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. "A participação da mulher na Revolta de Posseiros de 1957". Revista Faz Ciência. Francisc Beltrão, vol 1, número 1, 1997. p.124.

Beltrão, para guardar o acervo documental, vedando o acesso a pesquisadores sob argumento de que os processos estavam em trânsito.

Quando da qualificação do mestrado, os pesquisadores que compunham a banca nos fizeram perceber que havia como permanecer com o tema mulheres, mas com novo foco: perceber como as mulheres aparecem nos escritos históricos sobre a Revolta de 1957. Tivemos de repensar tudo. Reescrever tudo, pois quase nada do que foi objeto da qualificação serviria para o novo objeto, salvo o que havíamos escrito sobre o contexto histórico da Revolta de 1957. O tema Mulheres, Feminismo e Gênero, foram objeto de estudo por meses após densa pesquisa sobre a escrita da história por e sobre mulheres.

Historicamente, a maioria dos documentos e registros foram produzidos por homens e para homens, resultando em uma visão parcial e incompleta da história. As atividades e as experiências das mulheres frequentemente não foram consideradas dignas de registro, ou foram deliberadamente omitidas. As poucas menções às mulheres muitas vezes as colocam em papéis subalternos ou estereotipados, como mães, esposas ou figuras de apoio. Essa invisibilidade tem consequências profundas, não apenas para o entendimento histórico, mas também para a percepção contemporânea das capacidades e das contribuições das mulheres. A ausência de referências históricas femininas influencia a construção de identidade e a autoestima das mulheres, reforçando estereótipos de gênero e limitando o reconhecimento das mulheres como agentes históricos.

Como objetivos procuramos investigar as contribuições específicas das mulheres durante a Revolta de 1957, destacando seus papéis, ações e impactos na história. Também exploramos as razões por trás da invisibilidade das mulheres na narrativa histórica, incluindo vieses de gênero, estruturas patriarcais e negligência intencional ou inadvertida. Analisamos fontes históricas primárias e secundárias relacionadas ao povoamento no sudoeste paranaense para identificar lacunas e omissões de informações sobre as mulheres participantes e investigamos como as narrativas históricas predominantes foram construídas e quais critérios foram usados para destacar certos eventos, figuras e perspectivas em detrimento de outros, particularmente as mulheres. Por fim também investigamos as consequências da invisibilidade das mulheres na escrita da história da Revolta de 1957, tanto em termos de percepções públicas contemporâneas quanto de impactos na representação histórica mais ampla.

Resultado desta pesquisa e leituras foi a feitura do primeiro capítulo deste estudo, “Historiadoras e a luta por visibilidade acadêmica”, cujo objetivo foi explicitar os caminhos e descaminhos utilizados pelas historiadoras mulheres que se dedicaram a pesquisar a história de mulheres para ter visibilidade acadêmica, fora e dentro do Brasil, a partir da segunda metade do século XX. O fortalecimento dos movimentos feministas contribuiu de diferentes

formas para o fortalecimento desta nova temática de pesquisa. Das pesquisas transformadas em livros, teóricos e estudos de casos, foi possível constituir grupos de estudos e pesquisas em diferentes universidades brasileiras, cujo resultado incentivou historiadores e historiadoras a estudar a história das mulheres.

O segundo capítulo deste estudo, intitulado “A colonização do Sudoeste do Paraná e a Revolta de 1957”, tem por meta apresentar ao leitor os diferentes processos de ocupação e colonização do Sudoeste do Paraná, desde fins do século XIX até a década de 1950, apontando, também, a presença de povos originários, da população negra (escravos e libertos), da população cabocla e a chegada dos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para promover a densa ocupação e colonização do Sudoeste do Paraná. Para isso, fizemos uso da historiografia existente que trata da história do Sudoeste do Paraná. Ainda neste capítulo, abordamos, de forma breve, em dez tópicos, os motivos que levaram à eclosão da revolta de colonos e posseiros entre setembro e outubro de 1957. Decidimos não recontar a história do conflito agrário, pois dezenas de pesquisadores, dentre eles, historiadores e historiadoras, já o fizeram. Ao invés disso, dedicamos atenção ao estudo das informações que constam nas fichas de requerimento de terras de 12 mulheres viúvas, desquitadas, solteiras e casadas (mas sem a companhia do marido) e seus filhos, que formalizaram pedido de acesso à terras em distintas localidades do Sudoeste do Paraná.

A Revolta de 1957, que pode referir-se a vários eventos históricos dependendo do contexto (como a Revolta de Canudos no Brasil, por exemplo, ou a luta pela independência em países africanos), também testemunhou a participação ativa das mulheres, embora frequentemente negligenciada. Em muitos movimentos de revolta e independência, as mulheres desempenharam papéis cruciais, desde a logística e o apoio médico até a liderança e o combate.

Na Revolta de Canudos, por exemplo, mulheres desempenharam papéis fundamentais tanto na resistência armada quanto no apoio aos combatentes, cuidando dos feridos, organizando suprimentos e mantendo a coesão social da comunidade em guerra. No entanto, suas contribuições são muitas vezes sub-representadas na narrativa dominante.

Da mesma forma, em movimentos de independência na África durante a década de 1950, como a Revolta Mau Mau no Quênia, as mulheres participaram ativamente tanto nas ações armadas quanto nas redes de suporte clandestinas. Elas enfrentaram riscos consideráveis, incluindo prisão e tortura, mas seu papel é frequentemente minimizado nos relatos históricos.

O terceiro capítulo “A (in)visibilidade da mulher nos estudos históricos sobre a Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná”, tem por objetivo estudar as memórias (ou a

ausência de meórias) sobre as mulheres que, junto às suas famílias, migraram em diferentes tempos históricos para ocupar e fazer a terra produzir alimentos e renda. Operamos um recorte temporal, o ano de 1957, cuja justificativa se deu em função de existirem quase três dezenas de livros sobre a Revolta de 1957, escritos por memorialistas, jornalistas, economistas, literatos, poetas, sociólogos e historiadores. Como a empreitada era grande para, em pouco tempo, produzir e finalizar a pesquisa, dedicamos acolher como objeto de estudo apenas os escritos sobre a revolta de 1957, realizado por historiadores e historiadoras. Mas, não foi nossa intenção realizar uma fina pesquisa para localizar tudo o que foi escrito, mas tão somente os estudos que conseguimos localizar nas redes sociais (dissertações, teses e artigos) e em bibliotecas públicas da região Sudoeste do Paraná. Verificamos que somente em 1997, quarenta anos depois do final do conflito agrário, foi publicado o primeiro estudo acadêmico tendo como cerne da pesquisa as mulheres na revolta de 1957. Gilmar Fiorese, docente da Unioeste, fez pesquisa de mestrado em história, sobre as mulheres na Revolta de 1957 e, mais recentemente (2020) um artigo científico propondo novos olhares sobre as mulheres no tempo da revolta utilizando documentos de ordem imagética e filmográfica. Há, ainda, resistência por parte dos historiadores em consentir a presença da mulher na história da Revolta de 1957, quer por desconhecer a pequena historiografia sobre mulheres existentes; o desconhecimento por parte dos historiadores e de historiadoras destes estudos sobre mulheres; ou ainda, a operacionalização do silêncio e do esquecimento sobre as mulheres no contexto da revolta de 1957.

A pesquisa sobre o tema "Mulheres na História: A (In)Visibilidade das Mulheres na Escrita da História e na Revolta de 1957" é de extrema relevância por várias razões que transcendem o simples resgate histórico. Justificar tal investigação envolve considerar que primeiramente a historiografia tradicional tem, em grande parte, negligenciado as contribuições das mulheres, resultando em uma narrativa histórica incompleta e tendenciosa. A pesquisa visa dar visão a essa omissão, garantindo que as mulheres recebam o reconhecimento merecido por suas participações e contribuições em eventos históricos significativos, como a Revolta de 1957.

Em segundo lugar reconhecer o papel das mulheres na história é fundamental para a promoção da igualdade de gênero. Quando as mulheres são visibilizadas na narrativa histórica, isso contribui para desafiar e desconstruir estereótipos de gênero, inspirando novas gerações a lutar por igualdade e justiça social. Além de uma abordagem inclusiva à história, que incorpora as experiências e contribuições das mulheres, resulta em uma narrativa mais rica e multifacetada. Isso proporciona uma compreensão mais completa e profunda dos eventos históricos, revelando dinâmicas sociais, políticas e culturais que de outra forma permaneceriam ocultas.

Além disso as experiências das mulheres durante a Revolta de 1957, sejam elas combatentes, líderes, cuidadoras ou estrategistas, oferecem perspectivas valiosas sobre a resistência e a resiliência em contextos de conflito. A pesquisa dessas vivências diversificadas permite uma valorização mais ampla das diferentes formas de participação e resistência.

E por fim a investigação sobre a invisibilidade das mulheres na história e na Revolta de 1957 contribui para o campo acadêmico, oferecendo novas perspectivas e dados que podem enriquecer estudos futuros. Isso fomenta o desenvolvimento de metodologias de pesquisa mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero. Portanto, a pesquisa sobre a (in)visibilidade das mulheres na escrita da história e na Revolta de 1957 é essencial não apenas para reescrever uma história mais justa, mas também para influenciar positivamente a sociedade atual e futura, promovendo uma compreensão mais equitativa e abrangente do nosso passado coletivo.

Em linhas gerais, é flagrante o silenciamento sobre mulheres na escrita da história da revolta de 1957, como se não tivessem tido qualquer função, em lugar algum, na cenário histórico regional. Ainda há muito que se escrever publicar e divulgar sobre a história da revolta, pelo viés feminino mediante o uso de novos documentos históricos, tais como: peças de teatro, romances históricos, textos jornalísticos, livros de poemas e os escritos de memorialistas. Nestas tipologias de obras, a figura feminina aparece e ganha vida, ainda que moldando, nalgumas vezes, o estereótipo de mulher submissa, obediente, cristã e dependente do marido, quer em espaço urbano ou rural.

O esforço de reavaliar e reescrever a história com uma perspectiva mais inclusiva é essencial para reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres. Esse processo envolve a recuperação de documentos, a análise crítica das fontes existentes e a integração das vozes femininas na narrativa histórica. Acadêmicos feministas e historiadores revisionistas trabalham para desenterrar essas histórias ocultas e reconstruir uma visão mais completa e justa do passado. A visibilidade das mulheres na história não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma ferramenta poderosa para inspirar futuras gerações de mulheres a verem a si mesmas como participantes plenas e ativas na construção de nosso mundo.

## 1. HISTORIADORAS E A LUTA POR VISIBILIDADE ACADÊMICA

“Ora, a vida intelectual concebe-se sempre como se ela fosse definida pela função de resistência, de tomada da palavra, de alerta. Mas ela se esquece de que seu verdadeiro trabalho é o trabalho de análise, de compreensão de realidade.” Aduato Novaes – *O silêncio dos intelectuais* (2006).<sup>5</sup>

Aduato Novaes, em 2006, organizou a obra *O Silêncio dos Intelectuais*. Era resultado de um ciclo de conferências “O silêncio dos intelectuais”, que integrava o projeto *Cultura e pensamento em tempos de incerteza*, do Ministério da Cultura. Foi, inicialmente, um evento transmitido em tempo real, na forma de videoconferência, às principais universidades federais do Brasil, no ano de 2005. As conferências dos pesquisadores e pesquisadoras convidados(as) foram publicados no formato de livro, pela editora Companhia das Letras, em 2006. No capítulo inicial do livro, intitulado “Intelectuais em tempos de incerteza” (uma espécie de apresentação da obra), Aduato Novaes, sinalizava que, frente a um mundo em transformação, havia um silêncio dos intelectuais, que insinuavam “covardia, cumplicidade política, desinteresse”, ou ainda, “uma anemia criadora em todas as áreas de atividade, entre elas a política e o pensamento”. (NOVAES, 2006, p. 7)

O silêncio, pontuava Novaes, era parte constitutivo da fala, de quem tinha os olhos nas “trevas, que nada vê, mas se sente prestes a ver”, ou ainda, que o silêncio dos intelectuais seria “a expressão de uma crise” frente ao tempo vivido e experimentado em meados da primeira década do século XXI. Para Novaes, havia dificuldades em perceber, ler, compreender, o que viria pela frente, pois eram “tempos de incertezas” frente ao “fim das utopias”, do “predomínio do relativismo”, dos desgastes dos “ideais universais de liberdade, justiça, razão e verdade” frente ao “esgarçamento do espaço público” e da opinião pública que se fortaleceu com a “revolução tecnocientífica” e as redes sociais. No final do capítulo inicial, Novaes ponderou que não havia “deficit na tomada da palavra em nossa sociedade”, mas existia, um “deficit de compreensão” do tempo e das transformações sociais, políticas e econômicas experimentadas a nível mundial e brasileiro, sobretudo em referência ao novo século. (NOVAES, 2006, p. 8-11)

5 NOVAES, Aduato (Org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Os convidados para integrar o rol de palestrantes do evento e, por extensão, obra, foram: Marilena Chauí, Francisco Wolf, Sergio Paulo Rouanet, Marcelo Coelho, Géraldine Muhlmann, Renato Janine Ribeiro, Franklin Leopoldo e Silva, Jean-Francois Sirinelli, Antonio Cícero, Michel Déguay, Haqira Osakabe, Nweton Bignotto, José Raimundo Maia Neto, Francisco de Oliveira e Adauto Novaes. Do seleto grupo de palestrantes, uma única mulher, Marilena Chauí, filósofa, professora e pesquisadora de grande vulto, da USP. (Novaes, 2006) Desta constatação, nasceu um questionamento. Naquele período haviam outras intelectuais mulheres capazes de produzirem leituras e compreensões do tempo presente, na área de filosofia, ou na grande área de humanidades? Certamente sim, estrangeiras ou não, pois as mulheres, a algumas décadas deixaram de ser “protagonistas anônimas” de nossa história intelectual nas mais distintas áreas do conhecimento. Elas fazem parte da história e produzem a sua própria história interpretando e escrevendo sobre os dilemas e problemas do tempo passado e do tempo presente.

Diante desta reflexão inicial, perguntamos: na área de História, as historiadoras mulheres possuem participação e visibilidade na escrita da história? Para responder a esse questionamento, dedicaremos atenção aos livros autorais ou organizados com a finalidade de abordar a trajetória intelectual de historiadores e historiadoras, publicados em língua portuguesa a partir da década de 1980. Frisamos que não é nossa intenção produzir uma análise profunda das obras que utilizaremos como objeto de estudo, mas somente apontar a participação, ou não, das historiadoras mulheres nas obras. Iniciamos pela obra *Ensaio sobre Ego-História* organizado por Pierre Nora, publicado em francês e português no ano de 1987 (NORA, 1987). Nesta obra, Maurice Agulhon, Pierre Chaunu, Georges Duby, Paoul Girardet, Michelle Perrot, Jacques Le Goff e René Remnod produziram ensaios autobiográficos trazendo ao leitor memórias pessoais de como tornaram-se historiadores, a área de atuação como pesquisadores, a docência no ensino superior e o engajamento intelectual a temas contemporâneos. Michelle Perrot, historiadora francesa, uma das precursoras dos estudos sobre história das mulheres na França, figura dentre os participantes da obra organizada por Pierre Nora.<sup>6</sup>

Na Inglaterra, em 1991, Peter Burke publicou *A escrita da história: novas perspectivas*. Em 1992 saiu a edição em língua portuguesa (BURKE, 1992). Nesta obra, Peter Burke convidou, além dele, outros nove historiadores de diferentes nacionalidades para refletirem sobre a contribuição da “Nova História”, mais precisamente, da coleção de ensaios organizados por Jacques Le Goff e Pierre Nora, publicadas em 1974, interessada em discutir e

6 NORA, Pierre (org.). **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

propor o estudo de toda a atividade humana, como por exemplo, a história vista de baixo, a infância, a velhice, as mulheres, a morte, a loucura, o clima, os odores, os gestos, o corpo, o filme e a leitura, pelo viés interdisciplinar.<sup>7</sup> Dos dez historiadores, apenas a historiadora estadunidense Joan Scott participou desta obra, discorrendo sobre “História das mulheres”.

Em 2002, a filósofa e historiadora australiana Marnie Hughes-Warrington publicou o livro *50 grandes pensadores da história*, da antiguidade ao início do século XXI.<sup>8</sup> Foi uma escolha difícil, sinaliza Marnie, e não, necessariamente, eram os cinquenta mais importantes historiadores de todos os tempos em termos de popularidade, “de impacto ou de significado, mas, ao contrário, de desafio” e a capacidade de cada historiador para “incitar discussões” e provocações (HUGHES-WARRINGTON, 2002, p. 12-13). Dos cinquenta pensadores da história escolhidos para compor a obra, três eram historiadoras: Natalie Zemon Davis, Joan Scott e Sheila Rowbotham, articulando o perfil biográfico à trajetória acadêmica e à militância política e social.

No ano de 2003, Véronique Sales organizou a obra *Les historiens*, publicada pela editora Armand Colin, de Paris. Em 2011, a editora Unesp publicou a obra em língua portuguesa, intitulada *Os historiadores*.<sup>9</sup> O propósito da obra era situar a obra de cada historiador em seu tempo, atento à dupla temporalidade dos textos comentados por eles de obras escritas por outros historiadores, fazendo-nos perceber que o pensar a História passou por diversas modificações ao longo dos séculos XIX e XX. Véronique sinaliza, nas páginas iniciais da obra, que a escolha dos historiadores para compor o livro era pela metodologia adotada por eles quando da pesquisa documental, a organização dos documentos e o processo da escrita dos textos. A organizadora da obra esperava receber críticas pela ausência de outros pensadores da história. Dos dezenove historiadores que figuram nos capítulos da obra, Véronique Sales privilegiou apenas historiadores homens em sua coletânea.

E, no Brasil, como as obras que dedicam-se a abordar aspectos da história biográfica e acadêmica de historiadores, brasileiros ou não, tem propiciado visibilidade às historiadoras? Iniciamos pela obra *As muitas faces da história: nove entrevistas*, organizada pela historiadora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, publicada pela Editora Unesp, no ano 2000. Maria Lúcia realizou nove entrevistas com historiadores, que são: Jack Goody, Asa Briggs, Natalie Zemon

7 A coleção de ensaios que nos referimos é: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. Pode-se incluir, também, outra obra: LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy; DUBY, Georges; et. all.. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1986. A edição francesa desta obra é de 1977.

8 HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 grandes pensadores da história*. São Paulo: Contexto, 2002.

9 SALES, Véronique (org.). *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Davis, Keith Thomas, Daniel Roche, Peter Burke, Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Quentin Skinner. O objetivo da obra era “fazer que cada um dos historiadores aqui reunidos revelasse coisas que a leitura de seus textos não revela, ou não revela tão claramente” sobre as formas de se pesquisar e escrever a História. Dos nove historiadores, uma historiadora, Natalie Zemon Davis.

*Conversa com Historiadores Brasileiros*, organizado por José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, publicado pela Editora 34, no ano de 2002.<sup>10</sup> 15 renomados historiadores, 5 deles, mulheres: Maria Yedda Linhares, Emília Viotti da Costa, Maria Odila da Silva Dias, Ângela de Castro Gomes e Laura de Mello e Souza. As entrevistas ocorreram entre fins de 1999 e meados de 2001. Todos os entrevistados discorreram sobre a trajetória de vida pessoal, a escolha pela área de História, o tornar-se pesquisador, o ingresso na vida pública, a militância política e a trajetória acadêmica dentro das universidades e o vínculo de suas pesquisas com determinados aportes teóricos e metodológicos. Os organizadores justificaram a escolha destes nomes: “A legitimidade deste grupo se baseia na relevância de sua produção historiográfica e na autoridade da trajetória profissional de casa um deles, reconhecidas de maneira geral pela comunidade e fora dela”. (MORAES; REGO, 2003, p. 18)

*Ideias de História: tradição e inovação de Maquiavel a Herder* foi organizado por Marcos Antonio Lopes, publicado pela Editora Eduel, em 2007.<sup>11</sup> Nicolau Maquiavel, Francesco Guicciardini, Jean Bodin, Jacques-Bénigne Bossuet, Giambattista Vico, Montesquieu (Charles-Louis de Secondat), Voltaire (François-Marie Arouet), David Hume, Jean Jacques Rousseau, Edward Gibbon e Johann Gottfried Herder foram objetos de reflexão nesta obra. Não eram historiadores e sim pensadores do campo da Ciência Política que, em algum momento de suas reflexões, registraram suas compreensões sobre a “ideia de História” e do saber histórico na Europa Moderna. A ausência de pensadoras mulheres nesta obra. *Historiadores de nosso tempo*, outra obra organizada por Marcos Antonio Lopes, em parceria com Sidnei Munhoz, foi publicada em 2010, pela Editora Alameda.<sup>12</sup> 16 historiadores estrangeiros foram contemplados neste livro, tendo Michelle Perrot e Natalie Zemon Davis como representantes femininas. Incomoda não apenas a baixa representatividade feminina, mas a tendência de valorizar sempre as mesmas historiadoras, ainda que saibamos das contribuições delas à escrita da história. Noutra obra organizada por Marcos Antonio Lopes,

10 MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (Orgs.). *Conversa com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

11 LOPES, Marcos Antonio (Org.). *Ideias de História: tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: Eduel. 2007.

12 LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei J. (Orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

em parceria com Julio Benvivoglio, intitulada *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*,<sup>13</sup> publicada pela Editora Vozes, em 2013, nenhuma historiadora figura como objeto de estudo. A historiadora Naiara Dantas Ribeiro foi a única mulher convidada pelos organizadoras para contribuir com texto na obra.

Entre os anos de 2012 a 2014, Maurício Parada organizou a trilogia *Os historiadores clássicos da história*,<sup>14</sup> publicados em coedição pela Editora Vozes e Editora PUC Rio. Dos 42 historiadores, da antiguidade a fins do século XX, nenhum dos escolhidos para compor o rol de “clássicos da história” é mulher, ainda que, em outros estudos, Joan Scott, Natalie Zemon Davis e Michelle Perrot tenham sido colocadas como grande referência. Em 2018, Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues publicaram *Os historiadores: clássicos da história do Brasil: Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*.<sup>15</sup> No rol de “clássicos da história do Brasil”, todos homens, estão: Francisco Adolfo de Varnhagen, João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Oliveira Lima, Manuel Bonfim, Afonso d’Escragolle Taunay, Luís da Câmara Cascudo, Octávio Tarquínio de Sousa, Gilberto Freyre, Serafim Leite, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues. Seguem no mesmo caminho, privilegiando apenas historiadores homens, as obras: *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*, publicada em 2018 pela Editora FGV, tendo por autores Thiago Lima Nicodemo, Mateus Henrique de Faria Pereira, Pedro Afonso Cristóvão dos Santos; *História e historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil, 1780-1860*,<sup>16</sup> organizado por Fernanda Varella, Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo, publicado em 2015 pela EDIPUC/RS e; *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, 1870-1940*,<sup>17</sup> organizado por Fernando Nicolazzi, publicado em 2015, pela EDIPUC/RS.

13 LOPES, Marcos Antonio; BENTIVOGLIO, Julio (Orgs.). *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis Vozes, 2013.

14 PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*: De Heródoto a Humboldt. Petrópolis: Vozes, 2012; \_\_\_\_\_. (org.) *Os historiadores: clássicos da história*: De Tocqueville a Thompson. Petrópolis: Vozes, 2013; \_\_\_\_\_. (org.) *Os historiadores: clássicos da história*: De Ricoeur a Chartier. Petrópolis: Vozes, 2014.

15 PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.). *Os historiadores - clássicos da história do Brasil*: Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 2018.

16 VARELLA, Flavia; OLIVEIRA, Maria da Gloria de; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *História e historiadores no Brasil*: da América Portuguesa ao Império do Brasil, 1780-1860. Porto Alegre: EDIPUC/RS.

17 NICOLAZZI, Fernando (Org.). *História e historiadores no Brasil*: do fim do Império ao alvorecer da República, 1870-1940. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2015.

*À margem dos cânones: pensamento social e interpretações do Brasil*,<sup>18</sup> possui dois volumes, o primeiro, publicado em 2013 e o segundo em 2017, sob organização de Alexandro Dantas Trindade, Hilton Costa, Simone Meucci e Diogo da Silva Roiz. Dos 19 ensaios reunidos nos livros, apenas o nome da freira Francisca Peeters foi lembrado, por ter contribuição no ensino de sociologia como uma das primeiras mulheres a escrever um manual de sociologia. Arlette Farge, dedicada ao estudo de arquivos, é a única historiadora a ser objeto de estudo na obra *A afirmação da história como ciência no século XX: de Arlette Farge a Robert Mandrou*,<sup>19</sup> organizada por Julio Bentivoglio e Alexandre de Sá Avelar, publicado em 2016, pela Editora Vozes. Três anos depois Julio Bentivoglio e Alexandre de Sá Avelar organizaram *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*,<sup>20</sup> publicado pela Editora Milfontes. Nesta obra, Joan Scott e Michelle Perrot fazem companhia para Lynn Hunt e Gabrielle Spiegel.

Pelas dezenas de obras citadas acima, de outras tantas que existem, indagamos: o que justifica a rara presença de historiadoras nas obras que tratam do tema teoria e historiografia da história? Ainda que alguns autores(as) e organizadores(as) tenham sinalizado não ter utilizado como critério de escolha dos nomes serem “homem” ou “mulher”, configura-se uma atitude de exclusão. Porquê não se estudam outras historiadoras, para além das mais conhecidas e reconhecidas, para explicitar que elas, sobretudo a partir da década de 1970, tiveram papel importante no ensino, na pesquisa e na constituição de cursos de graduação e pós-graduação em universidades e órgãos públicos que dedicam-se à pesquisa histórica? Há, entre os historiadores, a tentativa de ofuscar a contribuição das historiadoras nas formas de abordagens e releituras de temas clássicos e contemporâneos na área de História?

É correto dizer que, durante muito tempo, faltaram oportunidades para as mulheres ingressarem no ensino superior e no mercado de trabalho. Mas, existiram exceções, isto é, de mulheres que, mesmo enfrentando discriminações em salas de aula em cursos de graduação e pós-graduação, notadamente masculinos (como jornalismo, administração, direito, agronomia, engenharias, por exemplo), conseguiram se formar e se inserir no mercado de trabalho. No caso brasileiro, o período ditatorial também contribuiu para a quase ausência de mulheres nos cursos da área de humanas. Porém, Maria Yedda Linhares, Emília Viotti da Costa, Maria

18 TRINDADE, Alexandro Dantas.; ROIZ, Diogo da Silva; COSTA, Hilton (Orgs.). *À margem dos cânones: pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013; TRINDADE, Alexandro Dantas; MEUCCI, Simone; COSTA, Hilton (Orgs.). *À margem dos cânones: pensamento social e interpretações do Brasil II*. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.

19 BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). *A afirmação da história como ciência no século XX: de Arlette Farge a Robert Mandrou*. Petrópolis: Vozes, 2018.

20 BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). *O futuro da História: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Editora Milfontes, 2018.

Odila da Silva Dias, Ângela de Castro Gomes e Laura de Mello e Souza (dentre outras), souberam, mesmo passando pelas agruras da ditadura militar, superar os “cânones masculinos” existentes mesmo na área de História, como apontam José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego na obra *Conversa com Historiadores Brasileiros*.<sup>21</sup>

Se pairavam “no ar” e nos textos acadêmicos que a produção do conhecimento histórico era, em sua ampla maioria, produzida por homens; se, mesmo convivendo no cotidiano de centros de pesquisas e colegiados de cursos de graduação e pós-graduação, os historiadores não questionaram a historiografia sobre a “ausência” de historiadoras, ou apareciam como “auxiliares” em projetos coordenados por historiadores, algumas historiadoras, incomodadas, decidiram produzir obras para dar visibilidade e presença de historiadoras na escrita da história. Centraremos, aqui, atenção em apresentar, ainda que de maneira breve, algumas obras escritas por brasileiras e publicadas no Brasil.

*Mulheres na USP: horizontes que se abrem*,<sup>22</sup> organizado pelas sociólogas Eva Alterman Blay e Alice Beatriz da Silva Gordo, publicada em 2004 pela Editora Humanitas, além de apresentar um conjunto de dados quantitativos da produção acadêmica de professoras da Universidade de São Paulo, contém seis entrevistas com pesquisadoras consideradas pioneiras: Gilda de Mello e Souza, Jandyra França Borzaghi, Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão, Maria da Conceição Vicente de Carvalho e Veronica Rapp de Eston. Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão foram as primeiras mulheres a se formar em História e Geografia, na USP, em 1938, acompanhando o nascer e fazer-se dos cursos de História e Geografia, como alunas e, adiante, como docentes pioneiras no desenvolvimento de pesquisas nas áreas de História. No depoimento de Olga Pantaleão, ela manifesta o incômodo dos historiadores com as historiadoras:

Uma reação masculina contra as mulheres começou a se manifestar por força de vários fatores: quando a mulher se mostrava mais competente do que os homens do mesmo campo de estudo e de ensino, quando ocupava ou passava a ocupar lugar desejado por algum colega do sexo masculino, ou pela simples razão do preconceito antifeminista. Não posso dizer que era uma situação geral na Faculdade: houve colegas nossas que nunca foram inquietadas e puderam permanecer pelo tempo que quiseram nos seus postos. Mas, em certo momento, instalou-se em alguns setores uma atitude antifeminista bem marcada. Na História, por exemplo, um de seus professores falava ser preciso pôr o “mulherio” para fora da Faculdade (PANTALEÃO, 2004, p. 112).

21 MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (Orgs.). *Conversa com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

22 BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas, 2004.

A produção historiográfica de Alice e Olga não foi pequena. Porquê ambas não figuram nas obras que tratam da historiografia brasileira, ao lado de, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, que foi colega de turma de ambas na graduação em História e Geografia? O machismo e o patriarcalismo, velado ou explícito, por um longo tempo fez parte do cotidiano da USP (e de outras universidades, públicas, privadas e comunitárias), privilegiando e dando visibilidade à produção acadêmica dos historiadores e silenciando a produção acadêmica das historiadoras. A historiadora Zilda Márcia Gricoli Iokoi (também da USP), na obra *A escrita do historiador: cosmovisões em conflitos*,<sup>23</sup> discorre sobre o papel do historiador a partir do pensamento de alguns historiadores e historiadoras e como eles e elas influenciaram a sua forma de pensar e escrever a história. Nesta obra, Zilda Iokoi faz uma homenagem à historiadora Emília Viotti da Costa, dialogando, ao mesmo tempo, sobre o conceito de “cosmovisão” que nortearam as reflexões e os escritos de Emília.

A coletânea de textos, em dois volumes, intitulado *As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história*,<sup>24</sup> organizado por Diogo Roiz, Rebeca Gontijo e Tânia Zimmermann, publicado pela Editora Mercado das Letras, em 2022, propiciam contribuição sem igual para a visibilidade e produção acadêmica de historiadoras brasileiras. Nos dois volumes constam a trajetória de 47 historiadoras. Os organizadores construíram a obra em duas partes: as pioneiras nos estudos históricos brasileiros e a geração de pesquisadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil, justificando, assim, os dois volumes. Há, nos dois volumes, textos no formato de autobiografias, no formato de entrevistas e textos escritos por outros historiadores e historiadoras sobre a trajetória de historiadoras. Alice Piffer Canabrava, Maria Yedda Linhares, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Anita Novinsky, Miriam Ellis, Maria Thétis Nunes, Cecília Westphalen, Emília Viotti da Costa, Maria Thereza Schorer Petrone, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Katia de Queirós Mattoso, Laima Mesgravis, Maria Luiza Marcílio, Maria de Lourdes Monaco Janotti, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Odila Leite da Silva, Anna Maria Martinez Corrêa, Nanci Leonzo, Elza Nadai, Sandra Jatahy Pesavento, Eni Mesquita Samara, Angela de Castro Gomes, Helenice Rodrigues da Silva, Joana Maria Pedro, Selva Guimarães, Circe Bittencourt, Regina Horta Duarte, Dóris Mendes Trindade, Joana Neves, Ana Maria Colling, Céli Regina Jardim Pinto, Ida Lewkowicz, Maria Lígia

23 IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Org.). *A escrita do historiador: cosmovisões em conflitos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

24 ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia (Orgs.). *As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I*: pioneiras nos estudos históricos brasileiros. Campinas: Mercado de Letras, 2022; ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia (Orgs.). *As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história II*: uma geração de pesquisadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

Coelho Prado, Beatriz Nascimento, Marina de Mello e Souza, Leila Hernandez, Izabel Andrade Marson, Margareth Rago, Maria Bernardete Ramos Flores, Rosa Fátima de Souza Chaloba, Maria do Rosario Mortatti, Doracina Aparecida de Castro Araújo, Tânia Regina de Luca, Teresa Malatian, Marisa Saenz Leme, Raquel Glezer e Suely Robles Reis de Queiroz figuram nestes dois tomos. Há, ainda, um terceiro tomo a ser publicado, como resultado do projeto “Biografias intelectuais: trajetórias de pesquisadoras pioneiras nos estudos históricos brasileiros”, contemplado por edital da Capes, em 2014.

Diogo Roiz, Rebeca Gontijo e Tânia Zimmermann comentam, no capítulo introdutório de ambos os volumes, que a escolha das historiadoras levou em conta dois pontos centrais: “O primeiro, o pioneirismo que tiveram na análise de temas, objetos e fontes; depois, em função da ampla divulgação que obtiveram no país e no exterior” (ROIZ, GONTIJO, ZIMMERMANN, 2022, p. 33). Sinalizam, também, sobre as exclusões ou ausências de inúmeras outras historiadoras nestes dois volumes: “As inevitáveis exclusões também se deveram a alguns fatores. Fundamentalmente, ao fato de suas obras terem um caráter regional, quando não pela escassa divulgação das mesmas, inclusive em português”, ou ainda, “pela própria dificuldade em destrinchar arquivos pessoais imensos e de difícil acesso. Somente anos de pesquisas poderiam transpor tais barreiras e não dispúnhamos de tempo nem de pesquisadores para levar a cabo tal iniciativa neste momento. (ROIZ, GONTIJO, ZIMMERMANN, 2022, p. 33)

### **1.1 História das mulheres no Ocidente: as contribuições de Michelle Perrot e Joan Scott.**

Hoje, a História das Mulheres é um campo de estudos, surgido e moldado ao longo de décadas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento em torno dos conceitos de “Mulher”, “Mulheres”, “Feminismo”, “Gênero” e “Relações de Gênero” para explicitar a condição feminina em distintos lugares de atuação, no campo e na cidade. A História das Mulheres mostra, por diferentes ângulos de abordagens e fontes documentais, que as mulheres possuem história própria; que são sujeitos de sua história; que a luta por direitos civis, políticos e sociais, a duras penas e muita resistência e luta, possibilitaram a elas diversas conquistas, sobretudo no decorrer do século XX. E, tudo isso, inicia com os movimentos feministas nos Estados Unidos e na Europa, surgido em fins do século XIX. No entanto, nosso recorte temporal para historiar sobre o tema História das Mulheres, inicia-se com a publicação

da obra *O segundo sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir, publicado em Paris no ano de 1949.<sup>25</sup>

Impresso em dois volumes, *O segundo sexo* é considerado um marco para o movimento feminista europeu e, ainda hoje, uma obra que se mantém atual pela complexidade das questões que constam no livro, escrito numa linguagem acessível aos leitores não acadêmicos. Esse foi o primeiro impacto da obra, tanto que, na primeira semana de lançamento, vendeu 22 mil exemplares, pontua Kate Kirkpatrick, em *Simone Beauvoir: uma vida*.<sup>26</sup> Com a mesma intensidade vieram as críticas, detalha Kate:

Com uma população esgotada pela guerra, a França precisava de cidadãos – mas Beauvoir foi acusada de traidora de seu sexo e de sua nação. Após a guerra, a indústria francesa precisava de revitalização, e além de mais nascimentos, também precisava que mais mulheres ingressassem na força de trabalho. A linguagem de Beauvoir foi e ainda é chocante em alguns lugares, e, em retrospectiva, existem passagens que parecem mal interpretadas, dado o contexto político e a experiência de mulheres que não se sentiam “escravizadas” pela maternidade, Beauvoir se referia às grávidas como hospedeiras de “parasitas” da espécie. (KIRKPATRICK, 2020, p. 314-315)

A crítica ácida fez com que *Segundo sexo* se tornasse mais conhecida e estudada, dentro e fora da Europa. Pela nossa leitura da obra, a grande contribuição do livro foi centrar a reflexão sobre o corpo no centro do debate sobre o feminismo, isto é: que o corpo da mulher e os significados sociais dizem muito e condicionam sobre sua existência. Michelle Perrot, em sua autobiografia, publicada na obra *Ensaio de ego-história*, citada anteriormente, menciona ter lido o livro de Simone Beauvoir durante a graduação em História, na Sorbonne. E, que desta leitura, nasceram ideias de estudar o feminismo. Mas, por influência de Ernest Labrousse, um de seus professores e orientador, voltou-se para o estudo da história operária na França na primeira metade do século XIX.<sup>27</sup> A semente, no entanto, havia sido plantada.

Vinte anos depois, sob influência dos escritos e palestras de Michel de Foucault,<sup>28</sup> do Movimento Liberação das Mulheres e dos eventos de maio de 1968 na França e em outros países, Michelle Perrot passou a estudar a história de mulheres dentro dos movimentos operários.<sup>29</sup> Por influência dos colegas historiadores dos *Annales*, a história das mentalidades e a histórica cultural também influenciaram Michelle Perrot e muitas de suas orientadas nas abordagens sobre o feminino, claro, dialogando também com a antropologia, literatura,

25 BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 2 vol. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

26 KIRKPATRICK, Kate. *Simone Beauvoir: uma vida*. São Paulo: Planeta do Livro, 2020. p. 311.

27 PERROT, Michelle. “O Espírito da Época”. In: NORA, Pierre (org.). *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1987.p. 239.

28 Sobre tudo Arqueologia do Saber e A Ordem das coisas...

29 SOIHET, Rachel. “Michelle Perrot”. In: LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei J. (Orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 197.

linguística e a psicanálise. Criaram-se nas universidades francesas, a partir de 1973, cursos, colóquios e grupos de reflexão, onde multiplicaram-se os estudos sobre história das mulheres. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, também nasceram grupos de estudos, colóquios e cursos no decorrer da década de 1970.<sup>30</sup>

Enquanto as historiadoras e historiadores franceses dedicavam-se a escrever a história das mulheres, diferenciando-se da história dos homens, com base no conceito de Gênero, oriundos da antropologia, sociologia e psicologia, nos Estados Unidos, Joan Scott e Louise Audino Tilly teciam críticas à História Social francesa e, em especial os escritos sobre História das Mulheres. Scott e Tilly publicaram, em 1978, *Woman, Work and Family*,<sup>31</sup> em que estudaram a história do trabalho das mulheres na França e na Inglaterra no período 1700-1950. Neste estudo, sinalizavam que a trajetória do trabalho das mulheres era influenciada pelas mudanças e permanências atreladas aos contextos econômicos, demográficos e familiares e não apenas pela diferença de gêneros (masculino e feminino) e o fator econômico. Contribuíram, desta forma, para com o estudo das mulheres a partir das condições estruturais, relações sociais e das escolhas pessoais.

Em meados da década de 1980, Joan Scott publicou um estudo teórico refletindo sobre o conceito de gênero. Referimo-nos ao artigo *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*, de Joan Scott,<sup>32</sup> publicado na Revista de História Americana, da Universidade de Colúmbia (Chicago), em dezembro de 1986. Neste artigo, Scott sintetiza as discussões e expõe os problemas enfrentados por historiadores e historiadoras dos Estados Unidos e da Europa no campo dos estudos sobre mulher e, em especial, a forma como o conceito de gênero era utilizado, de forma meramente descritiva e ausente de uma reflexão teórica a ponto de questionar e mudar o modelo interpretativo existente,<sup>33</sup> como pontua Joan Scott abaixo:

Esses usos descritivos do termo “gênero” foram empregados pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno. À medida que os/as historiadores/as sociais se voltavam para novos objetos de estudo, o gênero tornava relevante temas tais como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero. Em outras palavras, esse uso de “gênero” refere-se apenas àquelas áreas, tanto estruturais quanto ideológicas, que envolvem as relações entre os sexos. Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos,

- 
- 30 SOIHET, Rachel. “Historia das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 277.
- 31 TILLY, Louise Andino; SCOTT, Joan. *Women, Work and Family*. New York: Methuen, 1978. Não publicado em língua portuguesa.
- 32 SCOTT, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, vol. - 91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075.
- 33 No Brasil, o artigo de Joan Scott foi publicado em 1990 pela Revista *Educação & Realidade*, a partir de uma versão em francês. Foi republicado em 1995. SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder. Isto tem como efeito a adesão a uma certa visão funcionalista, fundamentada, em última análise, na biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escrita da história (sexualidade ou política, família ou nação, mulheres ou homens). Ainda que, nessa utilização, o termo “gênero” sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo, o termo “gênero” é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres. “Gênero” é um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica, mas não tem poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.<sup>34</sup>

Na compreensão Joan Scott, o conceito de gênero deveria incluir estudo de símbolos, análises políticas de instituições e organizações sociais, além da identidade subjetiva relacionando-as à atividades educacionais, políticas e familiares, ou como pontua Scott: “os efeitos do gênero nas relações sociais de maneira sistemática e concreta.”<sup>35</sup> Outra observação pertinente de Scott refere-se à ausência de questionamentos aos “paradigmas históricos existentes” nas pesquisas sobre história das mulheres até então realizadas. Era necessário teorizar sobre gênero e as relações entre os gêneros para, com isso, construir novos paradigmas e, adiante, uma história das mulheres com forte teor de crítica à história predominantemente masculina.

Joan Scott propõe nova leitura do conceito de Gênero, pois estudar as relações de gênero, é explicitar as relações de poder e de como essas relações de poder entre os sexos tornaram, ao longo do tempo e em distintos lugares, as mulheres invisíveis na escrita da história, ou quando apareciam na trama histórica eram na condição de sujeitos históricos secundarizados. Vejamos a longa definição de Gênero, de Joan Scott, e suas particularidades:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) [...] Para os/as historiadores/as, a questão importante é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos? Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino

34 SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 76.

35 COTT, Joan Wallach. “Gênero: ... Op. Cit. p. 76.

e do feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas ("quando e em quais circunstâncias" é a questão que deveria preocupar os/as historiadores/as). A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito. Um exemplo desse tipo de história é dado por aqueles que tratam a ideologia vitoriana da domesticidade como se ela tivesse sido criada em bloco, e tivesse sido contestada apenas depois disso, invés de ser o objeto constante de grandes diferenças de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais, que querem ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel "tradicional" das mulheres, supostamente mais autêntico, embora, na realidade, haja poucos antecedentes históricos que testemunhem a existência incontestada de um tal papel.

O desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social - este é o terceiro aspecto das relações de gênero. Certos/as pesquisadores/as, principalmente os/as antropólogos/as, têm restringido o uso do gênero ao sistema de parentesco (centrando-se no lar e na família como a base da organização social). Temos necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco mas também (especialmente para as complexas sociedades modernas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido reconduzir à força estas instituições à sua utilidade funcional para o sistema de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre os homens e as mulheres são artefatos de sistemas anteriores de parentesco baseados na troca de mulheres. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco. O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Concordo com a idéia da antropóloga Gayle Rubin de que a psicanálise fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, uma descrição da "transformação da sexualidade biológica dos indivíduos enquanto passam por um processo de enculturação". Mas a pretensão universal da psicanálise constitui, para mim, um problema. Embora a teoria laciana possa ser útil para a reflexão sobre a construção da identidade generificada, os/as historiadores/as precisam trabalhar de uma forma mais histórica. Se a identidade de gênero está baseada única e universalmente no medo da castração, nega-se a relevância da investigação histórica. Além disso os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. Os/as historiadores/as precisam, em vez disso, examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas. Não é de se estranhar que as melhores tentativas neste domínio tenham sido, até o presente, as biografias.<sup>36</sup>

Nesta longa definição do conceito de Gênero, Joan Scott sinaliza a complexidade do tema e suas particularidades dentro de cada campo de estudos daquela época, sobre a História das Mulheres. A novidade que ela apresenta, para forçar a mudança do paradigma interpretativo era fazer uma teorização política de Gênero, atrelado o conceito poder, ou de relações de poder, pois "o gênero é um campo primário no interior do qual, ou

36 SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: ... Op. Cit. pp. 86 a 88.

por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”.<sup>37</sup> A justificativa, para Scott, era de que

o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.<sup>38</sup>

O artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott, mesmo antes de ser traduzido para o português, tornou-se referencial teórico e metodológico nas pesquisas sobre História das Mulheres no Brasil. Este artigo foi publicado em língua portuguesa no ano de 1990 pela revista *Educação & Realidade*, de Porto Alegre/RS. Outra obra de impacto, de Joan Scott foi *Gender and politics of history*,<sup>39</sup> publicada em 1988, pela Editora da Universidade de Columbia (sem tradução no Brasil), aprofundando as análises sistematizadas inicialmente no artigo.

Em 1988, Michelle Perrot publicou na França *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*,<sup>40</sup> contendo textos escritos por ela no decorrer da década de 1970 e início da década seguinte, originalmente publicados em revistas científicas. No Brasil, a publicação ocorreu em 1992, por iniciativa da historiadora brasileira Maria Stella Martins Bresciani, que, entre os anos 1986 e 1987, fez pós-doutorado na Universidade de Paris VII, onde Michelle Perrot era docente. Bresciani produziu texto introdutório apresentando Michelle Perrot aos historiadores e alunos de graduação e pós-graduação em história. Esta obra tornou-se referência obrigatória na área das humanidades.

No que se refere aos textos sobre mulheres na obra *Os excluídos da história*, pontua Michelle Perrot, tínhamos interesse pelas “figuras femininas mais oprimidas: prostitutas, domésticas, operárias, mulheres agredidas, etc., as vítimas, expressão da condição feminina”.<sup>41</sup> Mas, no decorrer dos próximos vinte anos, lembra Perrot, o campo de pesquisa

37 SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: ... Op. Cit. p. 88.

38 SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: ... Op. Cit. p. 92.

39 SCOTT, Joan Wallach. *Gender and politics of history*. Nova York: Columbia University Press, 1988. O prefácio desta obra foi publicado pela *Revista Pagu*, volume 3, em 1994. pp. 11-27.

40 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

41 PERROT, Michelle. “Escrever uma história das mulheres: relatos de uma experiência. In: **Cadernos PAGU** – Dossiê “História das Mulheres no Ocidente. (4), 1995. p. 20. Este texto foi resultado de uma conferência ministrado por Michelle Perrot, na Unicamp, em 06 de maio de 1994, a convite do Núcleo de Estudos de

em História das Mulheres evoluiu nos seus objetos, seus métodos e pontos de vista: “Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história”, conduzindo, por conseguinte, a reflexões “em torno da história enquanto produto da dominação masculina, a qual atuava em dois níveis: nível dos próprios acontecimentos e nível da elaboração deles empreendida pelo relato (story e history)” (PERROT, 1995, p. 20).

Ampliando a reflexão crítica à escrita da História das Mulheres, a filósofa Judith Butler, parceira de diversas prosas com Joan Scott, nos Estados Unidos, publicou a obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*,<sup>42</sup> em 1990 (no Brasil, a obra foi publicada em 2003, pela Editora Record e, mais tarde, reeditada pela Editora Civilização Brasileira). A essência desta obra é a questão de gênero. Porém, no decorrer da leitura dos três longos capítulos verificamos que Judith não atrela o gênero exclusivamente ao tema da sexualidade. Gênero é, para a filósofa, um problema político, histórico e ontológico. Para refletir sobre isso, Butler construiu uma densa leitura a dois eixos do movimento feminista e dos movimentos sociais em geral: a identidade e a categoria “mulher”. Em suas considerações, pontua que não é possível existir uma identidade conforme apresenta a metafísica ocidental; que o sexo e a sexualidade são tão “convenções sociais” quanto o gênero; que tanto a identidade quanto a sexualidade são constituídas a partir da prática, da performatividade, e não o oposto; que buscar definir uma identidade para os movimentos feministas, acabam por aprisioná-los em categorias ontológicas duras e fechadas em vez de propiciar a liberdade como os movimentos necessitam.<sup>43</sup>

Enquanto nos Estados Unidos ocorria um debate teórico sobre Gênero para pensar a História das Mulheres, na França, reflexo de pesquisa histórica elaborada por pesquisadoras e pesquisadores que dedicavam-se ao estudo da História das Mulheres, em diferentes recortes temporais e regiões da Europa Ocidental, resultou na coleção *História das Mulheres no Ocidente*,<sup>44</sup> dirigidos por Michelle Perrot em parceria com o medievalista Georges Duby. Ainda que espelhando-se na coleção *História da Vida Privada no Ocidente*, a coleção teve um rosto próprio, salienta Perrot:

Não se trata de uma enciclopédia, mas de uma história datada e temática, privilegiando em cada período os temas mais sensíveis, aqueles que permitiriam

---

Gênero (Pagu). [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1995\(4\)/Perrot.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1995(4)/Perrot.pdf)

42 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

43 BUTLER, Judith. “Conclusão: Da paródia à política”. In: *Problemas de gênero:...* Op Cit. pp. 190-199.

44 PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. 5 vol. Porto/São Paulo: Afrontamento: Ebradil, 1993 a 1995. (na França, a coleção foi publicada entre os anos 1987 e 1992)

compreender uma época ou explicar uma transformação, isso tudo em função dos trabalhos disponíveis, dos quais tal obra torna-se evidente e absolutamente devedora. Trata-se de uma história da diferença entre os sexos, das relações entre os sexos, uma história das mulheres, a qual, por sua vez e para nós, só pode ser compreendida nessa perspectiva. Tal foi o pedido minimamente formulado aos autores e inegavelmente aceito. Excetuando essa recomendação, não há nesses volumes uma “linha”, uma doutrina, apenas a afirmação comum e tranquila - pelo próprio fato de escrevê-la - que as mulheres têm uma história e que criá-la é uma tarefa séria. (PERROT, 1995, p. 22)

*História das Mulheres no Ocidente* contribuiu de forma significativa para a escrita da História das Mulheres no Brasil, instigando o debate dentro e fora das universidades. Michelle Perrot, na obra *As mulheres, ou os silêncios da História*,<sup>45</sup> (originalmente publicada na França em 1998, no Brasil em 2005, pela Editora Edusc), produziu uma espécie de avaliação pessoal da coleção *História das Mulheres no Ocidente*, que reproduzimos abaixo:

Mas o lucro não era somente existencial. Era intelectual. A história das mulheres, ao colocar a questão das relações entre os sexos, revisitava o conjunto dos problemas do tempo: o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, a criação, o pensamento simbólico. A diferença dos sexos revelava-se de uma grande fecundidade. [...] Experiência insubstituível para aquelas e aqueles que a fizeram. A história das mulheres, por outro lado, não mudou nem a atitude histórica, ainda reservada, nem as instituições universitárias, que opõem-se a lhes dar um lugar ainda que modesto. Os inevitáveis conflitos de território conduzem às vezes a tensões, internas e externas aumentadas, e cuja conta pode vir a ser paga pelas pesquisadoras mais jovens. E a França, sob este ângulo, parece mais arcaica do que a maioria dos seus vizinhos.

A história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a “condição” destas mulheres. No entanto, permite compreendê-las melhor. Ela contribui para sua consciência de si mesmas, da qual é certamente ainda apenas um sinal. Nos países em vias de desenvolvimento, onde as mulheres começam a ter acesso ao reconhecimento individual, é o acompanhamento frequente de um processo identitário, às vezes contraditório, de que somos as espectadoras cúmplices, ansiosas e solitárias.<sup>46</sup>

Havia, na compreensão de Michelle Perrot, a expectativa de que a escrita da história das mulheres provocasse uma transformação de curto e médio prazo na sociedade, sobretudo masculina, em relação aos silêncios e invisibilidades das mulheres em distintos lugares, públicos e privados. Mas, mesmo dentro das universidades, que, ao longo de décadas de pesquisas sobre as mulheres, elas conquistaram pequeno espaço acadêmico e intelectual. Igualmente, a lenta mudança sobre a “condição” feminina a sociedade. Por outro lado, Perrot parece concordar com as reflexões teóricas de Joan Scott, de Judith Butler e de outras

45 PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005. (publicando na França em 1998)

46 PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História...* Op. Cit. p. 25-26.

pesquisadoras em torno do conceito de “Gênero” e a necessidade de atrelar a escrita da história das mulheres com o campo da política, dentro e fora do movimento feminista.

*As mulheres ou os silêncios da História*, de Michelle Perrot necessita, em nosso entender, um olhar mais profundo e demorado, pois vem ao encontro à nossa pesquisa sobre o silêncio e invisibilidade das mulheres como sujeitos da história, na escrita da história da colonização do Sudoeste do Paraná. Iniciamos pela perspectiva teórica e metodológica utilizada por Perrot, nesta e em outras obras, individuais e coletivas, sobre a história das mulheres. Trata-se da Nova História, cunhada pelos *Annales*, com foco nos novos problemas, objetos e abordagens para a escrita e reescrita da história. Ao optar pela história das mulheres como objeto de pesquisa, Michelle Perrot tinha um novo problema: o silêncio da história escrita sobre as mulheres. Ela deveria propor a busca de novos objetos, isto é, documentos históricos e, com isso, construir novas abordagens sobre uma diversidade de temas inserindo as mulheres como sujeitos históricos atuantes e resistindo à invisibilidade e à submissão aos homens em diferentes ambientes de participação e decisão.

Dividido em cinco eixos (23 capítulos), *As mulheres ou os silêncios da história*, contém textos escritos por Perrot em diferentes contextos e ocasiões, marcando de forma indelével a sua trajetória acadêmica e de militância feminista, sobretudo no cenário europeu, mas, não só nele. Basta lembrar que Michelle Perrot esteve no Brasil, pela primeira vez, em 1994, a convite do Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu), da Unicamp, onde ministrou conferência com o tema “Escrever uma história das mulheres: relatos de uma experiência”. Na obra de 2005, a historiadora francesa apresenta a seus leitores e leitoras, uma variedade de temas, fontes documentais e abordagens em torno da história das mulheres, dialogando com áreas de estudos interdisciplinares (literatura, sociologia, antropologia, filosofia, entre outras). No primeiro eixo, denominado “Traços”, explora as práticas de memória feminina, através de cartas das três filhas de Karl Marx, e do diário de uma moça, Caroline, e seu livro de notas da casa, descoberto em um velho baú no mercado das pulgas. No eixo seguinte, “Mulheres no trabalho”, Perrot trata das greves femininas, dos discursos de operários franceses e do trabalhos de mulheres no século XIX. No eixo três, “Mulheres na cidade”, realiza um estudo sobre as mulheres no espaço público e os percalços da cidadania feminina. No eixo cinco, “Figuras” a atenção centra-se na história de duas mulheres (Flora Tristan e George Sand <sup>47</sup>) que viveram os limites da exploração operária e os textos políticos na busca por igualdade. No

---

47 George Sand é o nome masculino adotado por Amandine Aurore Lucile Dupin (1804-1876), baronesa de Dudevant, escritora francesa, autora de romances, contos, peças teatrais, escritos autobiográficos, textos ensaísticos sobre temas políticos e de crítica literária. Ao todo, 60 livros e 25 peças de teatro ao longo de sua vida, além de duas autobiografias e mais de 40 mil cartas.

quinto eixo, denominado “Debates”, Michelle dedicou-se a ler e refletir sobre os espaços público e privado; a identidade, a igualdade e a diferença; a sexualização do gênero, o lugar da família e do corpo; as disputas de poder e a contribuição de Michel Foucault para a história das mulheres.

Toda a obra, página a página, deixa ensinamentos sobre os silêncios e as formas de burlar o silêncio sobre as mulheres e sua história, descobrindo fontes documentais de diferentes naturezas, para escrever suas histórias. Tal tarefa, diz Perrot, não foi fácil, pois “as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam”.<sup>48</sup> Nos arquivos públicos, poucos registros, pois os atos administrativos, em sua maioria, estavam nas mãos dos homens. As mulheres aparecem em documentos judiciais e policiais quando perturbam a ordem ou quando produzem queixas na condição de vítimas. Mas foi a partir dos arquivos familiares, pessoais e íntimos que se iniciou a escrita da história das mulheres e, ao longo de muitas décadas, museus, arquivos públicos e centros de memória, muitos deles criados para dar visibilidade às mulheres, passaram a destinar atenção na seleção, classificação, guarda e conservação de variada tipologia documental sobre as mulheres.

Em 2007, por mediação da historiadora Carla Bassanezi Pinsky, Michelle Perrot publicou *Minha história das mulheres*,<sup>49</sup> pela Editora Contexto. Segundo Carla Pinsky, este livro nasceu de um programa de rádio que fez enorme sucesso na França. “Transmitida pela Rádio *France Culture* na voz da própria historiadora, a série radiofônica sintetizou, traduziu e divulgou com clareza e entusiasmo, para um público de não-especialistas, o conteúdo de mais de trinta anos de pesquisas e reflexões acadêmicas sobre as mulheres, alcançando uma audiência extraordinária”.<sup>50</sup> O livro foi dividido em cinco grandes capítulos, abordando os temas da produção histórica sobre as mulheres, do corpo, da alma, do trabalho e dos deslocamentos femininos (as mulheres nas cidades).

Perrot utiliza a França como contexto sociocultural de referência e, em vários momentos, construiu inserções comparativas a outros lugares e continentes. Assim como em *As mulheres ou os silêncios da história*, esta nova obra tem como foco a mulher ocidental e branca, ainda que tenha dado visibilidade às mulheres operárias, camponesas, criadas, domésticas, vendedoras, enfermeiras, prostitutas, entre outras. Depois de décadas de pesquisas

48 PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História...* Op. Cit. p. 11.

49 PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

50 PINSKY, Carla Bassanezi. “Apresentação”. In: PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres...* Op. Cit. p. 9.

e publicações, Michelle Perrot, ao longo de vários programas de rádio expôs aos radiouvintes e, mais tarde, aos leitores, que a história das mulheres mudou; que havia, em meados da primeira década do século XXI, não uma, mas muitas histórias das mulheres. Perrot e dezenas de outras mulheres de diferentes países, historiadoras, antropólogas, sociólogas, feministas ou não, partiram do estudo de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação; de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocaram as mudanças; de uma história das mulheres para se tornar uma história do gênero, insistindo nas relações entre os sexos, incluindo a masculinidade.

## 1.2 História das Mulheres no Brasil: alguns apontamentos historiográficos

Na obra *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, publicada em 1997, um dos eixos temáticos é “História das Mulheres”.<sup>51</sup> O texto foi produzido pela historiadora Rachel Soihet, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) que, em 1974, defendeu dissertação de mestrado, na UFF, intitulada “Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)”.<sup>52</sup> Era o primeiro estudo oriundo de programa de pós-graduação na área de História, no Brasil, a dedicar-se ao estudo da história das mulheres, mais precisamente, sobre a cientista e feminista Bertha Lutz e seu legado para com o acesso das mulheres à cidadania plena. Em uma entrevista concedida à Revista de História, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2011, Rachel Soihet comentou que a pesquisa de mestrado teve diversos percalços:

Meu orientador, Stanley Hilton, era especialista no período Vargas, nada conhecendo sobre História das Mulheres, feminismo e coisas similares, embora fosse sensível à relevância da temática e até me “desse força”. Dessa forma, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subsequentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão foram sérios complicadores.<sup>53</sup>

51 SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 275-296.

52 SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)*. Niterói: UFF, 1974. Dissertação de Mestrado em História.

53 GUERELLUS, Natália de Santanna. História das mulheres: uma entrevista com Rachel Soihet. *Revista de História*, 3, 1 (2011), p. 121.

A pesquisa de mestrado de Soihet foi publicado em formato de livro em 2006, sob título *O feminismo tático de Bertha Lutz*,<sup>54</sup> após cuidadosa revisão do texto original e reanálise de documentos à luz do conceito de tática, de Michel de Certeau.<sup>55</sup> No doutorado, realizado na Universidade de São Paulo (USP), entre 1982 e 1986, Rachel Soihet continuou a pesquisar história das mulheres, utilizando o conceito de “Cotidiano” para dar visibilidade às mulheres pobres do Rio de Janeiro, entre 1890 e 1920. O cotidiano de mulheres anônimas, tendo como fonte documental principal processos criminais, aflorou o debate sobre a condição de vítima, vivido pelas mulheres pobres e, principalmente, de compreender as estratégias de resistência cotidiana utilizados por elas naquele contexto, questionando a visão estereotipada de que eram dominadas e passivas. A tese de doutorado, após defendida, foi publicada pela Forense Universitária, em 1989, com o título *Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920*.<sup>56</sup>

Durante o período de doutoramento na USP, Rachel Soihet conheceu Maria Odila Leite da Silva Dias, professora do Departamento de História da USP. Aproximaram-se. Maria Odila publicou *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*,<sup>57</sup> pela Editora Brasiliense, em 1984. Certamente esta obra trouxe impacto na pesquisa de Rachel Soihet, mais precisamente, a escolha de processos crimes como fontes documentais. O livro de Maria Odila foi resultado de pesquisa para a tese de livre docência, na USP, utilizando uma vasta tipologia documental: processos crimes, processos civis, registros municipais, ocorrências policiais, relatos de viajantes, da literatura, dos recenseamentos. O objetivo era perceber nas entrelinhas dos discursos, a história das mulheres, em especial, de Anna Gertrudes de Jesus, que viviam no meio urbano da cidade de São Paulo as vésperas da abolição da escravidão; de mulheres pobres, escravas e forras, sobrevivendo do artesanato caseiro e do pequeno comércio ambulante faz parte da consolidação da economia escravista de exportação e do processo concomitante, de concentração das propriedades e da renda (RUIZ; ANHEZINI, 2022, 439-440).

Míriam Lifchitz Moreira Leite, egressa de doutoramento na USP, perseguindo o exemplo de Rachel Soihet e Maria Odila, publicou *Outra Face do Feminismo: Maria*

54 SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

55 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

56 SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

57 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

*Lacerda de Moura*,<sup>58</sup> em 1984, pela Editora Ática. Maria Lacerda de Moura era educadora e, para ela, a educação era poderosa ferramenta de emancipação, não somente da mulher, como das classes oprimidas em geral. Inconformada com o papel da mulher na sociedade, em 1919, fundou a Liga pela Emancipação Feminina, junto com Berta Lutz. Naquela época, a mulher não tinha direito ao voto e essa foi uma das principais bandeiras da Liga. Ao mudar-se para São Paulo, em 1921, Maria Lacerda de Moura iniciou sua militância no movimento anarquista em defesa das classes trabalhadoras e dedicar-se à produção literária e panfletária.

Luzia Margareth Rago rememora, da seguinte forma, o primeiro contato que teve com Miriam Moreira Leite: “Miriam e eu nos encontramos numa manhã no amplo prédio da História da Universidade de São Paulo, onde ela trabalhava nessa ocasião. Logo me contemplou com muitas informações sobre a escritora anarcofeminista, cujos fascinantes livros eu também acabara de descobrir no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP”.<sup>59</sup> Margareth, que cursava mestrado em História, na USP, sob orientação de Edgar De Decca, além dos escritos e diálogos com Miriam Moreira Leite, também teve longo contato com Maria Odila e Rachel Soihet, que constam nos agradecimentos da dissertação, defendida em 1984, intitulada *Sem fé, sem lei, sem Rei: liberalismo e experiência anarquista na República*, publicada no ano seguinte tendo por título: *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*.<sup>60</sup>

A obra trata do processo de construção de um projeto da cidade disciplinar no período republicano no Brasil, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que tinham no higienismo e no positivismo europeu suas principais referências, contando com a nascente burguesia industrial a partir de funcionários públicos, engenheiros e médicos. O objeto de estudo de Rago é a classe trabalhadora urbana e pobre, homens, mulheres, crianças e idosos; de como eles resistiram a esse processo de higienização e modernização. No capítulo dois, “A colonização da mulher”, Margareth Rago, explicita as medidas e o pensamento dos grupos dominantes, que tentavam impor e difundir gestos e uma cultura para as mulheres, julgando aquelas que não escolhiam uma vida próxima ao lar como males sociais e portadoras de doenças mentais. Traz para o debate como a reverberação desse pensamento era apresentado nos ambientes operários que, por vezes, viam as mulheres supostamente responsáveis pelo lar e pela família como verdadeiras representantes da revolução, na medida em que Rago

58 LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1984.

59 RAGO, Margareth. “Miriam Lifchitz Moreira Leite, incansável, insubstituível...” In: *Revista Verveobras*, 23: 244-245, 2013.

60 RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

apresenta algumas militantes que contrapunham-se a esses poderes através de suas práticas, falando e argumentando nos círculos operários e anarquistas seu valor como revolucionárias e participando ativamente nas greves e manifestações.<sup>61</sup>

Em 1991, resultado de tese de doutorado na USP, Margareth Rago publicou *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo – 1890-1930*,<sup>62</sup> pela Editora Paz e Terra. Tendo como apoio teórico os escritos de Michel Foucault sobre sexualidade, Margareth Rago aprofundou análise da modernização urbana de São Paulo, reflexo da expansão da economia cafeeira. No conjunto das transformações, a prostituição não ficou ilesa. O discurso médico, junto a outros formulados por criminalistas, literatos, jornalistas, entre outros, foram objetos de estudos para evidenciar o cotidiano do alto e baixo meretrícios, com ênfase a suas diferenças e ao posicionamento diverso que assumiram as autoridades frente a um e outro, inclusive sobre o tráfico internacional de mulheres.

Não menos importante foi a publicação de *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, pela historiadora Magali Gouveia Engel, no ano de 1989.<sup>63</sup> Esta obra foi resultado de pesquisa de mestrado em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF), defendida em 1985, sob orientação de Margarida de Souza Neves. A exemplo dos estudos de Margareth Rago sobre prostituição e história das mulheres, o estudo de Magali Engel, tendo como foco a cidade do Rio de Janeiro, de meados ao final do século XIX, traz para o debate como o saber médico busca legitimar-se e consolidar-se como outra instância do poder na sociedade carioca, isto é: “primeiros disseminadores de um projeto de normalização do espaço social urbano”, sobre homens, mulheres e crianças. A prostituição e o próprio sexo surgiram como doença (física e moral), a ser desvendada e controlada para “eliminar” uma prática que rompia com o comportamento socialmente esperado da mulher, com os papéis normativos tradicionais, de mãe e de esposa.

*Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe. Papeis Sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920)*,<sup>64</sup> de Joana Maria Pedro, resultado de pesquisa de doutorado em História na USP, sob orientação de Maria Odila da Silva Dias foi defendida em 1992 e publicada pela Editora da UFSC em 1994. Seguindo a mesma linha de pesquisa Maria Odila, este estudo de História Social teve foco na imagem

61 RAGO, Margareth. “A colonização da mulher”. In: *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

62 RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

63 ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

64 PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe. Papeis Sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

feminina divulgada em jornais masculinos ligados a partidos políticos, entre os anos de 1880 e 1923. Também fez uso de processos criminais, relatórios de polícia para fazer o contraponto aos documentos da imprensa local. A partir da análise desta tipologia documental, Joana Maria Pedro explicitou as distinções e diferenciações entre as elites e o restante da população pobre de Florianópolis e da ilha do Desterro. E, sobre as mulheres das camadas populares e pobres, aumentaram os mecanismos de controle e fiscalização pelo poder público, visando impedir a livre circulação delas nas áreas centrais da cidade. Joana Pedro mostra, também, formas de resistências levadas a cabo pelas mulheres que mantinham formas de trabalho formal e informal.

Pelo que abordamos até aqui, percebe-se que a organização de movimentos sociais feministas e homossexuais, com o arrefecimento da Ditadura Militar e nos debates em torno da construção da nova constituição federal na Assembleia Nacional Constituinte, encontrou terreno fértil para o surgimento, ampliação e consolidação do sistema de pós-graduação (mestrados e doutorados) em várias regiões do Brasil. Na área de História, as pesquisas sobre História das Mulheres, de gênero e da sexualidade, começaram a ser defendidas e publicadas a partir do início da década de 1980. Destacamos acima o pioneirismo de Maria Odila, Rachel Soihet, Miriam Moreira Leite, Margareth Rago, Magali Engel e Joana Maria Pedro. Poderíamos avançar para outras historiadoras que, a exemplo destas, também deram contribuição significativa aos estudos sobre história das mulheres, como: Maria Izilda de Santos Matos<sup>65</sup>, Eni Mesquita Samara<sup>66</sup>, Mary Del Priore<sup>67</sup>, Lana Lage da Gama Lima<sup>68</sup>,

65 MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma história das mulheres*. São Paulo, EDUSC, 2000.

66 SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989;

67 PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas. Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2011; PRIORE, Mary Del. *Condessa de Barral, a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

68 LIMA, Lana Lage da Gama . Mulheres e Sexualidade no Brasil Colonial. Estudos CEDHAL , v. 12, p. 143-189, 2011; LIMA, Lana Lage da Gama. O Padre e Moça :O Crime de Solicitação No Brasil No Seculo XVIII. Anais do Museu Paulista (Impresso) , São Paulo, v. XXXV, p. 15-29, 1987; LIMA, Lana Lage da Gama. *Mulheres, Adúlteros e Padres*. História e Moral Na Sociedade Brasileira. RIO DE JANEIRO: DOIS PONTOS, 1986. 99p .

Martha Campos Abreu<sup>69</sup>, Carla Bassanezi Pinsky<sup>70</sup>, Ana Maria Colling<sup>71</sup>, Marlene de Faveri<sup>72</sup>, entre outras. Em torno delas nasceram linhas de pesquisas dentro de Programas de Pós-Graduação, grupos de estudos e pesquisas (sobre mulheres, feminismos, sexualidades, gênero, relações de gênero) revistas especializadas, dossiês temáticos e eventos científicos temáticos (simpósios, seminários, congressos) que, além de publicizar as pesquisas mais recentes, trouxeram alguns expoentes dos estudos sobre mulheres, reconhecidos internacionalmente, apresentando novos temas, abordagens e fontes de pesquisas.

Em fins da década de 1990, o volume de pesquisas sobre a história das mulheres possibilitou o surgimento da obra *História das Mulheres no Brasil*<sup>73</sup>, publicada em 1997, sob organização de Mary Del Priore e Carla Bassanezi Pinsky, além de *Nova História das Mulheres no Brasil*<sup>74</sup>, publicada em 2012, sob organização de Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. Ambas as obras foram resultado de um projeto editorial e de cunho político, comprometido com as causas das mulheres, reunindo uma diversidade e pluralidade dos lugares de falas de quem produziu ou foi objeto de pesquisa e escrita sobre mulheres no Brasil. São, na atualidade, duas grandes referências de pesquisas, junto com o *Dicionário Crítico de Gênero*<sup>75</sup>, organizado por Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi, publicado em 2015. Os aportes teóricos, ao longo dos anos, foram discutidos de forma mais profunda, resultando em artigos com densidade do debate e síntese das correntes de pensamento em diferentes países.<sup>76</sup>

- 
- 69 ABREU, Martha de Campos. "Mulher e Mãe", A "Cidadania Feminina" Para Mulheres Livres e Escravas. Arrabalde, Niterói - RJ, n.4, p. 74-81, 1996; ABREU, Martha de Campos; RIBEIRO, G. Cenas de Amor: Histórias de Nacionais e Imigrantes. Revista Brasileira de História (Impresso) , São Paulo, v. 9, p. 217-235, 1989.
- 70 PINSKY, Carla Bassanezi . História das mulheres, da academia para os almoços de domingo. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso) , v. 15, p. 247-249, 2007; BASSANEZI, C. ; URSINI, L.B. . O Cruzeiro e as garotas. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso) , v. 4, p. 243-260, 1995; BASSANEZI, C. . Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso) , v. 1, p. 111-148, 1993; BASSANEZI, C. . A revista Cláudia e a sexualidade (anos 1960 e anos 1990). In: VIII Encontro da ABEP, 1992, Brasília. Anais do VIII Encontro da ABEP, 1992. v. 2. p. 107-124.
- 71 COLLING, ANA MARIA ; CAVALCANTI JUNIOR, A. A. . Militantes e guerrilheiras. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. ESPACIALIDADES , v. 15, p. 47-61, 2019; COLLING, A. M. . *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. 157p .
- 72 FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.
- 73 PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- 74 PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- 75 COLLING, ANA MARIA ; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2. ed. Dourados: Editora UFGD, 2019. v. 1. 748 p.;
- 76 PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História (São Paulo), v. 24, n. 1, 2005; RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998; SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 54, 2007.

No Paraná, as pesquisas em História das Mulheres foram iniciadas pela historiadora Oksana Olga Boruzenko, que dedicou a sua carreira acadêmica nos estudos sobre a história da imigração Ucraniana para o Brasil, com recorte para o Paraná. Entre as temáticas de pesquisa de Oksana estavam as mulheres e as crianças. Outra grande referência no estudo da história das mulheres no Paraná é Ana Paula Vosne Martins que, em 1987, produziu e defendeu um trabalho de conclusão de curso de graduação em História, na UFPR intitulado: *Mulheres, luta e poder: as organizações de mulheres em Curitiba*, sob orientação da professora Maria Inês Mancini de Boni. No ano seguinte, Ana Paula ingressou no mestrado em História da UFPR, defendendo, em 1992, dissertação intitulada *Um lar em terra estranha: a aventura da individualização feminina. A Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 1950 e 60*, sob orientação de Carlos Roberto Antunes dos Santos. No doutorado, na Unicamp, Ana Paula Vosne Martins defendeu tese sobre *A medicina da mulher: visões do feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*, defendida no ano 2000.

Não menos importante foi a pesquisa desenvolvida por Etelvina Maria de Castro Trindade que, em 1992, defendeu na USP a dissertação intitulada *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*,<sup>77</sup> publicada pela Fundação Cultural de Curitiba em 1996. Neste mesmo ano, Roseli Terezinha Boschilia defendeu *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*,<sup>78</sup> publicado no formato de livro em 2010. *Mulheres na História – Paraná, séculos 19 e 20*,<sup>79</sup> foi a primeira coletânea de textos organizada pelas pesquisadoras Etelvina Maria de Castro Trindade e Ana Paula Vosne Martins, no ano de 1997, publicada pela Editora UFPR, apresentando algumas pesquisas desenvolvidas sobre História das Mulheres no Paraná. Em 2020, Georgiane Garabely Heil Vásquez organizou a obra *Nova História das Mulheres no Paraná*,<sup>80</sup> publicada em formato eletrônico, pela Editora Fi. Além de fazer uma homenagem à trajetória de pesquisa e orientações de mestrado e doutorado em História, com foco nos estudos sobre mulheres por Etelvina Trindade e Ana Paula Vosne Martins, Georgiane traz oito produções acadêmicas recentes sobre mulheres no Paraná.

---

77 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. . Acesso em: 12 nov. 2023.

78 BOSCHILIA, R. T. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes&Textos, 2010.

79 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne (Orgs.). *Mulheres na História – Paraná, séculos 19 e 20*. Curitiba: Editora UFPR, 1997.

80 VÁSQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). *Nova História das Mulheres no Paraná*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

Estas duas coletâneas, dentre outras publicadas na área de História, com temáticas mais amplas ou interdisciplinares, somente foram possíveis de serem constituídas pelo fato de, sobretudo nos anos iniciais do século XXI, surgirem Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) na área de História em Universidades Estaduais do Paraná. Realizamos uma pesquisa nos repositórios institucionais de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em História da UFPR, UEPG, Unicentro, Unioeste, Unespar, UEL e UEM. Utilizamos, para isso, a palavra “Mulheres”, como filtro nos repositórios de dissertações e teses. Vejamos a Tabela 01, abaixo:

**Tabela 1** – Dissertações e Teses sobre Mulheres nas Universidades públicas do Paraná

<b>PPGH/Universidade</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>
PPGH/UFPR*	24	21
PPGH/UEPG	9	-
PPGH/Unicentro (Guarapuava e Irati)	24	-
PPGH/UEL	12	-
PPGH/UEM	10	4
PPGH/Unespar	6	-
PPGH/Unioeste	9	1
PPGH/Unila	2	-
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>26</b>

\* No repositório institucional de dissertações e teses da UFPR estão cadastradas e digitalizadas as pesquisas realizadas a partir do ano 2006. Nos demais PPGHs, as dissertações e teses estão cadastradas em sua integralidade, mas há casos em que não é possível realizar o download (bloqueio a pedido do autor).

Fonte: Repositórios Institucionais de teses e dissertações da UFPR, UEL, UEM, UEPG, Unicentro, Unioeste, Unespar e Unila. Acesso em 12/11/2023.

As 96 dissertações e 26 teses de doutorado nos permitem apontar que a História das Mulheres e, por extensão, a temática do feminismo, gênero e relações de gênero, tem sido tema relevante da pesquisa acadêmica na área de História, também no Paraná, ainda que deste montante, em torno de 20% das pesquisas acadêmicas não possuam recorte espacial o Estado Paraná. Em quase todos os PPGHs há professores(as) e pesquisadores(as) que possuem trajetória acadêmica atrelados a Laboratórios e Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Mulheres e Gênero. Destacamos, aqui, alguns nomes: Ana Paula Vosne Martins, Roseli Terezinha Boschilia, Georgiane Garabely Heil Vásquez, Ana Maria Rufino Gillies, Rosemeri

Moreira, Carla Cristina Nacke Conradi, Yonissa Marmitt Wadi, Claudia Priori, Ivana Guilherme Simili e Endrica Geraldo.

## 1. A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ E A REVOLTA DE 1957

A meta deste capítulo é contextualizar a densa colonização da região Sudoeste do Paraná, entre as décadas de 1940 e 1950, além de abordar os acontecimentos que levaram à eclosão da Revolta de colonos e posseiros no ano de 1957. Mas, antes disso, faremos um voo panorâmico sobre um passado mais distante, sinalizando ao leitor que, no Sudoeste do Paraná, haviam povos originários de diversas etnias; que a escravidão negra africana se fez presente; que a presença cabocla foi intensa nas terras e florestas com um modo de vida próprio, muitos deles, migrantes ou fugidos da Guerra do Contestado (1912-1916); que os caboclos, quando da chegada da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), foram os primeiros a receber terras na área colonial, mais tarde, repassadas mediante negociações diversas com colonos gaúchos e catarinenses, em fins da década de 1940. Na medida em que abordamos esses temas, apresentamos ao leitor algumas pesquisas acadêmicas cuja leitura foi basilar para nossa escrita sobre os temas.

Usamos a expressão “densa colonização” do Sudoeste do Paraná, para que o leitor perceba que o território nominado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de “Sudoeste do Paraná”, num passado mais remoto, foi habitado por povos originários das etnias Guarani e Kaingang; que estas etnias, chefiadas por caciques entraram em contato com portugueses, espanhóis e, mais tarde, com brasileiros, acarretando, ao longo do tempo, na redução significativa do número destes povos originários por meio de guerras, doenças, escravização e das políticas de catequização e civilização implementadas pelo Governo Imperial e pela Província do Paraná com a intenção de tentar confiná-los em aldeamentos sob cuidados de religiosos, militares e sertanistas. A obra *As colônias indígenas no Paraná Provincial*, de Lúcio Tadeu Mota, contém documentos históricos detalhando as políticas indigenistas e os aldeamentos criados no Sudoeste do Paraná.<sup>81</sup>

Ao longo de décadas de contatos com populações brancas, algumas tribos kaingang, por meio de seus caciques (Viri e Condá, por exemplo), fizeram aproximações, acordos e contratos de prestação de serviços aos brancos, tais como a abertura e manutenção de estradas, expulsões e guerras contra outras tribos nativas de áreas de terras e florestas de interesse dos brancos para instalar fazendas de engorda criação de gado nas áreas de

81 MOTA, Lúcio Tadeu. *As Colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

pastagens ao longo ou próximo aos caminhos de tropas que ligavam o sul do Brasil às províncias de São Paulo e Minas Gerais. Foi por meio desta prática que fazendeiros dos campos gerais do Paraná conseguiram ocupar, povoar e abrir fazendas para engorda e criação de gado vacum, cavalares e muares, nos Campos de Palmas, Clevelândia e Campo-Erê, ao longo do Caminho das Missões, mediante uso da escravidão negra, africana ou crioula, como mão de obra principal. *Condá e Viri: chefias indígenas em Palmas/PR, década de 1840*,<sup>82</sup> dissertação de mestrado em História de Katia Graciela Jacques Menezes Malage, defendida em 2010, é uma obra recente sobre esse tema. É importante ler, também, a clássica obra *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*,<sup>83</sup> de Ruy Christovam Wachowicz.

Da riqueza produzida pela mão de obra escrava negra, africana e crioula, nas fazendas surgidas ao longo dos campos de Palmas, Clevelândia e Campo-Erê, fez nascer povoações, mais adiante tomando forma de vilas e, duas décadas depois, em sedes de Comarca. A presença negra escravizada se estendeu às residências, casas de comércio, igrejas e órgãos públicos (Prefeitura, Câmara de Vereanças, Delegacia, Cartórios, entre outros), sob o olhar rígido e racista dos seus senhores, senhoras e outras pessoas livres que viviam o cotidiano de uma vila distante, a pouca distância do caminho das Missões, cujas tropas de mulas e gado movimentavam a economia local e faziam chegar ao destino correspondências, jornais e encomendas de uma variedade de coisas. A discriminação racial contra os negros e negras era apenas uma face das múltiplas formas de violências físicas, morais e psicológicas praticadas contra os escravizados. As práticas de resistências (fugas, automutilação e suicídios) e mesmo o emprego da violência física contra os donos de escravos ou seus algozes diretos (capatazes ou capangas) eram formas de manifestar e fazer enfrentamentos contra os excessos cometidos contra eles. No entanto, em algumas fazendas e casas, o uso das violências pelos senhores e senhoras de escravos e escravas foi substituída por outras formas de submissão, tais como os laços de amizade e confiança, apadrinhamentos de filhos de escravos e de nascidos no tempo do “ventre livre”, no apadrinhamento de casamentos entre escravos, as promessas e/ou antecipação da alforria a escravos e escravas em cartas testamentos, as tutelas de crianças nascidas livres de mães e pais escravizados. *Fronteiras fluidas: escravidão e liberdade em Palmas/PR (1860-1900)*,<sup>84</sup> é uma pesquisa de mestrado escrita por Maria Cláudia de Oliveira

82 MALAGE, Katia Graciela Jacques Menezes. *Condá e Viri: chefias indígenas em Palmas/PR, década de 1840*. Curitiba: UFPR, 2010. Dissertação de Mestrado em História.

83 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

84 Martins, Maria Cláudia de Oliveira. *Fronteiras fluidas: escravidão e liberdade em Palmas/PR (1860-1900)*. Passo Fundo: UPF, 2017. Dissertação de Mestrado em História.

Martins, que aborda as relações entre senhores e escravos no vasto território de Palmas, de meados a fins do século XIX, que merece ser lida.

Não menos importante é o estudo realizado por Thalia Faller, intitulado *Merenciana e a Liberdade Negra: raza e gênero nos campos de Palmas (1880-1900)*,<sup>85</sup> que percorre a trajetória de Marenciana, escrava liberta nos campos de Guarapuava que migrou para Palmas, passando a trabalhar como lavadeira e construindo vínculos com mulheres e homens negros e pobres. Suas experiências, investigadas através da interseccionalidade entre raça e gênero pela autora, evidenciam que, em liberdade, a mulher negra nos campos de Palmas precisou enfrentar tensões e normas sobre feminilidade, maternidade e casamento, assim como possuir lugares de trânsito, morada e relações controladas em uma sociedade estruturada nas desigualdades de raça e gênero. Mas, nem todos os libertos da escravidão decidiram migrar para as cidades em busca de emprego, como fez Merenciana. Um número significativo migrou para terras e florestas distantes das fazendas e áreas urbanas, ampliando o volume de pessoas negras que viviam em quilombos, muitos deles, hoje reconhecidos como territórios remanescentes de quilombos e comunidades negras. *A luta pela terra dos quilombolas de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais*,<sup>86</sup> escrito por Diorgenes de Moraes Correia Alves; e *Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocío*,<sup>87</sup> de Sônia Maria dos Santos Marques, são dois estudos de fôlego sobre quilombos, quilombolas e comunidades negras em Palmas/PR.

Nas terras e florestas distantes das fazendas de gado e áreas urbanas, a presença de povos originários no Sudoeste do Paraná não era pequena, sobretudo da etnia Kaingang, que viviam em toldos junto ao curso dos rios mais volumosos e com fartura de peixes, de animais silvestres e à pouca distancia de florestas de pinheiro araucária, de cujos frutos/sementes tiravam parte da provisão alimentar. Com o final da escravidão negra, muitos negros e negras libertos, sozinhos ou com família, também migraram para áreas de floresta. A adaptação ao novo modo de vida teve seus percalços, mas aprenderam com os povos originários e com caboclos posseiros que, a exemplo dos povos originários, também viviam nas florestas, nos faxinais ou nas franjas das florestas, às vezes, prestando serviços a fazendeiros e sitiantes. Esses caboclos eram indígenas destribalizados, descendentes de africanos que optaram por não viver em quilombos e população nacional livre e pobre. *Sudoeste do Paraná: diversidade*

85 FALLER, Thalia. *Merenciana e a Liberdade Negra: raza e gênero nos campos de Palmas (1880-1900)*. Chapecó: UFFS, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso em História.

86 ALVES, Diorgenes de Moraes Correia. *A luta pela terra dos quilombolas de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais*. Pato Branco: UTFPR, 2013. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

87 MARQUES, Sônia Maria dos Santos. *Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocío*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese de doutorado em Educação.

e ocupação territorial,<sup>88</sup> organizado por Protásio Paulo Langer, Sônia Maria dos Santos Marques e Walter Roberto Marschner, é um livro pouco conhecido mas de grande valor analítico sobre a diversidade de pessoas que ocupavam as terras, florestas e rios do Sudoeste do Paraná entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

É necessário destacar que houve, antes da densa colonização, outros dois projetos de colonização em lugares distintos do Sudoeste do Paraná, entre fins do século XIX e a segunda década do século XX. O primeiro deles foi a instalação da Colônia Militar do Chopim, às margens do rio Chopim, em 1882. Era um projeto de colonização militar deflagrada pelo Ministério da Guerra em áreas estratégicas de regiões de fronteira incentivando o assentamento de “colonos nacionais” em terras pertencentes à Colônia Militar. Os colonos nacionais visados pelos militares eram os caboclos posseiros. Neste tempo, o Brasil Império estava envolvido numa disputa diplomática com a Argentina, denominada de “Questão de Palmas”. A Argentina questionava a posse brasileira das terras entre os rios Peperi-Guaçu e Chapecó, que deságuam no rio Uruguai; e os rios Santo Antonio e rio Chopim, que deságuam no rio Iguazu. O embate diplomático se estendeu até 1895, quando, por arbitramento do Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, deu ganho de causa ao Brasil.<sup>89</sup> A instalação da Colônia Militar de Chopim possuía várias metas, dentre elas, conhecer a região de fronteira, proteger a área disputada e iniciar o povoamento com colonos nacionais. Ao todo, informa William Weber, a população da Colônia Militar chegou a ter mais de 600 habitantes, em 1908, somando os militares e suas famílias, colonos matriculados e alguma famílias de imigrantes alemães, austríacos e ingleses. Os militares, em sua maioria, eram da região nordeste do Brasil e do Rio de Janeiro. Os colonos matriculados eram, em sua maioria, do Paraná, mas havia pequena presença de famílias oriundas de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul (WEBER, 119-121)<sup>90</sup> Vera Lúcia Fregonese Barros foi mais detalhista em seus escritos, pontuando a origem étnica dos 529 habitantes da Colônia Militar, de acordo com o senso populacional de 1890: “Com relação a raça, quesito que não consta dos dados fornecidos pelos diretores, a população estava assim constituída: 228 brancos, 147 mestiços, 28 pretos e 126 índios.” (BARROS, 1980, 146)<sup>91</sup>

88 LANGER, Protásio Paulo; MARQUES, Sônia Maria dos Santos; MARSCHNER, Walter Roberto (Orgs.). *Sudoeste do Paraná: diversidade e ocupação territorial*. Dourados: Editora UFGD, 2010.

89 Cf. HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina – A questão de Palmas. Passo Fundo: Editora Méritos, 2007*.

90 WEBER, William. *A Colônia Militar do Chopim*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná; Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2007. pp. 119-121.

91 BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM - 1882 a 1909*. Florianópolis: UFSC, 1980. p. 146. Dissertação de Mestrado em História.

Acreditamos que os mestiços citados eram parte da população cabocla que vivia na região; que os “pretos” eram pessoas oriundas das fazendas dos campos de Palmas e Clevelândia, notadamente, escravos libertos, alforriados ou que ganharam a liberdade com a Lei Áurea, em 1888; que as famílias indígenas ali residentes eram da etnia Kaingang, sob comando do Cacique Antônio Cretã e que iriam, no início do século XX, comprar uma extensa área de terras no distrito de Mangueirinha e formar um aldeamento; que os brancos eram, além dos militares e seus familiares, o contingente de imigrantes europeus pobres ali assentados como colonos. A Colônia Militar do Chopim foi extinta em 1909 e a área de terras passou ao domínio do Estado do Paraná. Por muitos anos, isolados e sem qualquer atenção por parte do Estado, os colonos abandonaram as terras e migraram para outros lugares. Somente em 1915 o Governo do Paraná constituiu uma comissão, chefiada pelo engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, para proceder a medição da área colonial, levantamento dos lotes vazios e sem cultivo e legalização dos lotes de terras ainda não titulados e em uso pelos colonos matriculados pelos militares. No entanto, comenta Vera Lúcia Fregonese Barros, essa atitude do Governo do Paraná “não foi suficiente para provocar um novo surto de desenvolvimento na Colônia Chopim, como passou a ser designada. Em 1920, pe1a Lei n. 1955, de 26 de março, foi criada o distrito de Chopim, ligado à cidade de Palmas.” (BARROS, 1980, 188)

Foi durante os trabalhos da Comissão chefiada por Francisco Gutierrez Beltrão que, nos deslocamentos entre a povoação da antiga Colônia Militar de Chopim e Palmas, perceberam a existência de um fluxo migratório de caboclos oriundos da região onde estava a ocorrer a Guerra do Contestado (1912-1916). Esses migrantes caboclos, segundo o memorialista Sittilo Voltolini instalaram-se em terras ao longo das margens dos rios Ligeiro, Santana e Pato Branco. Um antigo Barbaquá (depósito) de erva mate montado pelo Uruguaio/Argentino Luiz Pastoriza às margens do rio Ligeiro, nasceu à povoação de Villa Nova (Voltolini, 1996, p. 41)<sup>92</sup> e, por mediação de Gutierrez Beltrão junto ao Governo do Paraná, foi criada a “Colônia Bom Retiro” desapropriando as terras da Fazenda Bom Retiro.

Segundo Rafael Baldin, a criação da Colônia Bom Retiro, no Sudoeste do Paraná, em 1918, “era uma ação isolada de ocupação e colonização com nacionais”, pois “a política de ocupação de terras e de colonização traçada pelos governadores do Paraná nas duas primeiras décadas do século XX, centravam-se na criação de núcleos coloniais para assentamento de imigrantes nos arredores de vilas e municípios”. (BALDIN, 2022, 46)<sup>93</sup> Essa ação isolada, no

92 VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno**: origens de Pato Branco. Dois Vizinhos: Artepress, 1996.

93 BALDIN, Rafael. **No pátio do Cabo Dito**: Memórias de uma favela em Pato Branco/PR (968-2010). Chapecó: UFFS, 2022. p. 46. Dissertação de Mestrado em História.

entender de Rafael Baldin, era uma estratégia de controle sobre a população cabocla que migrava para aquela porção do território paranaense. Havia receio de uma nova guerra movida pela disputa pela terra entre caboclos e os fazendeiros. Francisco Gutierrez Beltrão foi encarregado pelo Governo do Paraná para projetar, medir, demarcar e coordenar o assentamento dos caboclos nos 250.462 hectares da antiga fazenda Bom Retiro. Ruy Wachowicz, no livro *Paraná, Sudoeste*, sinaliza que os trabalhos realizados pelo engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão ficaram aquém do desejado, em parte, pela falta de recursos financeiros cedidos pelo Estado do Paraná para ampliar o quadro de pessoal e, com isso, dar maior agilidade ao processo de assentamento de caboclos nas terras da Colônia Bom Retiro. (WACHOWICZ, 1987, 62-63)<sup>94</sup>

Sittilo Voltolini destaca que, por ocasião da instalação do Distrito Judiciário em Bom Retiro, em dezembro de 1920, foi realizado um senso populacional apontando o montante de, aproximadamente, 1.310 pessoas nas povoações de Bom Retiro e Vila Nova. Com o funcionamento do Distrito Judiciário, registros de nascimento, casamento e óbitos passaram a ser celebrados na comunidade de Bom Retiro. Uma escola foi criada e passou a funcionar na comunidade. O Distrito Judiciário e a escola eram, naquele tempo, sinônimos de civilização e da presença da ordem constituída, pontua o memorialista Sittilo Voltolini (VOLTOLINI, 1996, p. 202). No entanto, a passagem de combatentes da Coluna Prestes pelas povoações de Bom Retiro e Vila Nova, no início de 1925, fez com que muitas casas de ambas as vilas fossem quase destruídas. O Distrito Judiciário de Bom Retiro foi incendiado, perdendo-se toda a documentação da comunidade.

Segundo Rafael Baldin, “os serviços de medição, demarcação e assentamento, desenvolvidos pela equipe do engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão foram interrompidos e não voltaram a ser retomados nos anos seguintes” (BALDIN, 2022, 48). Ruy Wachowicz informa que na Colônia Bom Retiro e em áreas de terras adjacentes, o simples apossamento de terras passou a ser praticado também por migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Passou a ser comum, também, o comércio de terras apossadas entre caboclos e os migrantes gaúchos e catarinenses (WACHOWICZ, 1987, p. 68-71). A abertura de uma estrada carroçável macadamizada ligando Clevelândia, Villa Nova, Bom Retiro, Barracão e Dionísio Cerqueira, a partir dos anos finais da década de 1920, propiciou aos migrantes gaúchos outra forma de deslocamento para acesso às terras do Sudoeste do Paraná, bem como, o contato mais frequente com a população que habitava a região de fronteira Brasil-

---

94 WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2 ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 62-63

Argentina, mais precisamente, as povoações de Barracão e Santo Antonio, cuja origem remete aos anos iniciais do século XX por ervateiros argentinos interessados na extração de erva mate em terras brasileiras. Por meio de picadas e o uso de mulas, os ervateiros e seus trabalhadores mantinham negócios de compra e venda que chegavam aos campos de Palmas, Clevelândia, Campo Erê e as povoações de Villa Nova e Bom Retiro. (ver MYSKIW, 2022)<sup>95</sup> Na medida em que o número de migrantes gaúchos e catarinenses tomou fôlego rumo ao Sudoeste Paranaense, principalmente nos anos iniciais da década de 1930, a população cabocla compreendeu que esse era um momento propício para abrir novas áreas de terras e negociá-las com os migrantes. Ricardo Abramovay em seu estudo de mestrado sobre as transformações da vida camponesa no Sudoeste do Paraná, defendido na Universidade de São Paulo (USP), em 1981, apontou que o fim da economia cabocla (extração de erva mate, criação de suínos, plantio de sementes, clareiras abertas nas florestas, a coleta, a caça e a pesca) representava, além da substituição de uma população por outra, demarcava a transição social, econômica, étnica e cultural da região. Tal dinâmica é explicada da seguinte forma por Abramovay:

A chegada dos colonos gaúchos e catarinenses descendentes de europeus ao Sudoeste Paranaense, a partir do final da década de 1940 teve um efeito altamente desagregador sobre a economia cabocla. A partir de um determinado momento (conforme a imigração já adquirindo proporções mais significativas) o desdobramento da terra pelo caboclo passou a ser feito visando não fundamentalmente a produção mas a venda da terra, ou melhor, do direito sobre a terra. [...] Do ponto de vista do colono, é evidente que esta era um atitude completamente irracional. De fato, com esta conduta, o caboclo promovia seu suicídio social. Ele continuava a funcionar segundo a lógica do usufruto numa situação em que o dinheiro e a mercadoria começavam a tomar conta da vida dos homens. Da mesma forma que no sistema de utilização do solo corresponde ao pousio florestal, ele tentava extrair da mata o máximo possível com a menor quantidade de trabalho. Com a chegada dos colonos, era mais fácil abrir uma clareira e vendê-la, do que plantar e esperar os frutos. Ele funcionava como se o dinheiro recebido do colono nada mais fosse que um novo recurso que a mata colocava à sua disposição, que podia ser usado da mesma forma que a caça, a pesca e a coleta. Por aí ele ia seguindo o seu lugar a uma nova civilização. (ABRAMOVAY, 1981, 43-44)

É importante frisar que a migração de pessoas oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a região Sudoeste do Paraná, denominadas de colonos por Ricardo Abramovay, era resultado de um conjunto de fatores externos. Valdir Gregory, na obra *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*, destaca que nas décadas iniciais do século XX, as antigas áreas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, povoadas com imigrantes europeus

95 MYSKIW, Antonio Marcos. Na fronteira Brasil/Argentina, histórias de um rio e duas povoações: apontamentos a partir da obra *Amor a la tierra*, de Antonia Arrechea. In: MYSKIW, Antonio Marcos; BUTZGE, Clóvis Alencar; LEMOS, Marilene Aparecida (Orgs.) **O Sul e suas fronteiras: Linguagens e História**. Passo Fundo/RS: Acervus, 2022. pp. 301-342.

(alemães, italianos, poloneses, ucranianos, entre outras etnias), experimentavam um momento sem igual. Após a chegada dos imigrantes europeus, nasceram as gerações de filhos, netos e bisnetos. Com isso, as terras foram, ao longo do tempo, sendo subdivididas com filhos, netos, bisnetos, a ponto de, no início do século XX, não ser suficiente para sustentar as famílias. Aos descendentes de imigrantes restavam poucas opções: permanecer na terra e sobreviver com a pequena renda ali extraída; migrar para a cidade e trabalhar em indústrias e casas de comércio; ou vender as terras recebidas e migrar em busca de novas áreas de terras. A busca por novas áreas de terras, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, foi, por muitas famílias de descendentes de imigrantes europeus, o caminho escolhido para dar continuidade ao modo de vida colonial, num novo lugar. (GREGORY, 2002, 54-63)<sup>96</sup>

Gregory comenta que o Rio Grande do Sul foi, por excelência, um estado em que ocorreu a repulsão populacional, sobretudo de descendentes de imigrantes, quer pela modernização agrícola, quer pela ausência de terras destinadas à agricultura familiar, obrigando a migração dos descendentes de imigrantes para o Oeste de Santa Catarina ou para o Sudoeste e Oeste do Paraná. Em Santa Catarina, o vale do rio Itajaí, onde se encontravam as áreas coloniais, também apresentou os mesmos dilemas vividos pelos descendentes de imigrantes dos Rio Grande do Sul. A diferença é que, além de ter uma área de repulsão populacional de descendentes de imigrantes europeus (vale do Itajaí), possuía uma área de recepção populacional, que era o Oeste Catarinense. Mas, o Oeste Catarinense era almejado também pelos migrantes gaúchos. Em pouco tempo, as terras do Oeste Catarinense foram comercializadas e colonizadas, restando aos migrantes gaúchos e catarinenses que não conseguiram adquirir terras no Oeste de Santa Catarina, a migrar para o Sudoeste e Oeste do Paraná. (GREGORY, 2002, 54-63)

No decorrer da década de 1920, a migração gaúcha e catarinense para as terras do Sudoeste do Paraná foi pequena e, como comentou Ricardo Abramovay, o acesso à terra deu-se mediante a compra de posses de terras junto aos caboclos. No entanto esta dinâmica de acesso à terra tomou novo rumo com a implementação do projeto político da “Marcha para o Oeste” por Getúlio Vargas em 1937, já no tempo do Estado Novo. Como parte deste projeto político ocorreu, em 1943, a criação do Território Federal do Iguaçu (Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943), abrangendo as regiões oeste e sudoeste do Paraná e a região oeste de Santa Catarina, ao todo, 65.854 Km<sup>2</sup> (51.452 Km<sup>2</sup> oriundos do Estado do Paraná e 14.402 Km<sup>2</sup> do Estado de Santa Catarina), sob o argumento de nacionalização e integração da região

96 GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Eduioeste, 2002. pp. 54 a 63.

de fronteira com Argentina e Paraguai à economia nacional, bem como a densa colonização do território fronteiriço, considerado um “vazio demográfico” pelo governo Vargas. (LOPES, 2002)<sup>97</sup> Alguns meses antes Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), por meio do Decreto Lei n. 12.417, de 12 de maio de 1943.

## 2.1 Uma Colônia Agrícola Nacional na fronteira Brasil-Argentina

Hermógenes Lazier, na obra *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná* (1997), pontua que as origens do projeto da CANGO remetem ao ano de 1940, quando reservistas do exército brasileiro solicitaram a doação de lotes de terra na faixa de fronteira com a Argentina, amparados pelo Decreto Lei n. 1968, de 17 de janeiro de 1940. Em junho de 1941, os requerimentos passaram por análise do general Francisco José Pinto, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, e, em atenção ao pedido dos reservistas do exército, remeteu o Ofício n. 477 (de 16 de junho de 1941) para o Ministro da Agricultura, Carlos de Sousa Duarte, cujo teor reproduzimos abaixo:

I- Numerosos soldados, anteriormente agricultores, após prestarem serviço militar na 1ª Companhia Independente de Fronteira, em Foz do Iguaçu, invocam o art. 230, da Lei do Serviço Militar e do Inciso 1, do art. 6º do Decreto Lei n. 1968, para obtenção de lotes para cultura. Seus pedidos, encaminhados a esse Ministério, levaram a Divisão de Terras e Colonização a propor a criação de um núcleo colonial naqueles arredores.

II – Estando essa região compreendida na faixa de 10 léguas da fronteira, faixa essa que vem a ser reintegrada ao Patrimônio da União, carecendo essa decisão presidencial apenas do ato declaratório em vias de ser publicado, essa Secretaria Geral é de parecer que esse Ministério está em condições de prever planos de colonização em terrenos que forem reivindicados pela União, não só nos arredores de Foz do Iguaçu, como em terras idênticas nas vizinhanças de centros de consumo de outros Estados fronteiriços, para nelas localizar os nossos reservistas e demais famílias brasileiras que o desejam.

III – Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os protestos de meu alto apreço e consideração. (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Ofício n 477, de 16 de junho de 1941)<sup>98</sup>

Quando o general Francisco José Pinto, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, menciona que “estando essa região compreendida na faixa de 10 léguas da fronteira, faixa essa que vem a ser reintegrada ao Patrimônio da União, carecendo essa decisão presidencial apenas do ato declaratório em vias de ser publicado”, dá-se a entender que as terras região de fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai voltariam ao Domínio da União, deixando de ser parte do território paranaense, isto é, haviam planos bem adiantados

97 LOPES, Sérgio. O Território do Iguaçu no contexto da Marcha para Oeste. Cascavel: Edunioeste, 2002.

98 CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Ofício n 477, de 16 de junho de 1941. In: LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná*. 2 ed. Francisco Beltrão: Gráfica Grafite, 1997 Anexo II. pp. 112 e 113.

para a criação do Território Federal do Iguazu quando da escrita deste ofício, a ponto de encaminhar à Divisão de Terras e Colonização estudos para criar um núcleo colonial para atender às reivindicações dos reservistas do exército.

Em novembro de 1941, o Ministério da Agricultura criou uma comissão composta pelos engenheiros agrônomos Sylvano Alves da Rocha e Antonio Alves do Araújo e do engenheiro Eneas Calandrini Pinheiro para realizarem estudos *in-loco* e “escolher as terras na faixa de 10 léguas da fronteira que foram reivindicadas pela União [...] destinados à fundação de colônias militares”. A comissão, após diálogos com o Departamento de Terras e Colonização do Paraná, decidiu centrar os estudos na zona fronteira entre Barracão e Santo Antonio. Em 22 de julho de 1942, a comissão finalizou e entregou o relatório para o Ministro da Agricultura, contendo detalhado estudo da região de fronteira entre as povoações de Barracão e Santo Antonio, discorrendo sobre o clima, agricultura, rios e córregos, reservas florestais, fauna e vias de comunicação. Sugeriram a criação não de uma colônia militar, mas de uma colônia agrícola:

A sede da Colônia deverá ser no lugar “Separação”, distante dez quilômetros do povoado fronteiro de Barracão e dessa sede deve se irradiar a Colônia para a periferia, num raio de 20 Km ou mais, se assim se tornar necessário, procurando-se de preferência estabelecer a localização de agricultores ao longo da “linha seca” que separa o Brasil da República Argentina.

O local supracitado, além de possuir todas as condições exigidas para a sede, é ainda o centro de confluência obrigatória de todas as estradas que, partindo de vários pontos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, se dirigem ao povoado de Barracão, Santo Antonio e futuramente à Foz do Iguazu, cujo traçado será exclusivamente em território brasileiro, aproveitando-se em grande parte o picadão já existente e que põe em comunicação esta duas últimas localidades. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Relatório para escolha de terras,... 1942)<sup>99</sup>

Foi com base neste relatório e nas informações que nele constam, que se redigiu o texto do Decreto n. 12417, de 12 de maio de 1943, assinado por Getúlio Vargas, criando a Colônia Agrícola Nacional General Osório:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra A, da Constituição e na conformidade do disposto do Decreto-Lei n. 3059, de 14 de fevereiro de 1941, art. 109, fica criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, no Estado do Paraná, na faixa de 60 km da fronteira na região Barracão - Santo Antonio em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único: A área a ser demarcada não será inferior a 300 mil hectares. (BRASIL. Decreto n 12417, de 12 de maio de 1943)<sup>100</sup>

99 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Relatório para escolha de terras para localização de Reservistas do Exército na faixa de fronteira do Brasil com a República Argentina. In: LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná**. 2 ed. Francisco Beltrão: Gráfica Grafit, 1997. Anexo I. pp. 99 a 111.

100 BRASIL. Decreto n 12417, de 12 de maio de 1943.

A nomeação da comissão de implantação da Colônia Agrícola ocorreu ainda em 1943, e foi chefiada pelo engenheiro agrônomo paranaense Eduardo Virmond Suplicy, entre 1943 a 1955. Por motivos não muito claros até mesmo aos historiadores, a sede da Colônia Agrícola não foi edificada na localidade de Separação, entre Barracão e Santo Antonio, como apontado no Decreto de criação. Eduardo Suplicy e sua equipe decidiram edificar uma sede provisória em Pato Branco e, daquele ponto, abrir estradas rumo à fronteira. Em 1948, a sede provisória foi deslocada para as margens do rio Marrecas, onde nasceu a povoação de Marrecas, mais tarde denominada de Francisco Beltrão e que se tornou a sede definitiva da CANGO. Deste lugar, dentro da Gleba Missões, irradiaram-se estradas rumo à fronteira com a Argentina e, também, ao rio Iguaçu. Ao longo destas estradas nasceram novas povoações que, ao longo dos anos, tornaram-se distritos e municípios. (LAZIER, 1997, 44)

Documentos localizados por Leomar Rippel apontam que a política de atração de reservistas do exército para residir na região de fronteira foi efetivada, mencionando o caso de Oreste Barbieri e sua esposa, Anita Salmoria Barbieri, que receberam terras para cultivo na Vila Marrecas, em 1948. Apresentamos, aqui, outro reservista do exército: José Raulino da Rosa e Esmerina da Rosa, que junto aos filhos e filhas, migraram para Santo Antonio e adquiriram terras mediante a compra áreas apossadas por posseiros a alguma distância da povoação de Rio das Antas. A história de José Raulino e Esmerina foi narrada em formato de poema pela filha mais nova, Juremy de La Rosa, na obra *Quando o verão chegar* (2011), a partir das experiências vividas por ela no tempo da Revolta de 1957, além de leituras que Juremy realizou para conhecer mais densamente a história da colonização do Sudoeste do Paraná, da qual participou.<sup>101</sup>

O período de repulsão demográfica no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, atrelado à propaganda em torno da CANGO e a política de distribuição de terras no Sudoeste do Paraná, resultou num rápido crescimento demográfico. Hermógenes Lazier informa que em 1950 a população era de 53.977 pessoas e, dez anos depois, chegou a 211.534 pessoas. Um aumento de 157.557 pessoas. Entre 1960 e 1970, chegaram ao Sudoeste do Paraná outras 234.826 pessoas.<sup>102</sup> Atrás destes números escondem-se um contingente de pessoas que, neste período, habitavam na região Sudoeste e emigraram para outros lugares, como por exemplo, caboclos, forasteiros, alguns grupos indígenas e mesmo migrantes que, no calor dos conflitos agrários, buscaram terras mais calmas e ausentes de conflitos para viverem. Também é importante frisar que nem todos os migrantes eram colonos. Entre os migrantes estavam

101 DE LA ROSA, Juremy. *Quando o verão chegar*. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011, 346 p.

102 LAZIER, Hermógenes. p. 93

médicos, dentistas, mecânicos, motoristas, farmacêuticos, professores, ferreiros, carpinteiros, comerciantes, negociantes, barbeiros, padres, freiras, enfermeiras, entre outros ofícios, dando fôlego às áreas urbanas das comunidades nascentes.

A partir do censo populacional de 1960, é possível perceber, ainda que de forma ampla, o afluxo de pessoas para determinados municípios do Sudoeste, alguns deles, criados a menos de uma década. Vejamos a tabela abaixo:

**Tabela 2** – População em cidades do Sudoeste do Paraná em 1960

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
Barracão	14.954
Capanema	29.306
Chopinzinho	21.797
Clevelândia	23.634
Coronel Vivida	14.552
Francisco Beltrão	55.498
Mangueirinha	11.659
Palmas	19.919
Pato Branco	51.581
Santo Antonio do Sudoeste	26.263

Fonte: PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981. pp. 162-163.

Na tabela acima, incluímos somente os municípios criados até 1960, mas existiam dezenas de distritos vinculados a esses municípios, cuja população foi contabilizada para a sede do Município. O volume de pessoas habitando esses municípios nos possibilita pensar nas escolhas dos migrantes em assentar moradia, urbana ou rural, em determinada porção do território Sudoeste do Paraná. Alguns buscavam cidades maiores para empregar-se ou montar seu estabelecimento comercial; outros buscavam cidades ainda nascentes para alavancar novas oportunidades de vida e trabalho; outros almejavam terras e moradias próximas aos parentes e antigos vizinhos nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Se na década de 1940 a população de brasileiros na fronteira com a Argentina era pequena a ponto de chamar a atenção do Governo Federal a instalar uma Colônia Agrícola para fomentar a densa ocupação, 20 anos depois, três municípios surgidos na fronteira (Barracão, Capanema e Santo Antonio do Sudoeste) possuíam um contingente populacional de 70.523 pessoas, em áreas rurais e urbanas.

Diante destes números, surgiu uma pergunta: quantas famílias foram assentadas pela CANGO? Segundo Ruy Wachowicz, a CANGO conseguiu assentar, ano após ano, um número crescente de migrantes, mas muito aquém do volume de migrantes que chegavam para ocupar terras na região Sudoeste. No entorno da vila Marrecas (hoje Francisco Beltrão), a CANGO assentou, em 1947, 476 famílias; em 1948, 887 famílias; em 1949, 1.068 famílias; em 1950, 1.440 famílias; em 1956, 2.725 famílias.<sup>103</sup> No entanto, a CANGO não expedia nenhum documento oficial de terras às famílias cadastradas, mas apenas um documento provisório de posse de terras e lotes urbanos. Em 1956, o conjunto de pessoas cadastradas pela CANGO era de 15.284 pessoas, mas se levarmos em conta o censo populacional (1950 e 1960) citados acima, estimamos que havia aproximadamente 120 mil migrantes na condição de posseiros no Sudoeste do Paraná, das quais, 12,6% tinham sido cadastradas pela CANGO.

Realizamos pesquisa documental no Centro de Memória do Sudoeste do Paraná (CEMESP) em Francisco Beltrão, com sede na Unipar (Universidade Paranaense), e abriga todo o acervo documental da CANGO. Realizamos um levantamento das “fichas de ocupantes”, que eram lavradas quando da chegada dos migrantes na sede da CANGO por ocasião da solicitação de terras, rurais e urbanas. Daquele acervo, analisamos, ao todo, 337 fichas de ocupantes, que contém: nome do colono, data do documento, nacionalidade, estado civil, se tem ou não certidão de casamento, atestado de conduta, título de reservista, título de eleitor, idade do colono, local onde residia, quantidade de filhos, quantidade de pessoas da família, se sabe ler e escrever, profissão, data de nascimento, naturalidade e grau de parentesco.

Abaixo, na figura 01, consta a ficha de ocupante de Antonio Pereira, cadastrada em 19 de outubro de 1948, nascido em 25 de janeiro de 1922, dado como solteiro, colono, brasileiro, oriundo de Lagoa Vermelha/RS e residindo em Lageado Grande (próximo a Capanema), tendo por esposa (possivelmente amasiada, pois se registrou como solteiro, ou foi erro de quem fez o registro) Maria Francisca Amaro, nascida em 19/01/1929 e quatro filhos e filhas: Angelino Pereira, masculino, nascido em 26/06/1943, solteiro; Jardelina Pereira, feminino, nascido em 10/07/1944, solteira; Deonilda Pereira, feminino, nascido em 15/08/1946, solteira; Leonilda Pereira, feminina, nascida em 10/03/1945, solteira; Albino Pereira, masculino, nascido em 10/02/1948, solteiro.

**FIGURA 01** – Ficha de ocupante de Antonio Pereira (1948)

---

103 WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste:... p. 146.

13 de Outubro de 1948  
 caleno  
 Brasil  
 Vila de Lagoa Vermelha  
 Estado Rio Grande do Sul

25 de Janeiro de 1982  
 Caponeiro

Antonio Pereira  
 Solteiro

Abner Francisco Amaro	feminino	Caponeiro	13-1-1929	casado	Brasil	S. Catarina	---
Angelina Pereira	brasileira	Caponeiro	10-6-1945	solteira	"	C. Parana	"
Jardelino Pereira	masculino	"	10-4-1948	"	"	"	"
Desemilda Pereira	"	"	15-8-1946	"	"	"	"
Albino Pereira	brasileiro	"	10-2-1948	"	"	"	"
Leonida Pereira	feminino	"	18-3-1945	"	"	"	"

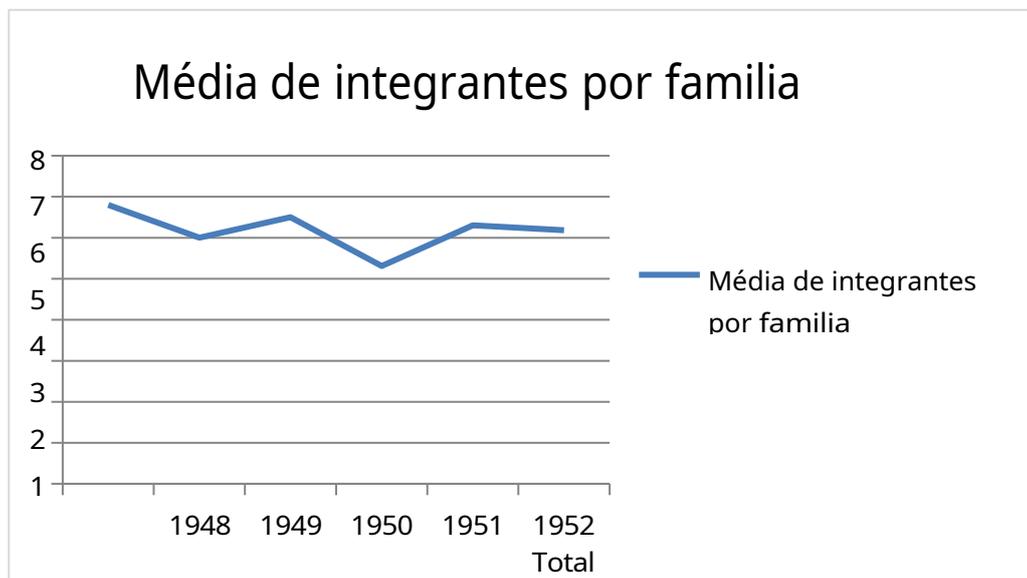
Fonte: Ficha de Ocupante de Antonio Pereira. Centro de Memória do Sudoeste do Paraná (CEMESP) em Francisco Beltrão, com sede na Unipar.

Das 337 fichas de ocupantes, levantamos que a média de membros da família era de seis pessoas, que incluíam filhos, irmãos dos ocupantes (moças e rapazes), mãe do ocupante, pai do ocupante, sogra do ocupante, cunhada e cunhado do ocupante, sobrinhos e sobrinhas, madrastas, genros e até netos e netas. Há registros de criados homens e mulheres da mesma forma que empregados da família. Observamos que, no conjunto das fichas de ocupantes, consta o nome de 12 mulheres como solicitantes de terras, entre os anos de 1948 e 1952, solteiras, casadas ou viúvas. Essas 12 mulheres eram nossa meta de pesquisa, mas não tivemos acesso ao acervo de processos de regularização fundiária do INCRA, sessão de Francisco Beltrão, pois todos os documentos da unidade estavam empacotados, destinados ao INCRA, unidade Iguazu (Cascavel), para armazenamento e guarda. Esses processos forneceriam informações para trilhar a vida das requerentes das terras, além da localidade onde foram assentadas e constituíram moradia após a regularização fundiária e os destinos destas famílias nas décadas seguintes. No entanto, após diálogos por e-mail com o presidente regional do INCRA Paraná, soubemos que o INCRA Cascavel não possui infraestrutura para abrigar tal acervo documental e que era necessário adequar espaço num depósito para, assim, abrigar o conjunto documental. Neste impasse, o INCRA removeu o acervo documental para o Batalhão do Exército em Francisco Beltrão, visando a guarda temporária e vedando acesso a pesquisadores. Tentamos, por meio de diferentes contatos, por e-mail, acesso ao acervo

documental. Mas, infelizmente, por considerarem que o acervo estava “em trânsito”, alegaram que o mesmo não poderia ser objeto de pesquisa.

As fichas de ocupantes nos mostram que não foram só “homens” os colonizadores e desbravadores dessa região. As mulheres não eram somente as companheiras, esposas, filhas, mães, sogras e tias. Ainda que as mulheres participassem, amplamente, desse processo de colonização, elas, como mulheres, viviam no anonimato e na invisibilidade. A invisibilidade e o anonimato tem sido nosso objeto de estudo, sobretudo, para desvelar as mulheres na história da colonização do Sudoeste no tempo do conflito agrário de 1957. Como dito acima, analisamos 337 “Fichas do Ocupante”. As fichas foram encontradas em bom estado de conservação. No entanto, apesar das escritas estarem legíveis, e sem rasuras, algumas palavras são de difícil interpretação em função da grafia. Abaixo, seguem alguns dados extraído das fichas de ocupantes, tais como a média de integrantes por famílias e os ofícios dos requerentes.

**Gráfico 01** – Média de integrantes por família.



Fonte: Fichas de Ocupantes. Acervo CEMESP/Unipar - Francisco Beltrão. Dados compilados por Fernanda Welter.

Percebe-se que a média de integrantes por família de migrante ou requerente de terras na CANGO eram entre 5 e 7 membros. Para a época, não era um número expressivo de membros familiares, pois haviam famílias com mais de uma dezena de filhos. Mas, as fichas apresentam apenas dados dos familiares vivos e que acompanhavam seus pais. Há silêncios sobre os familiares falecidos, concedidos para adoção (no caso de crianças) ou que

permaneceram com outros parentes, por distintas circunstâncias. Nas fichas encontramos além dos filhos e filhas dos ocupantes de terras, como membro do grupo familiar, a mãe do ocupante, o pai do ocupante, sogra do ocupante, cunhada e cunhado do ocupante, sobrinhos e sobrinhas, madrastas, genros e até netos e netas. Há também registros de criados, homens e mulheres, da mesma forma que empregados. Apesar da composição dos casais serem predominantemente de homens e mulheres, encontramos um casal composto por duas mulheres.

Nas Fichas de Ocupantes, em quase metade delas, consta o ofício do requerente de terras. Suspeitamos que, nas fichas de ocupantes em que não constavam as profissões, os solicitantes eram caboclos da região. Em nosso levantamento, verificamos que as principais atividades desempenhadas pelos homens eram: “agricultor”, “colono”, “industrial”, “carpinteiro” “lavrador” e “professor particular”. Veja-se a Tabela abaixo.

**Tabela 3** – Profissões dos requerentes de terras na Cango (1948-52)

Profissões	1948	1949	1950	1951	1952
Colono	140	2	0	0	0
Agricultor	9	4	9	0	9
Lavrador	1	1	1	0	1
Carpinteiro	2	0	0	0	0
Industrial	1	0	0	0	0
Professor particular	1	0	0	0	0

Fonte: Fichas de Ocupantes. Acervo CREMESP/Unipar - Francisco Beltrão. Dados compilados por Fernanda Welter.

De um modo geral, os agricultores/colonos, carpinteiros e lavradores desempenhavam um papel fundamental na frente das unidades de produção familiar, principalmente no “sistema agrícola baseado na unidade policultura e na criação de animais. Segundo Ricardo Abramovay, esta era “a base da economia camponesa na época.” (ABRAMOVAY, 1981, p.78). O agricultor recebia a terra, a casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico hospitalar, de forma gratuita ou via prestação de trabalho para a Colônia Agrícola. Foi por meio do trabalho dos migrantes, via contrato de prestação de trabalho, que a CANGO abriu picadas, estradas e pontes, permitindo que grandes levas de colonos oriundos de distintas localidades chegassem ao Sudoeste do Paraná. Além disso, a CANGO construiu uma serraria em Santana e, depois, em Santa Rosa, para serrar madeira para a construção de casa para os primeiros moradores. Mas, no entender de Ricardo Abramovay, a Colônia Agrícola, “por fugir à regra nacionalmente dominante, o trabalho da CANGO assentava-se sobre bases frágeis” (ABRAMOVAY, 1981, p.54), isto é, em terras que estavam sob disputa jurídica.

## 2.2 Mulheres requerente de terras na CANGO

Na década de 1950, o Brasil experimentava um período de dupla compreensão a respeito do papel feminino na sociedade. Por um lado, a atuação dos movimentos feministas em luta por direitos políticos e sociais, bem como a visibilidade das mulheres em diferentes ambientes: lar, trabalho, escola, lazer, etc. Por outro lado, a ideologia patriarcal que se impunha e resistia aos ideias dos movimentos feministas, pregava a necessidade da permanência das mulheres à vida doméstica e reforçado pelas, “características construídas pela moral cristã e atribuídas ao feminino são aquelas necessárias ao cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade, negando às mulheres outras possibilidades e reforçando seu enclausuramento no espaço doméstico.” (TEDESCHI, 2012, p.74). O que esperavam das mulheres era a dedicação ao matrimônio, a vocação para a maternidade e o cuidado com o lar, cumprindo as funções a qual estariam destinadas e não se ocupando de atividades que as “masculinizassem”, como por exemplo, o trabalho fora de casa.

No conjunto das Fichas de Ocupantes que requereram posse de terras na Cango, entre 1948 e 1951, localizamos 12 requerentes mulheres: 07 mulheres requerentes, em 1948; 04 mulheres requerentes em 1950 e; 01 mulher requerente em 1952. Destas, 07 migraram do Rio Grande do Sul, 03 de Santa Catarina e 02 do Paraná. Ao invés de inserir a imagem destas fichas no corpo do texto, optamos por extrair os dados existentes nas fichas, transformando-as em texto, seguido de análise individual e conjunta.

Em 04 de junho de 1948, a viúva Lúcia Ribeiro, nascida em 08 de novembro de 1895, brasileira, colona, migrante oriunda de Caxias/RS, requereu terras no escritório da CANGO, sendo assentada na localidade de Santa Rosa. Como dependentes, Lúcia Ribeiro descreveu ter: Lucília Ribeiro, filha, nascida em 06/09/1934, solteira; e Otacílio Ribeiro, filho, nascido em 02/01/1930, solteiro, ambos brasileiros, nascidos no Rio Grande do Sul. Ao requerer terras, em 1948, a colona Lúcia Ribeiro tinha 52 anos, e os filhos Lucília 14 anos e Otacílio 18 anos. Lúcia Ribeiro certamente foi atingida pelo contexto de repulsão de famílias da área colonial em Caxias/RS. A condição de mulher viúva, ainda que em companhia de um filho adulto, fez com que Lúcia Ribeiro, ao saber da possibilidade de obter acesso a terra no Sudoeste do Paraná, sob cuidados da CANGO, decidiu migrar com os filhos. É possível que Lúcia Ribeiro e os filhos já estivessem ocupando terras na comunidade de Santa Rosa, como posseira. E, ao iniciar o cadastramento de famílias para formalizar a relação dos posseiros

com a CANGO, agora na condição de colonos, Lúcia deslocou-se para Francisco Beltrão (naquela época, Marrecas) para proceder o cadastro, em 04 de junho de 1948.

Laurinda Pereira da Silva, em 08 de outubro de 1948, requereu terras para morar em Santo Antonio, na fronteira com a Argentina. Laurinda sinalizou ser doméstica, viúva, nascida em Santo Ângelo/RS, em 06/03/1896. Descreveu ter como dependente: Pedro Pereira da Silva, filho, nascido em 16/11/1924, solteiro; Cláudia Pereira da Silva, filha, nascida em 12/07/1928, solteira; José Pereira da Silva, filho, nascido em 28/08/1930, todos naturais de Santa Catarina. Laurinda Pereira da Silva, doméstica. “Doméstica” era um termo utilizado àquelas mulheres que não possuíam uma profissão formal e reconhecida, mas reconhecia-se saberes na lide doméstica, no lar e seu entorno. Permanece, aqui, uma dúvida. A expressão “doméstica” foi inserida na ficha de ocupante pelo atendente ou a pedido de Laurinda? Os filhos de Laurinda eram, todos, maiores de idade, nascidos em Santa Catarina. Laurinda migrou do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, solteira ou casada. Aos 28 anos, residindo em Santa Catarina, deu a luz a Pedro Pereira da Silva e, nos anos seguintes, a Cláudia e José. A exemplo de Lúcia, Laurinda pode ter migrado Santo Antonio, no Sudoeste do Paraná, ainda no tempo inicial da implantação da CANGO e formalizado a requisição de terras quando do início do funcionamento do atendimento da CANGO em Marrecas.

Maria Galvão, colona, viúva, nascida em 01/06/1885, requereu terras na CANGO em 08 de novembro de 1948, para residir em Capanema, na fronteira com a Argentina. Nascida em Chapecó/SC, era analfabeta. Como dependente, registrou ter 03 criados, solteiros, não letrados e mudos: Maria de Oliveira; Sebastião de Oliveira e Juliano de Oliveira, todos nascidos no Paraná, mas sem registro de data de nascimento. A colona viúva Maria Galvão, quando do requerimento de terras, estava com 63 anos de idade, analfabeta e, por companhia, três criados (ou filhos adotivos), mudos. De acordo com o IBGE, na década de 1940, a expectativa de vida dos brasileiros era de 45 anos.<sup>104</sup> O modo de vida rural, debilitava ainda mais as condições de vida, pois naquela época quase tudo era feito pela força braçal, quando muito, com auxílio de animais de montaria ou tração. Maria Galvão teria assumido cuidar dos “criados” mudos nascidos no Paraná, ou os criados é que decidiram cuidar de Maria Galvão, com idade avançada e, quem sabe, necessitando de cuidados. Pelos criados serem mudos, ela formalizou o requerimento das terras junto à CANGO, em áreas de terras que ela e os criados já residiam na condição de posseiros, em Capanema. Maria era uma cabocla da região do Contestado? Ex-escrava negra, liberta, alforriada? Era de origem indígena? Chapecó/SC não existia quando ela nasceu, em 1885. Havia uma Colônia Militar (a Colônia Militar de

104 Cf. <https://jornal.usp.br/atualidades/brasileiros-vivem-em-media-30-anos-a-mais-que-em-1940/>

Chapecó) com pouco tempo de funcionamento e o caminho de tropas denominado de Missões, em cujas margens abrigava algumas fazendas e povoações. Por ora, tais questões permanecerão em aberto.

Utilia Rodriguez de Lima, colona, nascida em 30 de setembro de 1916, solteira, nascida em Santo Ângelo/RS, requereu terras para residir em Capanema no dia 12 de novembro de 1948. registrou como dependente três filhos: Adão Paim de Lima, solteiro, nascido em 06/09/1943; Rumiria Paim de Lima, solteira, nascida em 22/09/1939; e Assis Paim de Lima, solteiro, nascido em 04/09/1940. Todos nascidos no Rio Grande do Sul. Utilia Rodriguez era migrante oriunda de Santo Ângelo/RS, com experiência na lide com a terra, aos 32 anos de idade, solteira, junto de três filhos pequenos nascidos no RS, requereu terras no escritório da CANGO. Pela idade do filho mais novo, Adão (5 anos), nascido e registrado no Rio Grande do Sul, Utilia deve ter migrado para Capanema, no Sudoeste do Paraná, a pouco tempo (menos de 4 anos). Quais/Quantas dificuldades a jovem Utilia, solteira e em companhia de três filhos pequenos vivenciou e experienciou no processo migratório e, em terras sudoestinas, para conseguir terras como posseira e manter a família? A imaginação vai longe, mas a questão permanecerá em aberto, por enquanto.

Francisca Alves, colona, viúva, nascida em 24 de junho de 1901, na cidade de Passo Fundo/RS, requereu terras no escritório da CANGO em 09 de junho de 1948, passando a residir na costa do rio Marrecas. Registrou como dependente os filhos Catarina Alves, solteira, nascida em 30/04/1936; e Afonso Alves, solteiro, nascido em 21/04/1943. Ambos naturais do Rio Grande do Sul. Na ficha de Francisca Alves, tem uma observação: “Esta senhora é moradora dentro do lote do Sr. Prudente dos Santos”. Francisca, com 47 anos, também experimentou o tempo de repulsão populacional na área colonial do Rio Grande do Sul. A filha Catarina, já adolescente, em companhia de Afonso, com pouco mais de 4 anos. Pela anotação nas observações da ficha de ocupante, a viúva Francisca e sua família teriam constituído moradia e área de plantio em terras ocupadas e exploradas pelo colono (ou posseiro) Prudente dos Santos. Francisca teria sido estimulada por Prudente dos Santos a deslocar-se até o escritório da CANGO e requerer área de terras e, com isso, deixar as terras dele? Ela teria sido expulsa das terras de Prudente dos Santos e dirigiu-se à CANGO para requerer terras na povoação de Marrecas? Os processos de regularização fundiária do INCRA podem conter informações para esclarecer tais perguntas. Mas, como dito antes, os processos estão inacessíveis.

Maria da Luz Felix, doméstica, casada, nascida em 1908, natural do Rio Grande do Sul, requereu terras em 08 de outubro de 1948, tendo como dependentes 8 filhos: Catarina Angilo,

nascida em 08/07/1933, solteira; Elias Angilo, nascido em 19/12/1943, solteiro; Sebastião Angilo, nascido em 28/03/1938, solteiro; Conceição de Pilar Angilo, nascida em 15/08/1939, solteira; Regina Angilo, nascida em 07/05/1945, solteira; João Angilo, nascido em 12/05/1943, solteiro; Ramão Angilo, nascido em 08/06/1942, solteiro; e Santa Martina Angilo, nascida em 11/11/1947, solteira. Todos os filhos nascidos no Paraná. Ao requerer terras, Maria da Luz estava com 40 anos. Sinalizou ser casada, mas não fez constar na ficha o nome do marido. O filho mais novo tinha, naquele momento, menos de 1 anos, e a filha mais velha com 15 anos. Maria da Luz migrou para o Sudoeste possivelmente antes do nascimento de Catarina, a primogênita, pois na ficha de ocupante consta que ela nasceu no Paraná (ou foi registrada no Paraná). Merece atenção as datas de nascimento dos filhos e filhas, pois algumas datas apontas nascimentos em intervalos menores de 9 meses. Estas datas, no entanto, podem ser a data de registro em cartório e não, necessariamente, a data de nascimento. Mas, ficam algumas perguntas: porquê Maria silenciou o nome do marido na ficha de ocupante? Ele havia cometido algum crime? Ele já teria tido acesso à terras da CANGO? Ele era uma pessoa mal vista pelos servidores da CANGO? Maria teria migrado para o Sudoeste do Paraná para distanciar-se do marido e iniciar nova vida com filhos e filhas?

Maria Clara de Jesus, doméstica, solteira, natural de Santa Catarina, nascida em 29 de agosto de 1924, requereu terras para morar no Rio 14 (Lageado Grande, hoje Pérola do Oeste), em 22 de agosto de 1950. Registrou como dependente três filhos: Sebastião de Mello, nascido em 06/11/1941, solteiro; Arnesto Mello, nascido em 09/08/1944, solteiro; e João Amadeus Mello, nascido em 28/02/1950, solteiro. Todos nascidos em Santa Catarina. A migração de Maria Clara e seus filhos ocorreu, pelos dados apresentados na ficha de ocupantes, ainda no ano de 1950, pois o filho mais novo foi registrado em Santa Catarina. Declarava-se solteira, mas possuía filhos com um sobrenome em comum: “Mello”, o que nos leva a crer que seriam de uma mesma pessoa. Maria Clara teria migrado para o Sudoeste do Paraná alguns meses após o nascimento de João Amadeus? O tempo de gestação entre o filhos nascidos vivos e citados na ficha de ocupantes, era grande entre os períodos gestacionais. Teriam ocorridos outros abortos ou gravidez interrompidas? Houve independência de Maria Clara em optar pelo nascimento e abortos de outros filhos? Em que circunstâncias ocorreu a decisão deles migrarem para o novo lugar? Teria sido a propaganda realizada pela CANGO, a responsável por atraí-la para o Sudoeste do Paraná?

Maria Babinski, doméstica, desquitada, nascida em 06/08/1901, natural do Paraná, requereu terras da Colônia Agrícola em 18 de agosto de 1950, sendo assentada na localidade de Rancho Fundo. Registrou como dependente três filhos: Arnaldo Babinski, nascido em

29/08/1933, solteiro; Silvio Babinski, nascido em 15/02/1935, solteiro; e Vanda Diamira Babinski, nascida em 26/06/1942, solteira. Todos os filhos nascidos no Paraná. De imediato, chama a atenção o sobrenome de origem eslava (Polônia, Ucrânia, Rússia), que nos leva a questionar se era mantinha o sobrenome do ex-marido ou ela teria voltado a usar o sobrenome de sua família. A presença polonesa na colonização do Sudoeste não é grande, mas há dados censitários notificando famílias eslavas nos municípios de Palmas e Clevelândia em fins do século XIX. Quando do requerimento das terras, a filha mais nova de Maria Babinski estava perto de completar 8 anos de idade e os outros dois filhos eram adolescentes (quase adultos – 17 e 15 anos). São testemunhos de um fluxo migratório dentro do Estado do Paraná rumo ao Sudoeste.

Ana Maria Batista, solteira, lavradeira, nascida em 25/03/2918, natural de Santa Catarina, em 20 de julho de 1950 requereu terras no escritório da Cango, sendo assentada no Lageado Grande (hoje Pérola do Oeste), informando como dependente quatro filhos: Francisco Nico de Souza, nascido em 07/01/1943, solteiro; Gasparino Nico de Souza, nascido em 17/04/1946, solteiro; Maria Madalena de Souza, nascida em 05/09/1947, solteira; e Leonir de Souza, nascido em 17/04/1949, solteiro. Todos nascidos no Paraná. A exemplo de Maria Clara de Jesus, abordado acima, Ana Maria Batista não era formalmente casada e nem não mencionou o marido como parte da família quando da requisição de terras junto à CANGO. Os filhos possuem o mesmo sobrenome de família (Souza), o que nos leva a crer que havia uma vida conjugal de pelo menos 12 anos (se olharmos as datas de nascimento apontadas na ficha de requerimento de terras) A filha mais nova, Leonir, tem pouco mais de um ano de idade. Ana Maria Batista estavam morando em terras parananense a mais de uma década, possivelmente atraídos pelo projeto colonizador implantado pelo Governo Vargas no Sudoeste do Paraná.

Barbinda Maria do Nascimento, viúva, lavradeira, nascida em Palmas/PR no ano de 1900, solicitou terras no escritório da CANGO em 20 de julho de 1950, sendo assentada na Costa do Rio 14, próximo ao Lageado Grande (Pérola do Oeste). Registrou como dependente dois filhos: Francisco José da Cruz, nascido em 05/03/1921, solteiro; e Ana Maria da Cruz, nascida em 20/10/1946, solteira e; quatro irmãos: Carlos José da Cruz, nascido em 08/12/1935, solteiro; Conceição José da Cruz, nascida em 10/06/1932, solteira; Ezulina José da Cruz, nascida em 01/04/1930, solteira; e João Maria da Cruz, nascido em 21/10/1949. Todos nascidos no Paraná. Na ficha de requerente, consta que Barbinda teria dois filhos e quatro irmãos. Mas, todos possuem o mesmo sobrenome “da Cruz”, mesmo os supostos irmãos de Barbinda, que deveriam ter o sobrenome “do Nascimento”. Acreditamos ter havido

confusão na hora do registro por parte da pessoa que a atendeu e que todos os dependentes sejam irmãos e filhos de Barbinda. Suspeitamos que Barbinda e sua família já residiam na fronteira Brasil/Argentina a muitos anos, pois a presença de ervateiros argentinos em terras paranaenses e os deslocamentos deles por estradas e picadas rumo a Palmas, Clevelândia e Campo-Erê eram intensas desde o início do século XX, com o objetivo de negociar e comprar erva-mate com famílias caboclas. Noutras vezes, como prática comum adotada pelo ervateiro argentino Alfonso Arrechea, convidavam famílias caboclas para migrar para a fronteira com a finalidade de trabalhar em outras atividades, como o transporte de erva-mate no lombo de mulas até San Antonio/Argentina, ou ainda, de San Antonio até o porto La Esperanza, de propriedade de Alfonso Arrechea, na margem esquerda do rio Paraná, em território argentino.<sup>105</sup>

Doralina de Souza, viúva, agricultora, nascida em 12 de julho de 1912, natural do Rio Grande do Sul, em 11 de agosto de 1950 requereu terras na CANGO, sendo assentada na Cascata Santa Rosa. Declarou como dependente uma filha, Nair Duarte Fagundes, nascida em 23/10/1939, no Paraná, solteira. Doralina tinha, em 1950, 38 anos de idade e a filha quase 11 anos de idade. Migrou do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná em busca de terras para cultivo junto com o marido, possivelmente antes de 1939, pois a filha foi registrada no Paraná quando do nascimento.

Leonilda Machado, viúva, lavradeira, nascida em 14 de maio de 1914, natural de Santa Catarina, requereu terras em 21 de agosto de 1951, na costa do Lageado Grande. Como dependente registrou cinco filhos: Armindo Machado, nascido em 04/10/1934, solteiro; Osvaldo Machado, nascido em 02/08/1938, solteiro; Bonitilha Machado, nascida em 02/11/1940, solteira; Antonia Machado, nascida em 02/07/1942, solteira; Anildo Machado, nascido em 03/04/1946, solteiro. Todos os filhos nasceram em Santa Catarina. Nas observações, situadas no rodapé da ficha, consta a seguinte informação: “Esta a viúva que o Joaquim Domingos dos Santos derrubou a casa”. Leonilda Machado migrou para o Sudoeste do Paraná após 1946, pois o registro do filho mais novo, segundo consta na ficha, é de Santa Catarina. Suspeitamos que a família de Leonilda assentou-se nas terras de outro posseiro (Joaquim Domingos dos Santos) e teve a casa derrubada como forma de intimidação e expulsão das terras de Joaquim. Teria, Joaquim, assassinado o marido de Leonilda? Leonilda migrou já viúva para o Sudoeste do Paraná?

---

105 MYSKIW, Antonio Marcos. Na fronteira Brasil/Argentina, histórias de um rio e duas povoações. In: MYSKIW, Antonio Marcos; BUTZGE, Clóvis Alencar; LEMOS, Marilene Aparecida (Orgs.). O Sul e suas fronteiras; Linguagens e História. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022. pp. 301-342.

Viúvas, desquitadas, solteiras, casada e desacompanhada de marido. Com filhos, filhas e, uma delas sem filhos, mas com criados. Muitos filhos e filhas, já adultos, ainda solteiros e solteiras. A inexistência de condições de ter uma área de terras e de prover uma família os movia a não optar pelo casamento? Decidiram permanecer junto às mães, viúvas e desquitadas para dar amparo, sustento e mão de obra na lide rural? Em relação às mulheres solteiras, com filhos, nos leva a pensar nas relações de amasiamento. Era intencional ou movido pela ausência de padres para formalizar a união na Igreja ou de recursos financeiros para a união civil em cartório? Outra coisa não apontada nos relatos acima, mas que constam nas fichas, é a ausência de documentos pessoais ao requerer terras na CANGO. Apenas duas requerentes apresentaram algum documento de ordem pessoal. O restante consta a palavra “Não” junto ao item “Documento”. Também, destaca-se um número significativo de mães, filhos e filhas analfabetos.

### **2.3 O conflito agrário de 1957: alguns aspectos**

Por quê, em 1957, eclodiu um conflito agrário envolvendo as terras do Sudoeste do Paraná, durante a atuação da CANGO? Para responder tal questionamento, é necessário dialogar com a historiografia da revolta de 1957, pois apontam distintas motivações para a eclosão dos conflitos. Partiremos, aqui, da questão fundiária e, para isso, com base nos escritos de Hermógenes Lazier, Ruy Wachowicz, Hermogenes Lazier, Iria Zanoní Gomes e Jaci Poli, destacamos os principais movimentos/alegações que levaram à eclosão dos conflitos agrários no Sudoeste do Paraná, que sistematizamos em 10 pontos:

- 1) Concessões do Governo Imperial por meio do Decreto nº 10.432, de 10 de novembro de 1889, concedendo terras ao Engenheiro João Teixeira Soares, em troca da construção da estrada de ferro Itararé – Uruguay, reeditados pelo governo provisório da República, através do Decreto nº 305, de 07 de abril de 1890, com algumas alterações;
- 2) Em seguida, em 1891, essas concessões foram transferidas para a Companhia União Industrial e, em 6 de maio de 1893, pelo Decreto nº 1.386, para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, do grupo Brasil Railway Company. Foi essa companhia quem realmente construiu a Estrada de Ferro Itararé-Uruguay e o ramal Jaguariaíva (Paraná) – Ourinhos (São Paulo), bem como recebeu parte das terras concedidas, ficando um resto para receber posteriormente. Coube ao Estado do Paraná efetivar a demarcação e a titulação das áreas concedidas, tendo em vista que, pela Constituição da República, de 1891, as terras

devolutas e nacionais passaram ao domínio dos Estados, notadamente a Gleba Missões, parte da Gleba Chopim e outras glebas no Oeste do Paraná;

3) Em 1917, o estado do Paraná reconheceu o direito da Companhia Estrada de Ferro São Paulo--Rio Grande sobre as concessões recebidas do governo federal, bem como o crédito que tinha de 2.100.000 hectares de terras a serem tituladas. Em 1920, depois de negociar com a empresa credora a possibilidade de concessão de áreas fora do eixo da ferrovia, o governo estadual promoveu a titulação de diversas glebas, entre elas a Gleba Missões, no Sudoeste do Paraná;

4) Contratou, também, com a mesma companhia, a construção do ramal Guarapuava-Foz do Iguaçu da ferrovia, tendo feito mais uma concessão de 1.480.000 hectares. Nesse mesmo ano, todas as concessões foram transferidas para Companhia da Estrada de Ferro para a BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio, e entre as concessões transferidas pelo Estado estava a Gleba Missões, com 425.731 hectares;

5) Em 1940, o Governo Federal decretou a incorporação da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da Brasil Railway Company ao patrimônio da União. Os Decretos - Leis nº 2.073, de 08.03.1940, e nº 2.436, de 22.07.1940, promoveram a incorporação, devido à constatação de que todo o patrimônio e todas as inversões realizadas pelas empresas foram por meio dos recursos públicos, sem aplicação de recursos próprios; e de que as concessões de terras seriam sem razão, em função da falta de compromisso das empresas;

6) A incorporação dos bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da Brasil Railway Company ao patrimônio da União provocou uma divergência entre o governo federal e o governo do Paraná em relação à Gleba Missões. O governo federal considerava a área integrada ao seu patrimônio, mas o governo do Paraná contestava, porque em 1930 haviam sido cancelados todos os contratos e anuladas todas as concessões feitas às referidas companhias. A disputa, no entanto, não ficou restrita a questões relativas à construtora da estrada de ferro. Havia mais uma concessão que incidia sobre as mesmas áreas do Sudoeste do Paraná;

7) No final do século XIX, o governo do estado de Santa Catarina realizou uma concessão de uma área de terras para José Rupp, com a finalidade de explorar madeira e erva-mate no Oeste de Santa Catarina. Neste tempo, não havia sido resolvida a questão dos limites entre o Paraná e Santa Catarina e essa concessão abrangia áreas que já haviam sido concedidas para a empresa Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande que, buscando garantir seus direitos, entrou com uma ação em 1920, conseguindo anular a posse de José Rupp e garantir a propriedade

sobre a terra. No entanto, o embargo feito por José Rupp teve ganho de causa em 1925, quando foi reconhecido o seu direito sobre a área;

8) Para compensar os prejuízos pelo tempo que ficou impossibilitado de realizar a exploração a que tinha direito, bem como pelos produtos que haviam sido explorados pela Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, José Rupp entrou com ação indenizatória, conseguindo a penhora de várias áreas que pertenciam ao patrimônio daquela empresa. Como a empresa estava incorporada ao patrimônio da União, o governo federal entrou com embargos, tendo em vista que os bens eram impenhoráveis por serem bens públicos;

9) No entanto, José Rupp transferiu seus direitos para a CITLA – Clevelândia Industrial e Comercial Ltda., em 26 de junho de 1950. A CITLA agiu rapidamente e conseguiu o reconhecimento de seu direito junto à SEIPU (Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União), obtendo a escritura das áreas da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim;

10) É nesse contexto de disputas pela propriedade da terra que se constituiu o conflito agrário no Sudoeste do Paraná, envolvendo a Gleba Missões (425.731 hectares) e parte da Gleba Chopim (71.528 hectares). Os processos judiciais que discutiam os direitos sobre a Gleba Missões ainda estavam tramitando quando, em 1943, o governo federal criou a CANGO para realizar o processo de povoamento do Sudoeste do Paraná. A partir de sua instalação, a CANGO passou a assentar colonos em terras doadas para as famílias, sem, no entanto, titular essas propriedades, em função da disputa judicial ainda em andamento.

Tanto Ricardo Abramovay (1981) quanto Ruy Wachowicz (1987), Hermógenes Lazier (1986), Iria Zanoni Gomes (2005), Jaci Poli (2021) e Everli Pegoraro (2007) estabelecem como marco inicial do conflito agrário a implantação da CITLA na região, em 1950. A CITLA (Clevelândia Industrial e Comercial Ltda.) desde que se instalou na região, passou a negociar as terras que conseguiu por meio da escritura de 1950. Mas, o processo de disputa com a CANGO foi permanente e repleto de revezes jurídicos. Era uma disputa entre dois projetos de colonização diferentes, com objetivos diferentes e contraditórios. A CITLA conseguiu paralisar as ações da CANGO. Enquanto a CANGO objetivava a colonização da região por meio do assentamento de colonos nas terras por ela concedidas, mediante cobrança módica após a titulação, a CITLA tinha como principal objetivo a implantação de uma fábrica de celulose na região para explorar a abundância de madeira existente, notadamente, as araucárias; pretendia vender terras aos agricultores, preferencialmente onde existisse mato

branco, isto é, sem pinheiros a serem explorados, ou depois de retiradas as madeiras que lhe interessavam. (POLI, 2021)

Ruy Wachowicz, na obra *Paraná, Sudoeste*, sinaliza que o território da CANGO nunca foi demarcado, pois mesmo anterior e no contexto da existência da CANGO, existiam impasses jurídicos sobre as terras do Sudoeste do Paraná, dentro ou fora da Gleba Missões, em contratos e acordos com o Governo Federal, com o Governo do Paraná e com terceiros via Governo de Santa Catarina. Entre os colonos e cidadãos cadastrados pela CANGO até o ano de 1956, em diferentes localidades do Sudoeste, ao todo, somaram 2.725 famílias (15.284 pessoas) num extenso território não demarcado. Todos os demais migrantes que deslocaram-se para as terras do Sudoeste estavam na condição de posseiros, urbanos ou rurais. A CITLA (tendo como acionista Moisés Lupion, Governador do Paraná) ao conseguir direitos sobre as terras, subdividiu parte das posses para duas outras empresas de colonização: A Colonizadora Comercial e a Colonizadora Apucarana. Segundo Iria Zanoni Gomes, “a CITLA ficou exclusivamente com a sede de Francisco Beltrão, a Companhia Comercial com grande parte do interior de Francisco Beltrão e com as áreas de Verê e Dois Vizinhos e a Companhia Apucarana com as áreas de Capanema e Santo Antonio, região de fronteira com a Argentina”.<sup>106</sup>

A atuação de jagunços contratados pelas companhias colonizadoras tomou fôlego a partir do início de 1950, visitando, amedrontando, intimidando e praticando violências diversas contra os colonos posseiros e suas propriedades (casas, animais e plantações), com o objetivo de que os colonos posseiros assinassem documentos de compra e venda das terras, assumindo dívidas a serem pagas às colonizadoras. Segundo Iria Zanoni Gomes, entre os anos de 1950 a 1957 o conflito foi se intensificando a partir das ações e tentativas de despejo, a prática de violências a animais e pessoas, bem como a expulsão de posseiros de áreas de terras realizadas pelas companhias colonizadoras mediante o uso de jagunços muitas vezes com a conivência da polícia militar, que acobertavam as atrocidades. Como forma de resistência, os colonos posseiros passaram a se organizar para defender seus supostos direitos sobre as terras. (GOMES, 2005, 57)

A intensificação da violência sobre os colonos posseiros por parte das colonizadoras com auxílio dos jagunços provocou reações entre os colonos posseiros, que passaram planejar atos de diferentes naturezas, tais como: produzir abaixo-assinados para levar a autoridades políticas (Deputados Federais, Senadores e até o Presidente da República, Juscelino Kubitschek), resultando no assassinato de um dos mentores de um dos abaixo-assinados

<sup>106</sup> GOMES, Iria Zanoni. 1957, a Revolta dos Posseiros... p. 52.

(Pedrinho Barbeiro); a exposição da tensão vivida na região Sudoeste do Paraná na imprensa nacional (Revista Manchete e Revista Cruzeiro) como forma de sensibilizar o Governo Federal em mediar e dar fim ao conflito agrário; a fuga de parte da população da fronteira para o território argentino, como forma sobreviver às atrocidades dos jagunços; a reação de empresários, jornalistas, radialistas, médicos e religiosos, expondo as atrocidades cometidas contra colonos e colonas posseiros e seus filhos, na rádios locais e regionais, como forma de insuflar a reação da população contra as colonizadoras; a reação armada dos colonos posseiros contra jagunços e funcionários das empresas de colonização, sobretudo em 1957, organizando tocaias, incêndios em escritórios das colonizadoras, ferimento e morte de jagunços e; entre setembro e outubro de 1957, a mobilização popular, urbana e rural, ocupando as empresas privadas de colonização e a exigência da desapropriação das terras por parte do Governo Federal. Cada uma destas fases são detalhadas pela historiografia existente, com destaque para os escritos de Ruy Wachowicz (1987), Hermógenes Lazier (1986), Iria Zanoni Gomes (2005), Jaci Poli (2021), Everli Pegoraro (2007) e Leomar Rippel (2013)

## **1. A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NOS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE A REVOLTA DE 1957 NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Neste capítulo, o objetivo é refletir sobre a visibilidade e a invisibilidade das mulheres nos escritos sobre a Revolta de 1957 elaborado por historiadores e historiadoras. Não acolheremos na condição de historiadores e historiadoras, os pesquisadores da área de Ciências Sociais, Economia, Educação e os memorialistas (médicos, jornalistas, advogados), pois nos interessa verificar como as pesquisas acadêmicas da área de História deram, ou não, visibilidade às mulheres na medida em que os debates em torno dos estudos de gênero e feminismos eram incorporados como temas de estudos por historiadores e historiadoras.

A historiografia da Revolta de 1957 é extensa, se considerado o conjunto de obras (livros, artigos, capítulos de livros, dissertações e teses) que tratam do conflito agrário, resultado de pesquisa histórica por historiadores e não historiadores. Conseguimos localizar 5 artigos em revistas e/ou anais de eventos científicos; 8 livros e 7 dissertações/teses, a maioria deles, já estudados pelo historiador Paulo José Koling, que dedicou minuciosa pesquisa historiográfica para compreender as visões e versões da escrita e reescrita da história do conflito agrário de 57 no Sudoeste do Paraná. Dedicaremos atenção a estes artigos, livros, dissertações e teses seguindo a ordem cronológica em que foram publicados, pois o contexto de produção deles diz muito sobre o texto final das obras, o aporte teórico e metodológico, a utilização das fontes documentais e a abordagem que realizaram sobre o conflito agrário.

### **1.1 Mulheres silenciadas na escrita da história da Revolta de 1957 (1968-1987)**

O primeiro estudo acadêmico na área de história que menciona a colonização moderna do Sudoeste do Paraná foi "Nota previa ao estudo da ocupação de terra no Paraná moderno", escrito por Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, publicado no Boletim da Universidade Federal do Paraná, n. 7, do Departamento de História, em 1968.<sup>107</sup> O Boletim da UFPR foi um dos primeiros veículos de socialização de pesquisas acadêmicas da área de humanidades, no formato de folheto impresso, por docentes do curso de graduação em História. Brasil Pinheiro, Cecília e Altiva, expunham uma radiografia dos

---

<sup>107</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: **Boletim n 7, do Departamento de História**, da Universidade Federal do Paraná, setembro de 1968. 57 p.

conflitos agrários ocorridos no decorrer do século XX e outros em andamento no Paraná, num momento em que a perseguição, intimidação, prisão e exílio de professores universitários se avolumava. Na UFPR, estes historiadores e historiadoras dedicavam-se a consolidar os estudos de história econômica e social, amparadas pela metodologia da História Demográfica.<sup>108</sup>

Com pouco mais de 50 páginas, o texto tinha por meta produzir uma reflexão e, ao mesmo tempo, apontar os principais conflitos agrários ocorridos no Paraná entre os anos 1900 e o final da década de 1960. Nas regiões Norte, Oeste e Sudoeste, os conflitos agrários envolveram posseiros, colonos, grileiros e jagunços, bem como a articulação destes conflitos agrários com o cenário político e econômico. Sobre o Sudoeste do Paraná, os historiadores dedicam-se a traçar as principais causas que levaram ao conflito agrário de 1957, o desenrolar do conflito agrário, os desdobramentos que culminaram na desapropriação das terras de parte significativa do Sudoeste do Paraná e o início da demarcação e titulação das terras aos posseiros, rurais e urbanos. Não chegam a adentrar em análise mais densa sobre a Revolta de 1957, permanecendo na contextualização dos principais momentos das revoltas em diferentes cidades do Sudoeste do Paraná.

Dentre as fontes documentais utilizadas para embasar o texto "Nota prévia ao estudo da ocupação de terra no Paraná moderno", estavam: a Revista "Manchete", a Revista "Cruzeiro", a Revista "Panorama", os Jornais "Diário da Tarde", Jornal "O Dia", o Jornal "O Estado do Paraná", o Jornal "Tribuna do Paraná" e um pronunciamento do Senador Othon Mader, na plenária do Senado, em 1958. Não há menção às mulheres como protagonistas de algum evento/acontecimento, ou ainda, na condição de vítima de violências e morte. Os termos "família" e "população" são utilizados para ocultar o gênero dos colonos posseiros em luta contra posseiros, ou quando ocorreram fugas de pessoas para o território argentino para se proteger do jagunços das empresas colonizadoras. Homens e mulheres aparecem, lado a lado, uma única vez no texto discorrem sobre a eclosão da revolta popular em Francisco Beltrão, em 09 de outubro de 1957, relatado da seguinte forma: "Os colonos dirigem-se para a sede do município. A cidade é ocupada por quatro mil pessoas em armas, homens e mulheres dispostos a uma luta final com as companhias colonizadoras".<sup>109</sup> Os "colonos" e não "colonas". Eles, os homens, foram considerados os protagonistas da história. Uma única vez em todo o texto apontam que, dentre as quatro mil pessoas em armas, haviam homens e

108 ALMEIDA, Letícia Leal de. A Construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana. Ponta Grossa: UEPG, 2017. [Dissertação de Mestrado em História].

109 WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno.... Op. Cit. p. 46.

mulheres. Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana não deram visibilidade às mulheres, colonas, domésticas, viúvas, casadas, jovens e crianças. Cecília e Altiva, que, pouco tempo depois, serão pioneiras na orientação de estudos sobre feminismo e mulheres na UFPR.

“Estrutura Agrária no Sudoeste do Paraná” é o título da dissertação de mestrado em história, escrita por Hermógenes Lazier e defendida em marco de 1984, na UFPR. Em 1986, a dissertação foi publicada no formato de livro, tendo por título “Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense”, cuja segunda edição nasceu em 1997, com a inclusão de vários documentos como anexo à obra. Utilizamos a edição mais recente para análise. É um estudo de demografia histórica, centrando atenção nas dinâmicas e conflitos agrários decorrentes do acesso à terra por colonos e posseiros, sobretudo no século XX. Lazier abordou diversos aspectos do povoamento, dos litígios territoriais (Questão de Palmas – Brasil/Argentina; Contestado – PR/SC), das populações e demografia, dos projetos de colonização com empresas públicas e privadas de colonização, a revolta de posseiros e colonos em 1957 e a regularização fundiária realizada pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Há, no decorrer da pesquisa, uso de diversificada tipologia documental para tratar dos temas acima apontados. Para discorrer sobre a Revolta de 1957, Lazier faz uso de matérias dos jornais “O Estado do Paraná” (PR), “Tribuna do Paraná (PR), “Diário da Tarde” (PR), “O Globo” (RJ), “Tribuna da Imprensa” (RJ) e “Última hora” (RJ), da revista “Maquis” (RJ) e revista “Manchete” (RJ), para apenas sinalizar que a repercussão dos enfrentamentos movidos por posseiros e colonos contra jagunços e colonizadoras privadas tinha chegado e movimentado as páginas da imprensa regional e nacional.<sup>110</sup>

Lazier, em momento algum, detalha as violências sofridas por homens, mulheres, idosos e crianças, pelas mãos dos jagunços e funcionários das companhias colonizadoras. Nas dez fotografias que ilustram a obra, o levante de posseiros em Francisco Beltrão e Pato Branco, constam imagens que destacam aglomerações de pessoas em praças e ruas e imagens das lideranças da revolta. A ausência de menção às mulheres no texto da dissertação se estende à escolha das fotografias, pois nelas, a presença masculina é total. A ausência, o silenciamento sobre a presença e participação das mulheres na revolta de 1957 é flagrante. No Anexo VI, Hermógenes Lazier apresentou ao leitor sete depoimentos de “pioneiros” do Sudoeste do Paraná, cujos depoentes são homens e, em poucos momentos mencionam a

---

110 LAZIER, Hermógenes. Análise histórica da posse de terra no Sudoeste do Paraná. 2 ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

presença de mulheres como partícipes ativas e pioneiras do processo de povoamento do Sudoeste do Paraná.<sup>111</sup>

Em 1984 Maria Cristina Colnaghi defendeu dissertação de mestrado em História, na UFPR, intitulada “Colonos e Poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná”, sob orientação do professor Carlos Roberto Antunes dos Santos. 250 páginas bem escritas, com farta documentação de diferentes naturezas para cumprir os objetivos da pesquisa, que era “produzir uma história social da terra e da luta terra no Sudoeste do Paraná”, afastando-se das teorias sociológicas dos movimentos sociais e aproximando-se na história social, no “problema social do Sudoeste do Paraná numa perspectiva teórica mais abrangente, expressa no processo de luta pela terra. Esse enfoque permite situar o estudo da luta pela terra no plano econômico, social e política das relações sociais”.<sup>112</sup> Além da Introdução, a obra contou com quatro capítulos: “Campeinato e Estado” (I), “Sudoeste: a ocupação da terra” (II); “Poder e dominação” (III) e “O cotidiano da violência” (IV). Para Maria Cristina, a luta pela terra no Sudoeste do Paraná, no final da década de 1950, possuía caráter político da luta e do confronto entre classes sociais, entre exploração e dominação, numa sociedade marcada por diferenciações sociais com base econômica. A Revolta de 1957 foi resultado de luta pela terra por uma população explorada e violentada, que soube reconhecer o momento oportuno de contra-atacar, evidenciando uma ação de classe que os transformou numa classe para si; que os camponeses tornaram-se atores sociais e desenvolveram estratégias de ação frente ao poder das classes dominantes, culminando, anos depois, na desapropriação da terra e assentamento dos camponeses nas terras que defenderam.

Destacamos, aqui, o capítulo IV, que trata do cotidiano da violência no decorrer do ano de 1957 pela ação dos jagunços das empresas colonizadoras contra os camponeses em diferentes municípios do Sudoeste do Paraná, bem como a reação dos camponeses entre agosto e outubro de 1957. Maria Cristina Colnaghi fez intenso uso das matérias publicadas em Jornais e Revistas de circulação regional e nacional, explorando os relatos narrados pelos jornalistas, ora de camponeses, ora de políticos, ora de militares e do governo do Paraná. À essas fontes, a pesquisadora fez uso de Atas do Senado e da Assembleia Legislativa do Paraná, de Relatórios e inquéritos policiais. A autora também coletou depoimentos de sete pessoas: Antonio Anibelli (Deputado Estadual - PTB), Atílio Fistarol (Delegado de Polícia), Flávio Cini (Médico); Jorge de Lima (Deputado Estadual - PTB); Oswaldo Jansen (Fotógrafo) e Rubens da Silva Martins (Médico e Prefeito de Francisco Beltrão) e Carolina Almeida

111 LAZIER, Hermógenes. Anexo VI... pp. 135-145.

112 COLNAGHI, Maria Cristina. Colonos e Poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná. Curitiba: UFPR, 1984. 253 páginas [Dissertação de Mestrado em História] p. 1.

Fioravante (?). Além da ausência de detalhamento do ofício de Carolina, a única menção a ela, na página 96, detalha a prática do cultivo da terra, da policultura e do sistema de queimadas como forma de preparo da terra para o plantio. Aos demais depoentes, envolvidos direta e indiretamente com o conflito agrário, foram citados várias vezes no decorrer dos dois últimos capítulos. Na dissertação, nove fotografias ilustram momentos pontuais do tempo da colonização e do conflito agrário. Duas fotografias utilizadas por Maria Cristina, mulheres e crianças foram fotografadas como integrantes dos momentos finais do conflito agrário, uma delas, tendo militares do exército brasileiro ao fundo. No entanto, a historiadora não deu ênfase às mulheres e crianças em seu texto acadêmico.

“Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização”,<sup>113</sup> de Ruy Christovam Wachowicz, foi publicado em 1985, com segunda edição no ano de 1987. Ruy Wachowicz se destacou por sistematizar a escrita da história do Paraná por regiões: sudoeste do Paraná, cujo título foi mencionado acima, oeste do Paraná (Obrajeros, mensus e colonos), publicado em 1987 e norte do Paraná (Norte Velho, Norte Pioneiro) publicado em 1987. Houve, ainda, uma obra pioneira, História do Paraná, cuja primeira edição foi de 1977. Foi aluno e professor de História na Universidade Federal do Paraná, tendo feito mestrado no Programa de Pós-Graduação em História na UFPR e integrado o mesmo programa de pós-graduação alguns anos depois, como docente. “Paraná, Sudoeste” foi fruto de longos anos de pesquisa documental e entrevistas, demandados pela Casa da Cultura da Prefeitura de Pato Branco, com apoio de dezenas de prefeituras do Sudoeste do Paraná, que financiaram as atividades de campo. A obra foi publicada em 1985, mas teve segunda edição (2000 exemplares) no ano de 1987, ano em que se comemorou os 30 anos da Revolta de 1957, cujo tema foi amplamente abordado na obra. Para além das obras publicadas sobre o tema, Ruy Wachowicz inovou ao realizar dezenas de depoimentos com pessoas que vivenciaram o conflito agrário de 1957, além de aproveitar o acervo de depoimentos coletados pelo “Projeto Fontes Documentais para o Ensino” da Fundepar. Ao todo, Ruy Wachowicz. Ao todo Ruy Wachowicz teve acesso a 79 depoimentos coletados. Destes, apenas quatro mulheres foram entrevistadas: Donária Antonia Dias Santos, Dorvalina Rodrigues dos Santos e Matilde Cyrino Lopes, residentes em Renascença e Paula Preilepper, de Verê. Os três primeiros depoimentos coletados em janeiro de 1984 e o depoimento de Paula Preilepper, viúva de Leopoldo Preilepper, foi coletado em 1979, como pode-se constatar na lista de depoimentos citadas ao final do livro.<sup>114</sup>

113 WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. 2 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

114 WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste: ... op cit. p. 245 a 248.

Apenas o depoimento de Paula Preilepper é utilizado para detalhar os tormentos sofridos por ela e pelo marido (assassinado) pelos jagunços das colonizadoras no interior do município de Verê, que reproduzimos abaixo:

Encontrei ele tudo com a cabeça partida, o miolo fora, depois que eles tinham judiado dele. Eles ainda, por fim, chegaram a cortar pedaços da orelha dele só para levar de lembrança. [...] Sofri muita coisa. Eles me prenderam, queriam tomar tudo o que eu tinha, meu dinheiro. Me queriam levar embora, me judiaram. Fui vender uns porcos para pagar tudo o que tinha gasto do mortuário do falecido marido. Eles queriam tomar tudo de mim. [...] Eram os polícia, os policiais fardados. Prenderam. [...] Eu fugi, rebentei a porta, saí porta afora [...] Mas se ajuntaram mais colonos e pediram favor que não levantassem mais a mão nesta viúva.<sup>115</sup>

Os depoimentos de Donária Antonia Dias Santos, Dorvalina Rodrigues dos Santos e Matilde Cyrino Lopes, de Renascença, apenas são mencionadas quando o historiador discorre sobre o período da exploração de erva mate na região de fronteira com a Argentina e a passagem da Coluna Prestes, estendendo-se ao cotidiano da presença de caboclos no Sudoeste do Paraná. Não há a menção às mulheres no tempo do conflito agrário, exceto ao depoimento Paula Preilepper. Todos os demais depoimentos trazem narrativas sofridas por homens ou que eles relatam acontecimentos ocorridos envolvendo mulheres e crianças pelos jagunços das colonizadoras privadas. Paula Preilepper surgiu na narrativa da obra escrita por Ruy Wachowicz por ser esposa de Leopoldo Preilepper, assassinado pelos jagunços e que continuaram a perseguir Paula. Todos os demais depoimentos de mulheres que constam no livro explicitam e dão voz às memórias dos homens sobre o conflito agrário de 1957. Isso nos leva a entender que as memórias femininas não eram prioridade e relevantes para a escrita da história em fins da década de 1980.

### **1.1 Mulheres rompendo o silêncio e reescrevendo da história da Revolta de 1957 (1997-2000)**

“1957, A revolta dos posseiros” foi publicado em 1986, escrito pela socióloga Iria Zanoni Gomes, como resultado de pesquisa de mestrado em sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Iria Zanoni Gomes vivenciou os anos de tensão e embates entre colonos posseiros e os jagunços das empresas de colonização instaladas no Sudoeste do Paraná e, a partir de suas memórias, dedicou-se a pesquisar as formas de organização e resistência dos

<sup>115</sup> Paula Preilepper. Depoimento gravado em 12/02/1979, a Ruy Wachowicz, no município de Verê.

colonos posseiros e caboclos na medida em que a violência se intensificava contra eles, adquirindo consistência e reconhecimento por parte da população urbana. Ainda que amparada em farta documentação para explicitar uma diversidade de violências sofridas pelos colonos e posseiros, bem como nas obras até então publicadas, Iria Zanoni Gomes deu voz e vez aos escritos e às memórias dos homens sobre o conflito agrário de 1957. A violência contra as mulheres aparece no decorrer do texto, mas a partir das narrativas dos homens.<sup>116</sup>

O primeiro texto acadêmico dedicando-se à participação das mulheres na Revolta de 1957 foi publicado em 1997, no primeiro número da Revista *Faz Ciências*, da FACIBEL (hoje Unioeste, campus de Francisco Beltrão). José Luiz Zanella e Sílvia Ana Kramer, professores da FACIBEL, da área de Educação e Economia Doméstica, respectivamente, comentam que o texto resultou de um projeto de extensão desenvolvido em parceria com a Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, constituído por 15 mulheres líderes sindicais, vinculadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Paraná. Segundo José Zanella e Sílvia Kramer, foram as mulheres que, sentindo-se silenciadas e ausentes nos escritos sobre a Revolta de 1957, decidiram propor um estudo aos professores da FACIBEL, pois “as poucas citações que aparecem limitam-se a apresentar a mulher numa posição de inferioridade e passividade. Ficou impregnado a mentalidade de que as mulheres, com muito medo, ficaram em casa chorando e rezando.”<sup>117</sup>

José Zanella e Sílvia Kramer e as mulheres da Comissão decidiram que elas iriam pesquisar documentos e realizar entrevistas orais com mulheres que viveram o tempo da revolta. Os professores, com base na metodologia da Pesquisa Participante, instruíram as mulheres em como desenvolver a coleta de depoimentos usando a técnica da “história de vida”. Foram entrevistadas 41 mulheres, de diferentes microrregiões do Sudoeste do Paraná, cujos depoimentos foram gravados em fita cassete, transcritas pelas mulheres líderes sindicais. No artigo escrito por José Zanella e Sílvia Kramer apresentaram aos leitores uma diversidade de temáticas mencionadas pelas depoentes, tais como: a migração para o Sudoeste do Paraná; a posse e organização da propriedade rural; o cotidiano do trabalho da mulher em casa e na lavoura; a saúde, educação, religiosidade e lazer; as companhias colonizadoras, a participação das mulheres na Revolta, as violências, as discriminações e o confronto com os jagunços.

Nos eventos comemorativos dos 40 anos da Revolta de 1957, o artigo de José Zanella e Sílvia Kremer, marcou um novo tempo e o início da reescrita da história da revolta pelo

116 GOMES, Iria Zanoni. 1957, a Revolta dos Posseiros. 3 ed. Curitiba: Criar Edições, 2015.

117 ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. “A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957”. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão. N. 1 vol 1, 1997, p. 117

olhar feminino. As mulheres não ficaram em casa, rezando e chorando. Foram partícipes ativas em diferentes situações, antes, durante e após o término do conflito agrário. Enquanto muitos homens se reuniam e enfrentavam os jagunços, eram as mulheres que, na lide cotidiana, defendiam as casas, as terras, as plantações e os animais de criação; cuidavam da família e dos filhos, às vezes em grupo com outras mulheres; também pegaram em armas para resistir às investidas dos jagunços. É importante frisar que, em 1997, a escrita da história das mulheres, entre historiadores e historiadoras, já era conhecido para além da área de história. Até onde sabemos, os depoimentos das 41 mulheres não foram publicados até hoje.

O primeiro estudo acadêmico na área de História, sobre mulheres contexto da Revolta de 1957 foi produzido por Gilmar Fiorese, cuja dissertação de mestrado intitula-se “A mulher e conflitos sociais no Sudoeste do Paraná (1943-1962)”<sup>118</sup>, defendido no ano 2000, fruto de um acordo de cooperação entre a Unicentro e a Unesp para ofertar uma turma de Mestrado em História sediada na Unicentro, em Guarapuava. Gilmar Fiorese, docente da FACIBEL e colega de José Zanella e Sílvia Kremer, conhecia o acervo de documentos e depoimentos coletados pela Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, resultado do projeto conduzido por José Zanella e Sílvia Kremer, que mencionamos acima. No entanto, não sei por quais motivos, Fiorese realizou outros 17 depoimentos com mulheres de diferentes município do Sudoeste do Paraná. As reflexões de Rachel Soihet, Joan Scott, Michelle Perrot, Margareth Rago e Mary Del Priore sobre as relações de Gênero e história das mulheres foram utilizadas Gilmar Fiorese como suporte teórico.

Utilizando o mesmo roteiro de José Zanella e Sílvia Kremer, Gilmar Fiorese procurou reescrever a história do denso povoamento do Sudoeste do Paraná, tendo a mulher como sujeito histórico. As viagens e os processos migratórios, as dificuldades vividas, o cotidiano na lide com a lavoura, os animais e os trabalhos domésticos; o cuidado com as crianças, a educação, a religiosidade e o escasso tempo de lazer eram temas recorrentes das depoentes. Não menos importante são os relatos sobre a produção e a comercialização do que era produzido, a dificuldade de vender e adquirir outras coisas pela ausência estradas, de veículos e de estabelecimentos comerciais nos primeiros anos da colonização, exceto para quem morava na fronteira com a Argentina, pois havia mais facilidade de comércio em Santo Antonio e Barracão. Gilmar, ao valorizar os depoimentos das mulheres, desconstruiu o discurso da mulher como “sexo frágil” ao explicitar a vida cotidiana delas junto aos homens, filhos e filhas. A violência e o medo faziam parte do cotidiano de homens e mulheres do

---

118 FIORESE, Gilmar. A mulher e os conflitos sociais no Sudoeste do Paraná (1943-1962). Guarapuava: Unicentro/Unesp, 2000. [Dissertação de mestrado em História]

Sudoeste do Paraná no tempo da colonização, que se intensificou com a chegada das empresas de colonização privada (Citla, Apucarana e Comercial) nas terras que, inicialmente, estavam em processo de ocupação e colonização pela CANGO.

As violências físicas e psicológicas como estratégia de ação pelos jagunços das colonizadoras para forçar os colonos posseiros a assinarem documentos de compra e venda de terras junto às companhias, no entender de Gilmar Fiorese, se estendia aos homens, mulheres, crianças, aos animais domésticos e às plantações. Resistir às ameaças dos jagunços era um risco de vida, pois aos poucos os colonos e colonas posseiros passaram a saber, pela oralidade, das barbáries cometidas contra famílias, mulheres e crianças pelos jagunços. Mas, formas de resistência e enfrentamento à essas barbáries nasceram de táticas construídas por homens e mulheres. As mulheres não foram vítimas passivas destas violências. Souberam, ao seu modo, resistir, superando os medos e as ameaças. Com auxílio dos maridos, ou pela ausência deles, as mulheres, as mulheres também pegaram em armas, para defender a propriedade, a casa, as crianças e os animais domésticos. Quando da deflagração dos movimentos de resistência e expulsão dos jagunços em várias cidades do sudoeste do Paraná, mulheres também puseram-se em marcha ao lado dos homens, como evidencia Gilmar Fiorese ao analisar as fotografias de Osvaldo Jansen que registrou o levante e que integram o acervo de fotografias do município de Francisco Beltrão. Fiorese menciona, no final do estudo, que as mulheres participaram direta e indiretamente da Revolta de 1957 mesmo não tendo assumido papéis de lideranças nos movimentos de resistência; que era tardio o tempo de se reconhecer o papel das mulheres na colonização e no conflito agrário; de reescrever a história, colocando-as como sujeitos da história ao lado dos homens e não submissas a eles; que romper o silêncio e o esquecimento das mulheres era necessário para olhar para o passado do Sudoeste por diferentes ângulos, dentre eles, o das mulheres.

“Narrativas silenciadas: a invisibilidade da luta e da resistência das mulheres”<sup>119</sup> é um capítulo do livro *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: Estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense (1957)*, publicado em 2020, sob organização de Luís Fernando Lopes Pereira. O capítulo possui autoria de Luís Fernando Lopes Pereira e Danielle Regina Wobeto de Araújo e, nele, as mulheres são o objeto de estudo. Reutilizam os depoimentos de mulheres que José Zanella e Sílvia Kremer inseriram no artigo publicado em 1997, aprofundando o olhar sobre algumas narrativas e, em alguns momentos, apresentam

119 PEREIRA, Luis Fernando Lopes; ARAÚJO, Daniela Regina Wobeto de. “Narrativas silenciadas: a invisibilidade da luta e da resistência das mulheres”. In: PEREIRA, Luis Fernando Lopes (Org.). *Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: Estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense (1957)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. pp. 54-70.

outros documentos (processos crimes, relatos publicados em jornais) para detalhar uma situação particular vivida por outras mulheres. A novidade apresentada neste texto foi mostrar que as violências, a intimidação e o medo não eram causados apenas pelos jagunços, mas também pelos policiais, delegados e juízes, pois em muitos momentos defendiam a causa das colonizadoras, portanto sendo parciais. Os autores também dedicam atenção à análise de algumas fotografias de Osvaldo Jansen que cobriu o auge da revolta quando da ocupação de cidades e praças. Mulheres com armas e facões em punho ao lado dos maridos. Eram fotografias previamente pensadas e as pessoas instruídas para compor a cena a ser fotografada. De uma forma ou de outra, as imagens explicitam a presença de mulheres também nos desfechos do conflito agrário.

Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia publico o artigo “A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas” na revista *Revista Vernáculo*, em 2022.<sup>120</sup> O objetivo dele no artigo foi lançar um olhar para a filmografia e documentários sobre a Revolta de 1957, que chegam a uma dezena. Explorou com maior intensidade o documentário “A Revolta” (2010), dirigido por Aly Muritiba e João Marcelo Gomes. O documentário foi produzido a partir de quinze entrevistados, sendo onze homens e quatro mulheres. Percebe-se a predominância masculina dentre os narradores sobre a Revolta de 1957. Aguinaldo valoriza o depoimento de Margarete Preilipper, de Verê, em que discorre sobre as violências sofridas pelas mulheres no tempo da revolta e posterior à revolta, pois muitos dos que acobertaram as atrocidades contra as mulheres e tinham proximidades com os jagunços das colonizadoras continuaram a conviver com elas em diferentes espaços públicos. Aguinaldo também destaca, na parte final do texto, a contínua marginalização das vozes femininas e o insistente privilégio dos homens como testemunhas autorizadas, sobretudo aqueles que se tornaram (ou foram tornados) lideranças dos movimentos de resistência em diferentes cidades do sudoeste do Paraná.

### **1.1 A historiografia recente sobre a Revolta de 1957: o insistente silenciamento sobre as mulheres.**

Em 2006, o filósofo-historiador Elir Battisti publicou o artigo “As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX”, na revista

---

120 GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. “A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas”. *Revista Vernáculo*, n. 50, segundo semestre/2022. pp. 116-140.

Campo-Território: revista de geografia agrária.<sup>121</sup> Neste texto, Elir Battisti percorreu sobre a Revolta de 1957, citando as obras clássicas e ignorando e silenciando a historiografia recente que deu voz e vez às mulheres como sujeitos históricos do processo de colonização do Sudoeste do Paraná e a disputa pela terra em diferentes décadas. Outras duas dissertações de mestrado em história, ainda que abordado o tema Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná, silenciaram as mulheres e a historiografia que deu visibilidade às mulheres no tempo da revolta de 1957. Referimo-nos aos estudos de Éverly Pegoraro<sup>122</sup> e Silvia Maria Amancio<sup>123</sup>. Enquanto a primeira dedicou-se a explorar e estudar como a imprensa paranaense cobriu e construiu versões sobre a revolta, a segunda explora diferentes documentos mostrando como a Revolta de 1957 transformou-se num símbolo histórico e cultural para a região, celebrado, comemorado e monumentalizado. Ambas apoiam-se na historiografia tradicional, da década de 1980, para historicizar a colonização e os conflitos agrários, bem como documentos de época que deram vez e voz aos homens como protagonistas da história e da memória escrita. Duas pesquisadoras mulheres que não perceberam a ausência das mulheres como sujeitos históricos e a ausência e silenciamento delas nos documentos por elas explorados, mesmo como vítimas das violências físicas e psicológicas vivenciadas.

Em 2009, Jaci Poli defendeu dissertação de mestrado em História, intitulada “Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná”<sup>124</sup>, que dedica-se ao estudo da posse da terra no Sudoeste do Paraná, sobretudo a constituição e atuação do Grupo Gestor para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) no processo de regularização fundiária após a desapropriação da Gleba Missões (525.731 hectares) e parte da Gleba Chopim (38.720 hectares), em 1961. Poli destaca que a expulsão dos jagunços, em outubro de 1957, trouxe alívio e maior tranquilidade aos colonos e colonas posseiros, mas as incertezas quanto às terras e a permanência deles sobre elas se arrastou por longos anos. Diante do cenário incerto, as famílias de colonos e caboclos passaram a produzir alimentos e animais apenas para o sustento das famílias e, para ter algum dinheiro, passaram a derrubar as florestas e vender as todas de madeira para as serrarias. Jaci Poli não fez menção aos estudos sobre mulheres na Revolta de 1957, mesmo tendo dedicado um subcapítulo para tratar do conflito agrário de 1957. Também não explorou a documentação do GETSOP para dar visibilidade às mulheres.

121 BATTISTI, Elir. “As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX”. Revista Campo-Território: revista de geografia agrária. v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

122 PEGORARO, Éverly. Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense. Niterói: UFF, 2007. [Dissertação de Mestrado em História].

123 AMANCIO, Silvia Maria. Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões. Maringá: UEM, 2009. [Dissertação de Mestrado em História]

124 POLI, Jaci. Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009. 190 p. [Dissertação de Mestrado em História]

Leomar Rippel, Denilson Sumocoski, Moacir Morra da Silva, Ronaldo Zatta e Samuel Crestani escreveram o livro *Revolta dos Posseiros – 1957: o discurso do “Herói Pioneiro”*, publicado em 2013 pela Paco Editorial. Em três capítulos, os autores explicitam as diferentes formas de construção de heróis pioneiros nos eventos comemorativos, moldando discursos históricos e políticos para forjar e ajustar referenciais identitários e determinada memória coletiva e histórica para a região Sudoeste. Os autores privilegiam o cinquentenário da Revolta, ocorrido em 2007, como objeto de estudo, tendo como aporte documental o material produzido e divulgado pelo Departamento de Cultura da prefeitura de Francisco Beltrão. No primeiro capítulo “De quem é a terra de Ninguém? Ocupação e Disputas Territoriais no Sudoeste do Paraná (1895-1945), os autores discorrem sobre os embates diplomáticos entre Brasil e Argentina, sobre as terras situadas entre os rios Iguazu e rio Uruguai, as disputas entre Paraná e Santa Catarina sobre os limites de fronteiras do Paraná e Santa Catarina; a população indígena e cabocla, seus modos de vida e economia (erva-mate e criação de porcos) e a fixação de migrantes sulinos na região de fronteira entre Brasil e Argentina em terras paranaenses. Neste capítulo, nenhuma menção é feita às mulheres. No capítulo dois “Os donos da Terra de Ninguém: o confronto entre interesses públicos e privados”, adentra nos processos de colonização do sudoeste do Paraná, por órgãos públicos e privados (empresariais). A novidade apresentada pelos autores é evidenciar que as formas de resistência às colonizadoras e seus jagunços, ainda que tenham iniciado em Verê, se deslocaram para Capanema, Santo Antonio e Barrarão, para depois chegar em Pato Branco e Francisco Beltrão. Alteram a escrita da história da Revolta de 1957 ao corrigir o curso dos eventos históricos, omitidos durante décadas, em prol da centralidade dos eventos ocorridos em Verê, Pato Branco e Francisco Beltrão. Destacam, também, a atuação do GETSOP na regularização fundiária, explorada com maior profundidade e propriedade por Jaci Poli, citado anteriormente. No terceiro capítulo “História na Terra de Alguém: a construção do Pioneirismo colonizador pelo Poder Público”, os autores dedicam-se a estudar as memórias, os monumentos históricos e os personagens considerados históricos e heróis da Revolta de 1957, com foco nos eventos do cinquentenário da Revolta, ocorrido em 2007. Tanto no segundo, como no terceiro capítulo, as mulheres estão ausentes na história da Revolta de 1957 e na escrita da história da referida revolta. Trata-se de um silenciamento pelo poder público ao ignorar a presença e a participação das mulheres, de forma direta e indireta, nas distintas revoltas ocorridas em diferentes municípios do Sudoeste do Paraná. E mais, os historiadores que organizaram a obra “*Revolta dos Posseiros -1957: o discurso do herói pioneiro*”, não foram capazes de olhar que, ao lado dos pioneiros, existiram pioneiras; que ao lado dos

heróis, existiram heroínas, lideranças ou não.<sup>125</sup> Ignoraram até mesmo a pequena historiografia sobre a participação de mulheres na Revolta de 1957.

“A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações”, escrita pelo historiador Paulo José Koling, foi publicada em 2018, pela Editora Unicentro. Trata-se de uma análise da produção historiográfica e memorialística sobre a Revolta de 1957, produzida entre os anos de 1972 e 2007, mas com foco no movimento do cinquentenário da revolta, em 2007, quando as disputas sobre o passado, os usos e abusos das invenções e reinvenções das tradições, procuraram ressignificar a colonização do Sudoeste do Paraná frente aos novos tempos. Koling esmiúça os livros de memorialistas, de historiadores, sociólogos, políticos, jornalistas e literatos que escreveram sobre a Revolta de 1957, bem como a realização de entrevistas com “os líderes herdeiros e representantes continuadores” da memória sobre a revolta. A ideia de que os colonos e posseiros, pequenos, venceram os grandes empresários e detentores de poder, dinheiro e jagunços, se consolidou na memória, “sem derramamento de sangue”, como afirma o jornalista Ivo Pegoraro, em seus escritos de 2007, nas páginas do Jornal de Beltrão, destacadas por Paulo Koling, sinalizando que memorialistas intencionavam apagar da história as atrocidades cometidas pelos jagunços anterior aos desfechos finais da revolta de 1957 em Francisco Beltrão e Pato Branco.<sup>126</sup>

As 369 páginas da obra produzida por Paulo Koling foram distribuídas em sete capítulos, que são: “Revolta de 1957 e fontes históricas: uma reflexão necessária”; “A questão agrária no Sudoeste do Paraná: entre litígios e grilagens”; “O Sudoeste e a Revolta de 1957: disputas pela terra e pela história”; “Levantados do chão em armas: a ocupação das cidades (ações e reações)”; “Do pós-levante de outubro de 1957 ao Getsop”; “Um passado inventado em monumentos, comemorações e eventos” e “O passado em debate & debate sobre o Passado”. De todos esses capítulos, as mulheres são objeto de atenção no capítulo 4 “Um passado inventado em monumentos, comemorações e eventos”, pois ao discorrer sobre o passado inventado, em 2007, as mulheres, ainda que timidamente, foram inseridas no cenário da história da Revolta de 1957. Paulo Koling destacam, em textos, imagens fotografias e depoimentos, a participação das mulheres na Revolta de 1957. 50 anos depois dos eventos da revolta, as mulheres tornaram-se visíveis para a memória e a escrita da história dos eventos comemorativos locais e regionais, segundo Koling. No entanto, Paulo Koling, em momento algum citou os escritos de José Luiz Zanella e Sívia Ana Kramer. De Gilmar Fiorese, de Luis

125 RIPPEL, LEOMAR; SUMOCOSKI, Denilson; SILVA, Moacir Motta da; ZATTA, Ronaldo; CRESTANI, Samuel. **Revolta dos Posseiros – 1957: o discurso do herói pioneiro**. Jndiaí: Paco Editorial, 2013.

126 KOLING, Paulo. **A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela Terra entre memórias e comemorações**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2018. p. 15.

Fernando Lopes Pereira e de Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia, abordados no subcapítulo anterior. Podemos até compreender que as reflexões de Luis Fernando Lopes Pereira e Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia sejam posteriores à escrita e publicação da obra de Paulo Koling, mas os dois primeiros estudos, considerados pioneiros sobre a temática das mulheres na Revolta de 1957, deveriam ter sido objetos de atenção. No entanto, é necessário considerar que, o acesso à artigos em revistas acadêmicas e de dissertações de mestrado defendidas a mais tempo recentemente foram digitalizadas e tornadas acessível nos portais de pesquisas. Em diálogo informal com Paulo Koling, ele nos informou que, no tempo de produção do estudo e que resultou na obra, desconhecia a existência destes primeiros estudos acadêmicos.

Os processos de digitalização de acervos de revistas científicas impressas, bem como o acervo de dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação até então entregues em formato impresso às bibliotecas e repositórios institucionais físicos tem facilitado a localização de pesquisas já existentes. A exemplo de Paulo Koling, é possível que os historiadores mencionados antes dele também desconhecessem a existência destas pesquisas, mas isso não os impediria de ter dado atenção às mulheres em seus estudos. Os primeiros estudos sobre mulheres no Brasil, como explicitamos na primeira parte deste estudo, datam da década de 1980, ganhando fôlego e visibilidade sobretudo no decorrer da década de 1990 e primeiros anos do século XXI, com suporte teórico e metodológico norte-americano europeu. Em nosso entender, há um vasto campo de estudos sobre as mulheres no que se refere à história do Sudoeste do Paraná, não necessariamente, abordando a temática da Revolta de 1957.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita da história das mulheres não se fez sem romper tradições, dentro e fora da academia. No Ocidente, no Brasil e no Paraná os estudos avancaram e ganharam visibilidade pelo apoio e vínculo de muitas historiadoras aos movimentos feministas, docentes ou pesquisadoras vinculadas aos programas de Pós-Graduação em História. Os debates em torno do feminismo e das relações de Gênero, aos poucos e ao longo dos anos, por essas historiadoras (e poucos historiadores) legaram aos leitores e estudiosos da história, livros e artigos de significativo valor acadêmico, evidenciando os caminhos metodológicos e de fontes documentais que poderiam dar visibilidade à história das mulheres. Não menos importante foram os escritos de Joan Scott, Judith Butler, Michelle Perrot e tantas outras historiadoras estadunidenses e francesas, que acabaram por dar densidade teórica aos conceitos de Gênero, Relações de Gênero e Feminismo.

Percebemos, no capítulo inicial, o quão difícil foi incluir as historiadoras no rol de historiadores a serem considerados exemplos, referências no que se refere à escrita da história, pelo viés teórico e metodológico nas obras que descrevem os perfis biográficos e a contribuição dos pensadores para a área de História. No caso brasileiro, reunir historiadoras para produzir uma obra (em dois volumes) para dar visibilidade às historiadoras que, desde a década de 1960, procuravam, ao seu modo, estudar a trajetória de mulheres em distintas circunstâncias. A escrita da história do cotidiano e da vida privada favoreceram o surgimento de novos olhares sobre as mulheres, fazendo ampliar o número de pessoas interessadas em estudá-las por diferentes prismas, fazendo surgir grupos de estudos, pesquisas e centros de documentação.

Sobre a história das mulheres no tempo da Revolta de 1957, percebemos, ao ler e estudar a produção historiográfica produzida por historiadores e historiadoras, que há um vasto campo a ser estudado e aprofundado. Os estudos existentes, ainda que de grande valia por serem pioneiros no tema, deixam aos leitores e leitoras, uma série de possibilidades de novos estudos, como por exemplo, o olhar garimpeiro sobre fotografias, filmografias e documentários produzidos desde a década de 1980. Não menos importantes são o estudo de peças teatrais, de obras literárias, de poemas e de letras de músicas compostas por pessoas que vivenciaram, direta e indiretamente, o tempo dos conflitos agrários. Estes documentos, ainda que preservados suas particularidades de análises pelos historiadores e historiadoras, certamente possibilitarão trazer ao debate novos olhares e problemas de pesquisas tendo as

mulheres como objeto de estudos e, sobretudo, tornando-as sujeitos da história ao lado dos homens.

Mas, ainda há resistências por parte dos historiadores e historiadoras que dedicam-se ao estudo da Revolta de 1957 em dar visibilidade às mulheres em seus escritos. É necessário trazê-las à trama da história. Não dá mais para argumentar o desconhecimento dos estudos sobre mulheres no tempo da Revolta de 1957 e mesmo nos contextos históricos posteriores à revolta, pois são partícipes cotidianas das relações sociais e familiares, no campo e na cidade, dos dilemas dos homens. Elas, não apenas os acompanham nas lides agrícolas, comerciais ou empresariais, mas ajudaram a pensar e construir caminhos para enfrentar distintas situações vividas.

É fundamental reconhecer que a história oficial muitas vezes negligenciou ou minimizou o papel e as contribuições das mulheres, resultando em uma representação distorcida e incompleta do passado. A Revolta de 1957, por exemplo, pode ter sido liderada por homens proeminentes, mas as mulheres desempenharam papéis significativos nos bastidores, mobilizando comunidades, fornecendo apoio logístico e assumindo riscos pessoais em prol da causa.

E, às mulheres viúvas, solteiras e casadas (sem maridos) que migraram para o Sudoeste do Paraná em busca de terras. O que teria ocorrido com elas, seus filhos, filhas e agregados que, ao conseguirem acesso à terra via Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) em diferentes lugares do Sudoeste do Paraná, para mover resistência e enfrentamento aos jagunços das colonizadoras que insistiam aos colonos posseiros em assinar documentos para pagar pelas terras? Os processos de regularização fundiária elaborados pelo GETSOP e que estavam sob cuidados do INCRA, unidade de Francisco Beltrão, poderiam trazer preciosas informações delas. No entanto, desde fins de 2021, os processos estão com acesso vedado, porque estão, em tese, em deslocamento para a unidade do INCRA em Cascavel. Como informado anteriormente, por ausência de local adequado para abrigar o acervo documental, os documentos estão provisoriamente armazenados no Batalhão do Exército de Francisco Beltrão. O acesso nos foi vedado à pesquisa pela coordenação do INCRA no Paraná mediante alegação que o acervo está em trânsito. Em função disso, tivemos de mudar o rumo da pesquisa.

A importância de dar voz às mulheres na construção de narrativas históricas mais completas e precisas. Isso pode ser alcançado por meio da coleta de testemunhos, da valorização de fontes históricas alternativas e da promoção de uma reflexão crítica sobre o próprio processo de escrita da história. Em resumo, reafirmar o compromisso de reconhecer e celebrar as contribuições das mulheres para a história, enquanto também destacam a necessidade contínua de desafiar e superar as limitações da narrativa histórica tradicional.

A qualificação da dissertação deu novo rumo à pesquisa, nos fazendo compreender que o estudo sobre mulheres poderia ser feito por meio da historiografia existente. Não foram poucas as leituras realizadas sobre a temática da história das mulheres no Ocidente e no Brasil, que nos propiciou escrever um capítulo deste estudo. Sobre a produção historiográfica e memorialística sobre a Revolta de 1957, tivemos de operacionalizar recortes, pois o tempo de dispúnhamos para terminar a pesquisa era curto. Decidimos priorizar os escritos de historiadores e historiadoras, desconsiderando obras de outros pesquisadores, jornalistas e memorialistas que, como bem sinalizou Paulo Kolling, ajudaram, sobremaneira, a ressignificar, de décadas em décadas, o significado e a memória da Revolta de 1957 junto a população regional. Historiadores e historiadoras, que, salvo algumas exceções, continuam a relegar as mulheres ao silenciamento e ao esquecimento.

A luta das historiadoras pela visibilidade acadêmica é um tema crucial e multifacetado que merece uma reflexão aprofundada. Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado inúmeras barreiras e preconceitos dentro da academia, e a área da História não é exceção. A falta de reconhecimento e valorização do trabalho das historiadoras tem raízes históricas profundas, refletindo desigualdades de gênero arraigadas em nossa sociedade.

É fundamental reconhecer o papel fundamental das historiadoras na produção e disseminação do conhecimento histórico. Suas contribuições muitas vezes são negligenciadas ou minimizadas, mesmo quando são pioneiras em suas pesquisas e análises. A ausência de visibilidade acadêmica pode ter efeitos devastadores na carreira e no desenvolvimento profissional dessas mulheres, limitando suas oportunidades de publicação, promoção e reconhecimento.

Além disso, a falta de representatividade de historiadoras nas narrativas históricas pode distorcer nossa compreensão do passado e perpetuar visões unilaterais e androcêntricas da história. É crucial promover a diversidade e a inclusão na academia, garantindo que as vozes e perspectivas das historiadoras sejam ouvidas e valorizadas.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço coletivo e contínuo. As instituições acadêmicas devem adotar políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero e combatam o sexismo e o preconceito. Isso inclui a implementação de políticas de igualdade salarial, o apoio à conciliação entre vida profissional e pessoal e a promoção de mentorias e redes de apoio para historiadoras.

Além disso, é importante ampliar o espaço para o debate e o diálogo sobre questões de gênero na história e promover a inclusão de perspectivas feministas e de gênero nos currículos acadêmicos. Isso não apenas enriquece nossa compreensão do passado, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, a luta das historiadoras pela visibilidade acadêmica é parte integrante de um movimento mais amplo em direção à igualdade de gênero e à justiça social. Reconhecer e valorizar o trabalho dessas mulheres é essencial para construir uma academia mais diversa, inclusiva e equitativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha de Campos. "Mulher e Mãe", A "Cidadania Feminina" Para Mulheres Livres e Escravas. Arrabalde, Niterói - RJ, n.4, p. 74-81, 1996;
- ABREU, Martha de Campos; RIBEIRO, G. Cenas de Amor: Histórias de Nacionais e Imigrantes. Revista Brasileira de História (Impresso) , São Paulo, v. 9, p. 217-235, 1989.
- ALMEIDA, Letícia Leal de. A Construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana. Ponta Grossa: UEPG, 2017. [Dissertação de Mestrado em História].
- ALVES, Diorgenes de Moraes Correia. **A luta pela terra dos quilombolas de Palmas: do quilombo aos direitos territoriais**. Pato Branco: UTFPR, 2013. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional.
- AMANCIO, Silvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões**. Maringá: UEM, 2009. [Dissertação de Mestrado em História]
- BALDIN, Rafael. **No pátio do Cabo Dito: Memórias de uma favela em Pato Branco/PR (1968-2010)**. Chapecó: UFFS, 2022. p. 46. Dissertação de Mestrado em História.
- BATTISTI, Elir. "As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX". Revista Campo-Território: revista de geografia agrária. v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.
- BASSANEZI, Carla. ; URSINI, L.B. . O Cruzeiro e as garotas. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso) , v. 4, p. 243-260, 1995;
- BASSANEZI, Carla . Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso) , v. 1, p. 111-148, 1993;
- BASSANEZI, Carla. . A revista Cláudia e a sexualidade (anos 1960 e anos 1990). In: VIII Encontro da ABEP, 1992, Brasília. Anais do VIII Encontro da ABEP, 1992. v. 2. p. 107-124.
- BARROS, Vera Lúcia Fregonese. A COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM - 1882 a 1909. Florianópolis: UFSC, 1980. p. 146. Dissertação de Mestrado em História.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2 vol. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). **A afirmação da história como ciência no século XX: de Arlette Farge a Robert Mandrou**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). **O futuro da História: da crise à reconstrução de teorias e abordagens**. Vitória: Editora Milfontes, 2018.

- BOSCHILIA, R. T. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes&Textos, 2010.
- BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e Poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1984. 253 páginas [Dissertação de Mestrado em História]
- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Ofício n 477, de 16 de junho de 1941. In: LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná**. 2 ed. Francisco Beltrão: Gráfica Grafite, 1997 Anexo II. pp. 112 e 113.
- COLLING, ANA MARIA; CAVALCANTI JUNIOR, A. A. . Militantes e guerrilheiras. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *ESPACIALIDADES* , v. 15, p. 47-61, 2019;
- COLLING, ANA MARIA. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. 157p .
- COLLING, Ana Maria ; TEDESCHI, Losandro Antonio (OrgS.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2. ed. Dourados: Editora UFGD, 2019. v. 1. 748 p.;
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DE LA ROSA, Juremy. *Quando o verão chegar*. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011, 346 p.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.
- FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.
- FIGLIOLINI, Gilmar. **A mulher e os conflitos sociais no Sudoeste do Paraná (1943-1962)**. Guarapuava: Unicentro/Unesp, 2000. [Dissertação de mestrado em História]
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008;
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. “A Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná de 1957: possibilidades e demandas de estudo à luz de críticas sobre a marginalização das vozes femininas”. *Revista Vernáculo*, n. 50, segundo semestre/2022. pp. 116-140.

- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2002.
- GUERELLUS, Natália de Santanna. História das mulheres: uma entrevista com Rachel Soihet. **Revista de História**, 3, 1 (2011), p. 121.
- HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina – A questão de Palmas.** Passo Fundo: Editora Méritos, 2007.
- HUGHES-WARRINGTON, Marnie. **50 grandes pensadores da história.** São Paulo: Contexto, 2002.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Org.). **A escrita do historiador: cosmovisões em conflitos.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- KIRKPATRICK, Kate. **Simone Beauvoir: uma vida.** São Paulo: Planeta do Livro, 2020. p. 311.
- KOLING, Paulo. **A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela Terra entre memórias e comemorações.** Guarapuava: Editora da Unicentro, 2018.
- LANGER, Protásio Paulo; MARQUES, Sônia Maria dos Santos; MARSCHNER, Walter Roberto (Orgs.). **Sudoeste do Paraná: diversidade e ocupação territorial.** Dourados: Editora UFGD, 2010.
- LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná.** 2 ed. Francisco Beltrão: Gráfica Grafit, 1997.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novos Problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novas Abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novos Objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy; DUBY, Georges; et. all.. **A Nova História.** Lisboa: Edições 70, 1986.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura.** 1. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- LIMA, Lana Lage da Gama . Mulheres e Sexualidade no Brasil Colonial. Estudos CEDHAL , v. 12, p. 143-189, 2011;
- LIMA, Lana Lage da Gama. O Padre e Moça :O Crime de Solicitação No Brasil No Seculo XVIII. Anais do Museu Paulista (Impresso) , São Paulo, v. XXXV, p. 15-29, 1987;

- LIMA, Lana Lage da Gama. **Mulheres, Adúlteros e Padres**. História e Moral Na Sociedade Brasileira. RIO DE JANEIRO: DOIS PONTOS, 1986. 99p .
- LOPES, Marcos Antonio (Org.). **Ideias de História: tradição e inovação de Maquiavel a Herder**. Londrina: Eduel. 2007.
- LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei J. (Orgs.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.
- LOPES, Marcos Antonio; BENTIVOGLIO, Julio (Orgs.). **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis Vozes, 2013.
- LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da Marcha para Oeste**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MALAGE, Katia Graciela Jacques Menezes. **Condá e Viri: chefias indígenas em Palmas/PR, década de 1840**. Curitiba: UFPR, 2010. Dissertação de Mestrado em História.
- MARQUES, Sônia Maria dos Santos. **Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese de doutorado em Educação.
- MARTINS, Maria Cláudia de Oliveira. **Fronteiras fluidas: escravidão e liberdade em Palmas/PR (1860-1900)**. Passo Fundo: UPF, 2017. Dissertação de Mestrado em História.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma história das mulheres**. São Paulo, EDUSC, 2000.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As Colônias indígenas no Paraná Provincial**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (Orgs.). **Conversa com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MYSKIW, Antonio Marcos. Na fronteira Brasil/Argentina, histórias de um rio e duas povoações: apontamentos a partir da obra Amor a la tierra, de Antonia Arrechea. In: MYSKIW, Antonio Marcos; BUTZGE, Clóvis Alencar; LEMOS, Marilene Aparecida (Orgs.) **O Sul e suas fronteiras: Linguagens e História**. Passo Fundo/RS: Acervus, 2022. pp. 301-342.
- NICOLAZZI, Fernando (Org.). **História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, 1870-1940**. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2015.
- NOVAES, Adauto (Org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NORA, Pierre (org.). **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores: clássicos da história: De Heródoto a Humboldt**. Petrópolis: Vozes, 2012;
- PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores: clássicos da história: De Tocqueville a Thompson**. Petrópolis: Vozes, 2013;

- PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores: clássicos da história:** De Ricoeur a Chartier. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.). **Os historiadores - clássicos da história do Brasil:** Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 2018.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe. Papeis Sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920).** Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História (São Paulo)*, v. 24, n. 1, 2005;
- PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense.** Niterói: UFF, 2007. [Dissertação de Mestrado em História].
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes; ARAÚJO, Daniela Regina Wobeto de. “Narrativas silenciadas: a invisibilidade da luta e da resistência das mulheres”. In: PEREIRA, Luis Fernando Lopes (Org.). **Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK:** Estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense (1957). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. pp. 54-70.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
- PERROT, Michelle. “Escrever uma história das mulheres: relatos de uma experiência. In: **Cadernos PAGU – Dossiê “História das Mulheres no Ocidente. (4), 1995.**
- PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente. 5 vol.** Porto/São Paulo: Afrontamento: Ebradil, 1993 a 1995.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História.** Bauru: Edusc, 2005. (publicando na França em 1998)
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi. “Apresentação”. In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi . História das mulheres, da academia para os almoços de domingo. *Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)* , v. 15, p. 247-249, 2007;
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO. Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.
- POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná.** Curitiba: UFPR, 2009. 190 p. [Dissertação de Mestrado em História]

- PRIORE, Mary Del. ***Histórias Íntimas. Sexualidade e Erotismo na História do Brasil***. São Paulo: Editora Planeta, 2011;
- PRIORE, Mary Del. ***Condessa de Barral, a paixão do Imperador***. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. ***História das mulheres no Brasil***. São Paulo: Contexto, 1997.
- RAGO, Margareth. ***Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930***. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. ***Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAGO, Margareth. “Miriam Lifchitz Moreira Leite, incansável, insubstituível...” In: ***Revista Vervedobras***, 23: 244-245, 2013.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998;
- RIPPEL, LEOMAR; SUMOCOSKI, Denilson; SILVA, Moacir Motta da; ZATTA, Ronaldo; CRESTANI, Samuel. ***Revolta dos Posseiros – 1957: o discurso do herói pioneiro***. Indaiaí: Paco Editorial, 2013.
- ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia (Orgs.). ***As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história I : pioneiras nos estudos históricos brasileiros***. Campinas: Mercado de Letras, 2022;
- ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia (Orgs.). ***As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história II: uma geração de pesquisadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil***. Campinas: Mercado de Letras, 2022.
- SALES, Véronique (org.). ***Os historiadores***. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SAMARA, Eni de Mesquita. ***As mulheres, o poder e a família***. São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989;
- SCOTT, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. ***The American Historical Review***, vol. -91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. ***Educação & Realidade***. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SCOTT, Joan Wallach. ***Gender and politics of history***. Nova York: Columbia University Press, 1988.
- SOIHET, Rachel. “Michelle Perrot”. In: LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidnei J. (Orgs.). ***Historiadores de nosso tempo***. São Paulo: Alameda, 2010. p. 197.

- SOIHET, Rachel. “Historia das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 277.
- SOIHET, Rachel. Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937). Niterói: UFF, 1974. Dissertação de Mestrado em História.
- SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.
- SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, 2007.
- FALLER, Thalia. **Merenciana e a Liberdade Negra: raca e gênero nos campos de Palmas (1880-1900)**. Chapecó: UFFS, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso em História.
- TILLY, Louise Andino; SCOTT, Joan. **Women, Work and Family**. New York: Methuen, 1978. Não publicado em língua portuguesa.
- TRINDADE, Alexandro Dantas.; ROIZ, Diogo da Silva; COSTA, Hilton (Orgs.). **À margem dos cânones: pensamento social e interpretações do Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 2013;
- TRINDADE, Alexandro Dantas; MEUCCI, Simone; COSTA, Hilton (Orgs.). **À margem dos cânones: pensamento social e interpretações do Brasil II**. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. . Acesso em: 12 nov. 2023.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne (Orgs.). **Mulheres na História – Paraná, séculos 19 e 20**. Curitiba: Editora UFPR, 1997.
- VARELLA, Flavia; OLIVEIRA, Maria da Gloria de; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **História e historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil, 1780-1860**. Porto Alegre: EDIPUC/RS.
- VÁSQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). **Nova História das Mulheres no Paraná**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.
- VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno: origens de Pato Branco**. Dois Vizinhos: Artepress, 1996.
- ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. “A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957”. *Faz Ciência*. Francisco Beltrão. N. 1 vol 1, 1997.

- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.
- WEBER, William. *A Colônia Militar do Chopim*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná; Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2007. pp. 119-121.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: **Boletim n 7, do Departamento de História**, da Universidade Federal do Paraná, setembro de 1968. 57



